



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 129

QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Mauro Benevides, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1992

Autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Banco Mundial.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil, na forma da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Banco Mundial.

Parágrafo único. A operação de crédito externo definida neste artigo destina-se ao financiamento parcial do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia — PLANAFLORO, coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

Art. 2º As condições financeiras básicas de operação de crédito externo são as seguintes:

a) valor: US\$167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos);

b) prazo: quinze anos;

c) taxa de juros: calculadas à taxa de 0,5% a.a., acima do custo de captação dos recursos pelo banco, apurados no semestre anterior aos respectivos pagamentos, a serem efetivados semestralmente, em 15 de maio e 15 de novembro, de cada ano;

d) amortização: vinte prestações semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 1997 e a última em 15 de novembro de 2006;

e) comissão de compromisso: 3/4% a.a., (três quartos por cento) sobre os saldos do empréstimo não desembolsado, pagos semestralmente, juntamente com os juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de doze meses a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

SUMÁRIO

1. — ATA DA 150^a SESSÃO, EM 12 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1989 (nº 1.148, de 1988, na Casa de origem), que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências. (Redação final.)

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 600 a 604/92, de autoria do Senador João Rocha, solicitando a órgãos do Poder Executivo informações que mencionam.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento de manifestações de apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Senhor Pedro Collor de Mello.

1.2.4 — Discursos do Expediente

— SENADOR EDUARDO SUPILY — Manifesto de funcionários do Poder Legislativo aos Srs. Congressistas, de apoio à CPI do caso PC. Passeata de estudantes paulistas em favor do impedimento do Presidente Collor. Pressões que estaria sofrendo o Ministro Marcílio Marques Moreira, no sentido da liberação de recursos públicos. Crise política.

— SENADOR NEY MARANHÃO — Boatos infundados a respeito da demissão do Ministro Marcílio Marques Moreira e defesa da permanência de S. Ex^a à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Cerimônia de assinatura do Plano para Safra Agrícola 92/93.

— SENADOR JOSAPHAT MARINHO — 80 anos do escritor Jorge Amado.

1.2.5 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 123, de 1992, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que introduz alterações na

Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

1.2.6 — Requerimentos

— Nº 605, de 1992, de autoria do Senador Ney Maranhão, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 106/92, de sua autoria.

— Nº 606, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel e outros, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1992.

— Nº 607, de 1992, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado da matéria, A Amazônia e o Meio Ambiente, publicada no jornal Correio Braziliense Internacional, de 1º de junho de 1992, de autoria de Argemiro Procópio.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta da emenda à Constituição nº 8, de 1992, (nº 51/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Aprovada em 2º turno, tendo usado da palavra os Srs. Senadores Hugo Napoleão, Divaldo Suruagy, Beni Veras, Chagas Rodrigues, Ronan Tito, Marco Maciel, Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Esperidião Amin. À promulgação.

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal. Aprovada em 1º turno.

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1991-Complementar (nº 97/92 naquela Casa), que dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Aprovado, após usar da palavra os Srs. Senadores Humberto Lucena, Marco Maciel, Fernando Henrique Cardoso, Esperidião Amin e Jonas Pinheiro. À Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 385/91-Complementar. Aprovada. À sanção.

Requerimento nº 265, de 1992, de autoria do Senador Alexandre Costa, solicitando nos termos regimentais, a

transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo “Iniciativa privada e social”, de autoria de Antônio Ermínio de Moraes, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* edição de 10 de maio de 1992. **Aprovado.**

Requerimento nº 282, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Zero Hora*, do dia 18 de maio de 1992, intitulado “Gás Natural para o Rio Grande”, de autoria do Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares. **Aprovado.**

Requerimento nº 335, de 1992, do Senador Francisco Rollemberg, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 1991, de sua autoria, que estabelece o limite máximo permitido para a navegação de embarcações do tipo moto-aquática (jet-ski) em praias do litoral, rios, lagoas e reservatórios de represas e dá outras providências. **Aprovado.**

Requerimento nº 438, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1991, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias. **Aprovado.**

Projeto de Resolução nº 44, de 1992 (apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como conclusão de Seu Parecer nº 224, de 1992), que disciplina a aprovação pelo Senado Federal das operações financeiras como Fundo Monetário Internacional. **Apreciação sobreposta**, para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 609/92.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

— **SENADOR JOSÉ FOGAÇA** — Momento atual da crise política brasileira. Defesa do parlamentarismo.

— **SENADOR AUREO MELLO** — Indignação diante do assassinato do Sr. Rubem Benzecry, ocorrido recentemente em Manaus - AM, como reflexo da violência crescente na Amazônia.

— **SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Precariedade do sistema de saneamento básico no Brasil. Resposta do Ministro Adib Jatene a requerimento de informações de autoria de S. Ex^a, sobre terreno localizado no Município de Duque de Caxias.

— **SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — 50 anos de criação da Legião Brasileira de Assistência - LBA.

— **SENADOR MÁRCIO LACERDA** — Melhores condições à prática do rodeio no Brasil. Encaminhando projeto de lei de sua autoria pedindo o reconhecimento do rodeio como modalidade desportiva, para todos os efeitos da legislação vigente no País.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 150^a Sessão, em 12 de agosto de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Alexandre Costa, Rachid Saldanha Derzi, Beni Veras e Magno Bacelar.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dirceu Carneiro — Flávio Alves — Guilherme Palmeira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias —

Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Manoel de Lavor — Márcio Lacerda — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER N° 257, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 1989 (n° 1.148, de 1988, na Casa de origem.)

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 1989 (n° 1.148, de 1988, na Casa de origem), que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.

Sala da Reuniões da Comissão, 12 de agosto de 1992.
— Mauro Benevides, Presidente — Lucídio Portella, Relator
— Alexandre Costa — Beni Veras

ANEXO AO PARECER N° 257, DE 1992

Dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Emenda n° 1

(Corresponde à Emenda n° 3 — CAS)

Dê-se ao inciso II do art. 3º a seguinte redação:

“II — autoridades de saúde: as autoridades competentes dos órgãos integrantes da estrutura organizacional das Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”

Emenda n° 2

(Corresponde à Emenda n° 2 — CAS)

Dê-se ao inciso III do art. 4º a seguinte redação:

“III — Proteger a saúde da população urbana, mediante o emprego dos conhecimentos e experiências de saúde pública.”

Emenda n° 3

(Corresponde à Emenda n° 1 — CAS)

Dê-se ao caput do art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º São obrigados a notificar as zoonoses que as autoridades de saúde declarem como de notificação obrigatória, além das pessoas previstas no art. 8º da Lei n° 6.259, de 30 de outubro de 1975, as seguintes:”

Emenda n° 4

(Corresponde à Emenda n° 4 — CAS)

Suprime-se do texto do art. 19 da expressão “e dos Territórios”.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N° 600, DE 1992

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, se digne encaminhar a esta Casa informações e dados a seguir, referentes à gestão da Embraer e suas empresas controladas:

1. Desde quando foi fundada a 1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

1.1 Recursos recebidos da União para integração do capital;

1.2 Recursos transferidos pela Embraer e controladas aos cofres do Tesouro em pagamento de dividendos;

1.3 Recursos recebidos e transformados em Certificados de Ações ou Ações, em decorrência de deduções legais no Imposto de Renda devido anualmente por pessoas físicas e jurídicas.

2. No período de 1970-1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

2.1 A participação do Governo Federal no capital da Embraer e controladas;

2.2 Os investimentos em projeto e produção de aeronaves;

2.3 Produção e venda dos vários modelos de aeronaves, no mercado interno e externo;

2.4 A rentabilidade sobre o patrimônio líquido da Embraer e controladas;

2.5 Prejuízos da controladora Embraer nas empresas subsidiárias e controladas, individualizando uma a uma;

2.6 Recursos transferidos pela Embraer para o Fundo de Pensões dos funcionários;

2.7 Percentual dos valores transferidos ao Fundo de Pensão sobre a folha salarial da Empresa e relação entre os valores transferidos pela empresa e o total das contribuições dos empregados para a Embraer;

2.8 Recursos repassados à Embraer e controladas pelo Tesouro Nacional a “Fundo Perdido” para compensar subsídios;

3. No período de 1981-1991, valores atualizados em dólares norte-americanos discriminados ano a ano:

3.1 Investimentos da Embraer e Controladas em empresas estrangeiras e lucros auferidos;

4. Com base em 30 de julho de 1992:

4.1 Número de empregados da Embraer, coligadas e controladas discriminando estados e localidades em que servem;

4.2 Número de empregados à disposição do Governo da União, Estados e Municípios e custo destes empregados na folha de pagamentos;

4.3 Total de endividamento junto a Previdência social, FGTS e Imposto de Renda, individualizando os valores corrigidos de cada uma das fontes credoras.

5. Com base em 30 de julho de 1992:

5.1 Endividamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, mencionando as fontes credoras, com os valores atualizados em dólares norte-americanos (vencidos e a vencer).

Justificação

O Grupo Embraer deve manter transparência em relação às atividades inerentes ao exercício da gestão de suas atividades.

Tendo-se expandido muito em seu ramo de atividade, a Embraer e suas empresas coligadas e controladas transfor-

maram-se em grande grupo estatal no País e em um dos grandes complexos empresariais do mundo.

Tudo isto requer permanente vigilância da sociedade sobre os rumos da administração empresarial do Grupo, justificando a preocupação cotidiana do Congresso Nacional em relação à correção de eventuais desvios.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora.)

REQUERIMENTO N° 601, DE 1992

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Excentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia se digne encaminhar a esta Casa informações e dados a seguir, referentes à gestão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN):

1. Desde quando foi fundada a 1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

1.1 Recursos recebidos da União para integralização do capital;

1.2 Recursos transferidos pela CSN aos cofres do Tesouro em pagamento de dividendos.

2. No período de 1950-1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

2.1 A participação do Governo Federal no capital da CSN;

2.2 Os investimentos na produção do produtos siderúrgicos;

2.3 A rentabilidade sobre o patrimônio líquido da CSN — CIA. Siderúrgica Nacional;

2.4 Recursos transferidos pela CSN para a União, Estados e Municípios a título de ajuda para assistência social;

2.5 Recursos transferidos pela CSN para o Instituto de Previdência e Assistência dos Funcionários;

2.6 Percentual dos valores transferidos ao Fundo de Pensões dos Funcionários da CSN sobre a folha salarial da empresa e relação entre os valores transferidos pela empresa e o total das contribuições dos empregados para a CSN;

2.7 Recursos repassados à CSN pelo Tesouro Nacional a "Fundo Perdido" para compensar subsídios na conta dos produtos siderúrgicos em decorrência de preços tabelados com índices inferiores ao da inflação.

3. No período de 1981-1991, valores atualizados em dólares norte-americanos discriminados ano a ano;

3.1 Volume das exportações de produtos siderúrgicos.

4. Com base em 30 de julho de 1992:

4.1 Número de empregados da CSN, discriminando estados e localidades em que servem;

4.2 Número de empregados à disposição do Governo da União, Estados e Municípios e custo destes empregados na folha de pagamentos;

4.3 Total do endividamento junto a Previdência Social, FGTS e Imposto de Renda.

5. Com base em 30 de julho de 1992:

5.1. Endividamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, mencionando as fontes credoras, especificando os débitos vencidos e a vencer não pagos.

Justificação

Como gestora de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, o grupo CSN deve manter transparência em relação às atividades inerentes ao exercício daquela gestão.

Tendo-se expandido na área de produtos siderúrgicos, a CSN transformou-se em grande grupo estatal no País e em um dos grandes complexos empresariais no mundo.

Tudo isto requer permanente vigilância da sociedade sobre os rumos da administração empresarial do Grupo, justificando a preocupação cotidiana do Congresso Nacional em relação à correção de eventuais desvios.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora)

REQUERIMENTO N° 602, DE 1992

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Excentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia se digne encaminhar a esta Casa informações e dados a seguir, referentes à gestão da Companhia Vale do Rio Doce e suas empresas controladas:

1. Desde quando foi fundada a 1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

1.1 Recursos recebidos da União para integralização do capital;

1.2 Recursos transferidos pela Cia. Vale do Rio Doce e controladas aos cofres do Tesouro em pagamento de dividendos.

2. No período de 1970-1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

2.1 A participação do Governo Federal no capital da Cia. Vale do Rio Doce e controladas;

2.2 Os investimentos em projetos e produção de cada um dos ramos de atividades da Vale e controladas;

2.3 Produção e venda dos vários segmentos de produtos no mercado interno e externo;

2.4 A rentabilidade sobre o patrimônio líquido da Vale e controladas;

2.5 Prejuízos da controladora Vale do Rio Doce nas empresas subsidiárias e controladas, individualizando uma a uma;

2.6 Recursos transferidos pela Vale e controladas para o Fundo de Pensões dos funcionários;

2.7 Percentual dos valores transferidos ao Fundo de Pensão sobre a folha salarial da empresa e relação entre os valores transferidos pela empresa e o total das contribuições dos empregados para a Vale do Rio Doce;

2.8 Recursos repassados à Vale e controladas pelo Tesouro Nacional a "fundo perdido" para compensar subsídios.

3. No período de 1981-1991, valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

3.1 Investimentos da Vale e controladas em empresas estrangeiras e lucros auferidos.

4. Com base em 30 de julho de 1992:

4.1 Número de empregados da Vale, coligadas e controladas discriminando estados e localidades em que servem;

4.2 Número de empregados à disposição do Governo da União, Estados e Municípios e custo destes empregados na folha de pagamentos;

4.3 Total do endividamento junto à Previdência Social, FGTS e Imposto de Renda, individualizando os valores corrigidos de cada uma das fontes credoras.

5. Com base em 30 de julho de 1992:

5.1 Endividamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, mencionando as fontes credoras, com os valores atualizados em dólares norte-americanos (vencidos e a vencer).

Justificação

O Grupo Vale do Rio Doce deve manter transparência em relação às atividades inerentes ao exercício da gestão de suas atividades.

Tendo-se expandido muito em seu ramo de atividade, a Vale do Rio Doce e suas empresas coligadas e controladas transformaram-se em grande grupo estatal no País e é um dos grandes complexos empresariais do mundo.

Tudo isso requer permanente vigilância da sociedade sobre os rumos da administração empresarial do Grupo, justificando a preocupação cotidiana do Congresso Nacional em relação à correção de eventuais desvios.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora)

REQUERIMENTO N° 603, DE 1992

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia se digne encaminhar a esta Casa informações e dados a seguir, referentes à gestão da Acominas:

1. Desde quando foi fundada a 1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

1.1 Recursos recebidos da União para integralização do capital;

1.2 Recursos transferidos pela Acominas aos cofres do Tesouro em pagamento de dividendos.

2. No período de 1970-1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

2.1 A participação do Governo Federal no capital da Acominas;

2.2 Os investimentos na produção de produtos siderúrgicos;

2.3 A rentabilidade sobre o patrimônio líquido da Acominas;

2.4 Recursos transferidos pela Acominas para a União, Estados e Municípios a título de ajuda para assistência social;

2.5 Recursos transferidos pela Acominas para o Instituto de Previdência e Assistência aos funcionários;

2.6 Percentual dos valores transferidos ao Fundo de Pensão dos Funcionários da Acominas sobre a folha salarial da empresa e relação entre os valores transferidos pela empresa e o total das contribuições dos empregados para a Acominas;

2.7 Recursos repassados à Acominas pelo Tesouro Nacional a "fundo perdido" para compensar subsídios na conta dos produtos siderúrgicos em decorrência de preços tabelados com índices inferiores ao da inflação.

3. No período de 1981-1991, valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

3.1 Volume das exportações de produtos siderúrgicos.

4. Com base em 30 de julho de 1992:

4.1 Número de empregados da Acominas, discriminando estados e localidades em que servem;

4.2 Número de empregados à disposição do Governo da União, Estados e Municípios e custo destes empregados na folha de pagamentos;

4.3 Total do endividamento junto à Previdência Social, FGTS e Imposto de Renda.

5. Com base em 30 de julho de 1992:

5.1 Endividamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, mencionando as fontes credoras, com

os valores atualizados em dólares norte-americanos (vencidos e a vencer).

Justificação

Como gestora de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, o Grupo Acominas deve manter transparência em relação às atividades inerentes ao exercício daquela gestão.

Tendo-se expandido na área de produtos siderúrgicos, a Acominas transformou-se em um grande grupo estatal no País e um dos grandes complexos empresariais no mundo.

Tudo isso requer permanente vigilância da sociedade sobre os rumos da administração empresarial do Grupo, justificando a preocupação cotidiana do Congresso Nacional em relação à correção de eventuais desvios.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora)

REQUERIMENTO N° 604, DE 1992

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia se digne encaminhar a esta Casa informações e dados a seguir, referentes à gestão da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA):

1. Desde quando foi fundada a 1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

1.1 Recursos recebidos da União para integralização do capital;

1.2 Recursos transferidos pela Cosipa aos cofres do Tesouro em pagamento de dividendos.

2. No período de 1970-1991, com valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

2.1 A participação do Governo Federal no capital da Cosipa;

2.2 Os investimentos na produção de produtos siderúrgicos;

2.3 A rentabilidade sobre o patrimônio líquido da Cosipa;

2.4 Recursos transferidos pela Cosipa para a União, Estados e Municípios a título de ajuda para assistência social;

2.5 Recursos transferidos pela Cosipa para o Instituto de Previdência e Assistência aos funcionários;

2.6 Percentual dos valores transferidos ao Fundo de Pensão dos Funcionários da Cosipa sobre a folha salarial da empresa e relação entre os valores transferidos pela empresa e o total das contribuições dos empregados para a Cosipa;

2.7 Recursos repassados à Acominas pelo Tesouro Nacional a "fundo perdido" para compensar subsídios nas contas dos produtos siderúrgicos em decorrência de preços tabelados com índices inferiores ao da inflação.

3. No período de 1981-1991, valores atualizados em dólares norte-americanos, discriminados ano a ano:

3.1 Volume das exportações de produtos siderúrgicos.

4. Com base em 30 de julho de 1992:

4.1 Número de empregados da Cosipa, discriminando Estados e localidades em que servem;

4.2 Número de empregados à disposição do Governo da União, Estados e Municípios e custo destes empregados na folha de pagamentos;

4.3 Total do endividamento junto à Previdência Social, FGTS e Imposto de Renda.

5. Com base em 30 de julho de 1992:

5.1 Endividamento junto a organismos financeiros nacionais e internacionais, mencionando as fontes credoras, com

os valores atualizados em dólares norte-americanos (vencidos e a vencer).

Justificação

Como gestora de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, o Grupo Cosipá deve manter transparência em relação às atividades inerentes ao exercício daquela gestão.

Tendo-se expandido na área de produtos siderúrgicos, a Cosipá transformou-se em um grande grupo estatal no País e um dos grandes complexos empresariais no mundo.

Tudo isso requer permanente vigilância da sociedade sobre os rumos da administração empresarial do Grupo, justificando a preocupação cotidiana do Congresso Nacional em relação à correção de eventuais desvios.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador João Rocha.

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao exame da Mesa.

A Presidência recebeu manifestações de apoio à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, encaminhadas pelas seguintes entidades:

— Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

— Câmara Municipal de Itapecirica da Serra — São Paulo;

— Movimento Democrático contra a Impunidade (representando 57 entidades);

— Associação Evangélica Brasileira;

— Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Os expedientes serão encaminhados, para conhecimento, à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 52/92-CN. (Pausa.)

Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobre Senador Alexandre Costa, Srs. Senadores, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, recebeu hoje um manifesto dos funcionários do Poder Legislativo dirigido aos Srs. Parlamentares, de grande importância e significação.

Esse manifesto foi entregue com mais de mil assinaturas de funcionários do Poder Legislativo. Tendo em vista que há quase 10 mil funcionários no Poder Legislativo e que novas assinaturas continuam sendo coletadas, o documento poderá contar com um número bastante representativo de adesões.

Dada a vontade dos funcionários que estão assinando o manifesto, avaliei que seria importante registrar, da tribuna do Senado Federal, o teor desse documento, que começa, com grande força, a passar pela consciência de todos os brasileiros. Leio o manifesto dos funcionários do Poder Legislativo aos Srs. Parlamentares:

“Nós, funcionários do Poder Legislativo, diante da grave crise política que assola o País, unimo-nos

a todo o povo brasileiro no apoio irrestrito ao restabelecimento da verdade, resgatando a confiança nas instituições democráticas.

Constrangidos, perplexos e profundamente preocupados com o destino de nosso País, em face dos acontecimentos envolvendo autoridades governamentais, resolvemos manifestar-nos como cidadãos.

O Congresso assume papel principal neste cenário político, quando, através da completa independência da atuação da CPI do PC Farias, vem mostrando à sociedade que, doravante, é necessária uma postura ética dos políticos e dos empresários no trato com a coisa pública.

Hoje, apesar de indignados com a corrupção e a falta de patriotismo de importantes personagens e dirigentes da vida pública, estamos certos de que o Congresso cumprirá com seu dever constitucional para com o povo brasileiro, mostrando-lhe que realmente o representa e que os interesses da sociedade e dos cidadãos deverão estar muito acima dos “esquemas PCs”, dos interesses pessoais e partidários.

Chegou a hora de o Poder Legislativo resgatar a credibilidade das instituições democráticas perante a Nação.

Brasília, 10 de agosto de 1992.

Lídice Viana

Norton Monteiro Guimarães

Guilherme Müller Neto

Lourdes Maria Carneiro

Cecília Escófano

Jairo Bisol

Alabor Nantes e outras assinaturas.”

Por que esse manifesto tem tanta importância? Porque, assim como Deputados e Senadores, em especial aqueles que acompanham de perto os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre denúncias de Pedro Collor de Mello contra atos de Paulo César Cavalcante Farias, em especial os que se constituíram em ilícitudes penais, assim como, repito, Deputados e Senadores têm hoje consciência da gravidade dos fatos ali detectados, também os funcionários do Congresso Nacional acompanharam, de perto, os trabalhos de apuração desses fatos e tomaram consciência da gravidade do que se constatou ali. Não é à toa que estão assinando o manifesto, de forma suprapartidária, funcionários de carreira e funcionários de confiança, englobando todos os Partidos, inclusive funcionários que trabalham para Senadores e Deputados dos Partidos do Governo. Todos estão atentos ao que o Congresso Nacional vai fazer; estão atentos às atitudes de Deputados e Senadores, principalmente a partir do dia 22, quando o Senador Amir Lando lerá, às 10 horas, no Auditório Petrônio Portella, o relatório conclusivo dos trabalhos de apuração das denúncias feitas contra atos do Sr. Paulo César Farias e de quem possivelmente esteja envolvido. Nos dias 24 e 25 haverá a discussão e, no dia 26, a votação do relatório, sendo este, então, encaminhado à Câmara dos Deputados, circunstanciando os fatos. Nesse momento, toda a Nação estará atenta ao procedimento de cada parlamentar, e os funcionários do Congresso Nacional dirão e sublinharão:

“O Congresso assume papel principal neste cenário político. Constrangidos, perplexos, profundamente preocupados com o destino de nosso País, resolvemos nos manifestar como cidadãos. Esperamos que cada

membro do Parlamento cumpra seu dever constitucional para com o povo, mostrando-lhe o que representa, e que os interesses da sociedade e dos cidadãos deverão estar muito acima dos "esquemas PCs", dos interesses pessoais e partidários."

São os próprios funcionários, inclusive de gabinetes, que hoje fazem o alerta para que nenhum parlamentar membro do Congresso Nacional tenha outra atitude que não seja a de cumprir o seu dever perante a população, perante aqueles que o elegeram; que não estejam sendo aqui objeto de qualquer pressão, de qualquer distribuição de favores, de qualquer ação coordenada pelo Governo Federal para impedir que trâmite, com a maior imparcialidade e legitimidade possível, o exame do processo de **impeachment**.

Por que a preocupação dos funcionários do Congresso Nacional? Porque é o próprio Governo, através de alguns de seus Ministros, que começa a colocar, para Deputados e Senadores, que poderão ser muito generosos com os recursos públicos, com decisões governamentais, como, por exemplo, concessões de estações de rádio e de televisão; decisões que significam abrir os cofres das instituições oficiais de crédito, para beneficiar esse ou aquele grupo, relacionado a esse ou aquele parlamentar.

É preciso estar atento a isso. É preciso que a aprovação de projetos neste semestre, em especial os de Ministérios, não leve em conta senão relações de custo e benefício amplamente justificáveis. Que se evite aqui o atendimento de pleitos pessoais de parlamentares, que não guardem relação com uma racionalidade de prioridades que possam ser aberta e transparentemente mostradas à opinião pública.

Se é natural que um parlamentar indique, ao Governo, o que seria importante realizar em sua região de apoio, na região onde tem votos, por outro lado, não é normal que um parlamentar coloque suas reivindicações regionais ou de quem quer que seja, inclusive interesses de grupos econômicos os mais diversos, se não verificar que estejam guardando relação racional com as reais necessidades da Nação como um todo, as necessidades de todas as regiões. Não se pode admitir, sobretudo neste momento, que prevaleçam benefícios pessoais em detrimento daqueles que sejam do interesse público. É muito importante que sejam os próprios funcionários do Congresso Nacional que digam aos parlamentares que estão acompanhando os passos de cada um deles aqui dentro.

Estejam certos, portanto, de que as antenas do povo brasileiro estão ligadas, principalmente as dos estudantes. Eles que, nos "anos rebeldes", nos anos de 67, 68 e 69, saíram às ruas aos milhares, tendo alguns até resolvido que não havia outra alternativa senão a vida clandestina de resistência contra a ditadura militar, hoje saem pela Avenida Paulista, em São Paulo, com uma receptividade simplesmente excepcional, pois são saudados com chuvas de papel picado atirado dos edifícios; saem às ruas dizendo: "Chega, Presidente Fernando Collor, chega de corrupção".

Ah! como é saudável ver a juventude brasileira sair às ruas, estampando nos rostos palavras de ordem, como os daquela moça que desenhou em seu rosto, conforme mostra a primeira página do *Jornal da Tarde* de hoje, os dizeres: "Chega de Collor!". Portanto, os estudantes voltam às ruas em passeata, desta vez com frases contra a corrupção, exigindo a renúncia ou o **impeachment** do Presidente da República.

Como pôde o Presidente Fernando Collor passar o seu 43º aniversário sem se dar conta do que está pensando a Nação?

Há pouco, tive a notícia de que alguns Senadores fizeram visita de solidariedade e de homenagem ao Ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, Fazenda e Planejamento. Considero S. Ex^a uma pessoa que até agora demonstrou seriedade na forma de tratar a coisa pública. Discordo, contudo, da maneira como priorizou as metas econômicas. O Governo — diz a imprensa — não cumpriu as metas que havia colocado para o Fundo Monetário Internacional; não conseguiu reduzir a inflação, nem conter em 120 trilhões, até junho, o déficit nominal do setor público que estava previsto. Os resultados obtidos pelo programa no primeiro semestre talvez já tenham sido divulgados hoje pelo Secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente. Quero ter esses números para poder analisá-los.

Gostaria de lembrar desta tribuna que, em abril último, quando foi analisado aqui o acordo com o Clube de Paris, salientei que seria muito difícil para o Governo cumprir suas metas de superávit primário de 3% do PIB, neste ano de endividamento interno de apenas 1,5% do PIB e de um *seigniorage* de apenas 1,5% do PIB. Disse, nessa ocasião, e está registrado, que o superávit primário seria menor do que o previsto pelo Governo, e, em consequência, teríamos um *seigniorage* maior do que o previsto e um endividamento interno maior do que o previsto; consequentemente, teríamos uma inflação média, ao longo deste ano, superior a 20% ao mês; portanto, ao contrário da previsão governamental, que era de uma inflação anual em torno de 220%, teríamos uma inflação superior a 600% ao ano. Estamos muito mais próximos disso.

Considero, portanto, que estava correto o alerta que fiz, como representante do Partido dos Trabalhadores, no sentido de que não deveríamos dar prioridade a um pagamento tão generoso aos credores internacionais, como quis o Presidente Fernando Collor, como quis o Ministro Marcílio.

Discordo, assim, da política econômica do Ministro Marcílio Marques Moreira. Eu gostaria de poder dizer a ele, e o farei na primeira oportunidade, que as previsões que aqui coloquei estão muito mais próximas da realidade. Mas, neste momento, é importante que se diga a S. Ex^a: cuidado com as pressões dos Ministérios da Ação Social, da Educação e da Previdência! Com aqueles que, em quaisquer Ministérios deste Governo, estejam a agir agora junto ao Congresso Nacional, com vista a tentar vergar a vontade ou a consciência de membros do Parlamento.

Que não seja a barganha o método de se votar a respeito do **impeachment**. A Nação toda está atenta. Cada vez mais estudantes, engenheiros, profissionais da área de saúde, como os que estão reunidos agora na IX Conferência Nacional da Saúde; arquitetos, trabalhadores de todas as profissões estarão saindo às ruas para externar o seu sentimento de que é preciso dar um basta. Esse sentimento brasileiro está sendo detectado hoje por, praticamente, todos os jornais e emissoras de rádio e de televisão. Inclusive, aquele que tem sido considerado, há décadas, o mais importante jornalista político deste País, o Sr. Carlos Castello Branco, publica hoje, em sua coluna, sob o título "Sem profetas não há o apocalipse", o seguinte artigo, que passo a ler:

"Seria agradável para todos, especialmente para mim, que o conheci desde rapazinho, rebento de uma família amiga, vizinho da minha casa e convivendo com os meus filhos, saudar, hoje, o Presidente Fernando Collor de Mello, que completa 43 anos de idade, no vigor da saúde.

Louvá-lo pelo que tivesse feito de bom e desejar que fosse em frente e concluisse bem o seu governo estaria na linha dos nossos desejos e justificaria o otimismo dos mágicos e astrólogos, para os quais, no dia do aniversário natalício, a pessoa transpõe o inferno zodiacal e reencontra o seu paraíso particular.

Infelizmente, no entanto — e este é o meu sentimento, também —, a linha ditada pelos astros não está encontrando coincidência com a realidade pessoal vivida pelo Presidente da República. Ele está embalhado num tumulto, sem muitas alternativas de decisão, a ponto de essa espécie de Tirésias da nossa República, o Deputado Ulysses Guimarães, o ver numa encravilhada com quatro saídas, duas das quais, de tão azaigas, sequer deveriam ser mencionadas, a não ser na estrita intimidade — a morte por suicídio ou a morte por assassinato."

Não é este o desejo que tenho, absolutamente; acredito mais nas duas outras alternativas:

"A massa popular não está contagiada desse sentimento de tragédia, e os políticos continuam a tratar a exposição de horrores que emerge da CPI do Congresso como um episódio que possa ser politicamente contornado na base da negociação de verbas e da articulação de interesses menores — o que é condenável! Para o Governo e a Oposição tudo se reduz a uma questão de números que possibilitem ou não tramitar um processo de **impeachment** contra o Chefe do Governo.

Por contundentes que sejam os fatos que a cada dia mais se avolumam e jamais se dispersam, ainda não há consciência de que se processasse a "faxina moral" de que fala o Deputado Maurílio Ferreira Lima. Os políticos tratam da política, e o povo fica à margem — está deixando de ficar à margem, pois está participando cada vez mais e se tornando cada vez mais consciente — sem saber bem o que se passa, quem é PC Farias, quem são os membros da sua *societas sceleris*, o que é **impeachment** etc. As pessoas não se ligam a acontecimentos que transcorrem numa república longínqua, distante do que vivem dia a dia.

As próprias camadas mais altas econômica e culturalmente da sociedade continuam anestesiadas, vivendo sua esperança de que se compra o programa de modernização, da desregulamentação, da liberdade da economia, do Estado voltado para suas funções sociais de incentivar a educação, de assegurar assistência médica e de dar segurança aos cidadãos. É como se o drama armado entre a CPI e a Casa da Dinda nada tivesse a ver com a realidade imediata do País, com o que pode acontecer a qualquer momento. Não se percebe que o êxito de qualquer programa, de qualquer política, tem a ver com a sanidade física e moral dos seus agentes e da própria nação.

Pesquisas de opinião seriam suficientes para dar a medida reduzida com que a grande massa humana deste País convive com esse drama, no entanto real. E não parece assim tão difícil identificar onde está o vazio que isola do povo a elite política, impedindo que se gere um canal de comunicação que, como uma corrente elétrica, transita de um lado para outro, com retorno.

Os Partidos não estão sendo o veículo adequado, e uma instrumentação desse tipo será ineficaz enquanto for o sopro franzino de um só Partido, mesmo que seja o PT, que tem intimidade apenas com um lado do possível auditório."

É necessário — digo eu — que outros Partidos se mobilizem, tanto quanto o Partido dos Trabalhadores já resolveu fazê-lo. Prossegue Carlos Castello Branco:

"A crise não achou ainda a sua grande voz: a voz do profeta que anuncia o apocalipse, como foi, em outros e já remotos tempos, o tribuno Carlos Lacerda; a voz que tonitrua e penetra pelo sistema nervoso de todos e de cada um, independentemente de credos políticos; que alivia, que une ou que parte ao meio, mas que fere fundo.

Não bastam os horrores anunciados por uma CPI para que os espíritos se inflamem. Para levar tudo isso a um desfecho, seja qual for, faz-se necessária a grande voz que quebra a calma do mercado e estoure o placar eletrônico.

A mediocridade dos atores que estão em cena não aponta para momentos apocalípticos. Sem profetas não se faz apocalipses. Tudo continuará nesse penosa negociação que deverá seguir-se ao relatório da CPI, dependente de que uma cisão aqui outra ali possa ditar os destinos do governo, do Presidente da República e do próprio país. As lideranças estão vendo assim, e, como elas são a própria realidade brasileira visível, devemos esperar que escolham quem vai pedir o **impeachment** ou quem convence o Procurador-Geral da República de que há provas suficientes para denunciar Collor ao Supremo Tribunal pela prática de crimes comuns. Essa é a medida da crise, pelo menos até que aconteça algo maior."

Algo maior está acontecendo. A voz daquele que foi Carlos Lacerda em 54 é muito diferente. Hoje, a voz é a dos estudantes que foram às ruas; é a dos trabalhadores que estão indo às ruas; é a dos nossos eleitores que estão indo às ruas. Duvido que haja hoje um deputado ou senador que, ao sair às ruas de qualquer cidade brasileira ou no meio rural, não ouça a pergunta: "Como é: o que vocês vão fazer? Vão deixar o Presidente Fernando Collor ainda muito tempo no poder, ele que tanto prometeu combater a corrupção, os marajás e os desvios de recursos públicos?"

Já não há mais dúvida, porque as provas estão aí: Sua Exceléncia, de fato, permitiu que o Sr. Paulo César Farias acumulasse extraordinária fortuna de centenas de milhões de dólares, que podem até ter alcançado a casa dos bilhões de dólares — isto ainda está por ser apurado com maior precisão. O Governo Collor simplesmente avaliou que poderia misturar a coisa pública com a coisa privada. Já desde o início desse Governo, a equipe da Ministra Zélia Cardoso de Mello se hospedava na Academia de Tênis, ao invés de hospedar-se na casa ministerial, que teria sido abolida. Mas com recursos de onde? Ah! Com recursos de pessoas que recebiam das economias administradas pelo Sr. Paulo César Farias.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite-me V. Ex* um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — Meu admirável nobre Senador, pedi este aparte a V. Ex^a para fazer algumas considerações sobre um determinado trecho do seu pronunciamento. Eu estava em meu gabinete, ouvindo, com muito gosto e acentuado interesse, as suas judiciosas considerações. Chamou-me a atenção, então, aquele trecho em que V. Ex^a se referiu ao Ministro Marcílio Marques Moreira, dizendo que, na primeira oportunidade que tivesse, faria algumas advertências a S. Ex^a. Pois bem, nesse instante, animei-me a vir ao plenário para dizer que hoje, às 12h30mim, aconteceu o que teria sido uma oportunidade singular e interessante para V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPILY — Não fui avisado, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — ... fazer as suas considerações. V. Ex^a diz não foi avisado, e aceito como legítima e verdadeira a sua informação. Lamento, no entanto, que isso tenha ocorrido. Na verdade, éramos 21 Senadores e fomos fazer uma visita ao Ministro, sem que nada tenha sido orquestrado; foi um movimento espontâneo, nascido da consciência do Senado da República. Fomos a S. Ex^a para dizer que estávamos ali numa manifestação de apoio não à forma como estava conduzindo à sua política econômica, mas, pelo menos, à sua austeridade. Fomos pedir a retomada do crescimento econômico; fomos pedir uma preocupação maior, da parte do Ministério, em relação à política de empregos; fomos pedir o desacelramento da nossa recessão, dessa recessão que atinge a todos nós; fomos pedir a redução das taxas de juros e apoio para saúde. Coincidente, sem que tivéssemos tido nenhuma informação a respeito, ao saímos do elevador no andar do gabinete do Ministro, encontramos, voltando de lá, os Ministros Adib Jatene, Ricardo Fiúza e dois outros, de cujos nomes não me recordo. Se V. Ex^a tivesse tido a oportunidade desse encontro, certamente diria: "Cuidado, Ministro, com as pressões que vêm sendo exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da...

O SR. EDUARDO SUPILY — ... da Ação Social.

O Sr. Jonas Pinheiro — ... sim, da Ação Social". Não ouvi V. Ex^a falar no Ministério da Saúde, mas poderia muito bem tê-lo incluído. Agora, como acautelar-se, como se prever, como não correr o risco de ser acusado de estar agindo de forma eleitoreira? Como não ser pressionado, não pelos políticos, porque nós, os 21, fomos dizer que queríamos tudo isso sem fisiologismo. Fomos condenar a política do "toma lá, dá cá"; fomos condenar a política do "é dando que se recebe". Foram Senadores do porte de Jutahy Magalhães, Ronan Tito, Beni Veras, Magno Bacelar e vários outros da Oposição, como também vários parlamentares de Partidos que apóiam, manifestamente, o Governo. Mas fomos lá de forma suprapartidária, conscientes de que temos um compromisso e uma responsabilidade perante os destinos da Nação. É difícil resistir às pressões da sociedade, que está sem leito hospitalar, sem assistência médica; é difícil resistir às pressões do Ministério da Educação, que está sem material escolar, sem merenda escolar, com professores mal remunerados e uma rede escolar sucateada. É muito difícil um ministro se manter insensível e não atender aos reclamos — não dos políticos, porque somos políticos que exercem seu papel com dignidade, honradez e legitimidade. Meu caro Senador, é preciso ser judicioso na hora das colocações; mas é preciso, também, dar aos ministros uma oportunidade, um crédito de confiança. A responsabilidade deles é muito grande. Eles não podem

ficar à margem do processo, ignorando a aflição que domina nosso povo pobre, carente, faminto, mal assistido. É difícil resistir diante desse cenário com o qual estamos convivendo. Mas também é impossível aceitar esses escândalos, em que se desviam tantos recursos da Nação. Como diz V. Ex^a muito apropriadamente, sabemos que foram desviados centenas de milhões de dólares. Os fatos estão aí comprovando essa verdade; falta somente a conclusão dos trabalhos da CPI e das investigações da Polícia Federal. Há um pronunciamento da Procuradoria-Geral da República, enfim, dos poderes próprios, para depois avaliarmos: impeachment ou não. Não defendo, não acuso; quero ver primeiro os fatos comprovados. Mas é necessário, meu amigo e nobre Senador, que não condenemos o Ministro pela liberação de uma verba para assistir hospitais, escolas, alimentar crianças, porque muitas delas vão à escola justamente pela merenda escolar. Não se condene um ministro pelo exercício de sua atividade. No entanto, cabe a nós fiscalizar, saber, procurar descobrir quando essa liberação é fruto de fisiologismo. Quando for, afim, a minha voz se somará à de V. Ex^a para, em uníssono, condenarmos essas atitudes que, próximas às eleições, podem parecer extremamente eleitoreiras. Quero, com todo o respeito, fazer essas observações e expor o meu pensamento a respeito dos fatos que V. Ex^a traz, nesta oportunidade, à tribuna do Senado. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILY — Agradeço, nobre Senador Jonas Pinheiro, o testemunho que V. Ex^a traz a respeito da visita que hoje, segundo se diz, 21 Srs. Senadores fizeram ao Ministro Marcílio Marques Moreira. Em relação ao que V. Ex^a nos transmitiu, estou de acordo. É importante que 21 Srs. Senadores, dos mais diversos Partidos nesta Casa, tenham dito ao Ministro que não admitem qualquer procedimento, a esta altura, em especial, que possa vislumbrar o fisiologismo, o clientelismo; que possa significar qualquer atendimento que não respeite critérios abertos, transparentes, racionais, de atendimento às necessidades da população. Que jamais, algum Parlamentar, seja atendido em função de interesse que não seja o público, o interesse maior da população brasileira; e que haja, de fato, critérios abertos, transparentes, de destinação desses recursos.

A respeito desse assunto, apresentei requerimento de convocação do Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, ao Senado, não apenas para explicar os critérios de destinação de recursos do PROSEGE — Programa de Saneamento Básico —, mas também para explicar a maneira pela qual está computando as preferências, as prioridades de seletivo grupo de parlamentares que receberam uma carta, publicada na semana passada pela imprensa. Trata-se de uma carta de oito linhas em que pede as prioridades orçamentárias e não orçamentárias de alguns membros do Congresso Nacional. É necessário que S. Ex^a aqui explique o que quer dizer exatamente essa solicitação feita a alguns parlamentares escolhidos, já que muitos daqui não receberam tal ofício, e que tem um caráter semi-oficial, pois, embora assinado pelo Ministro Ricardo Fiúza, da Ação Social, foi escrito em papel não timbrado. Espero que, até a próxima semana, possa esse requerimento ser votado pelo Plenário, uma vez que já foi determinada a sua publicação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alexandre Costa, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede aos Srs. Senadores que venham para o plenário, uma vez que, após o pronunciamento do ilustre representante de Pernambuco, Senador Ney Maranhão, deveremos iniciar a Ordem do Dia, na qual se acha incluída proposta de emenda à Constituição.

A Presidência pede, a partir de agora, que os Srs. Senadores venham ao Plenário para participar dessa importante deliberação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no Brasil que ora estamos vivendo, onde desgraçadamente aumenta o sofrimento que pesa sobre a Nação, são encontrados, embora envoltos na sombra e no anonimato, os cultores do caos, os que acham que é sempre ótimo o quanto pior, melhor.

Refiro-me, Sr. Presidente, os participantes da rede infeliz e irresponsável dos supermercados dos boatos.

Na semana passada, Sr. Presidente, os bandidos do caos espalharam, pelo País afora, informações infundadas e mentirosas de que o Ministro da Economia, Marçilio Marques Moreira, tinha pedido demissão do cargo. Eu estava jantando na casa do Deputado Jonival Lucas, juntamente com o Deputado José Carlos Vasconcelos, quando recebi um telefonema perguntando-me sobre a demissão do Ministro da Economia. Imediatamente, liguei para o Ministro Marçilio, que me afiançou que tudo estava normal, que em seu Ministério não havia anormalidade alguma, no momento. Fiquei tão revoltado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a boataria que, ainda ao telefone com o eminente Ministro da Economia, inadvertidamente, pronunciei um palavrão. Quando percebi que ainda falava com o Ministro, pedi-lhe as devidas desculpas, pois o Ministro Marçilio é um homem público por quem tenho grande respeito e admiração.

Sr. Presidente, o que esse pessoal do supermercado dos boatos deseja, na verdade, é disseminar a discordia, na tentativa de tumultuar e enegrecer profundamente o dia-a-dia de nossa população com notícias mentirosas e cheias de maldade. É visível, Sr. Presidente, que o fato de esses cabras alardearem o caos, afeta diretamente a vida econômica do País, que está sob o comando do Ministro Marçilio e sua equipe. O Ministro está sustentando galhardamente a economia, superando todas as expectativas adversas, controlando a inflação sem planos mirabolantes, sem pacotes do tipo Delfim e de outros ministros que passaram por essa Pasta. É o resultado aí está, para quem quiser enxergar: um saldo nunca visto de divisas de quase US\$20 bilhões. A meta desses caloteiros, na verdade, Sr. Presidente, é fazer desabar a nossa economia e como urubus agourentos caírem sobre ela.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Ney Maranhão, V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — Senador Ney Maranhão, se existe uma unanimidade, numa Casa composta de personalidades tão heterogêneas como o Senado da República, é o

reconhecimento aos atributos morais, à capacidade, à idoneidade do Ministro Marçilio. Praza aos céus que o Ministro receba o apoio do Presidente da República para permanecer com essa política que vem atender aos anseios e aos interesses do País. Que S. Ex^e não seja pressionado para fugir aos critérios estabelecidos pela sua equipe econômica, que, em boa hora, soube conquistar o respeito e a credibilidade desta Nação. Daí me congratular com V. Ex^e, pela defesa que faz da eficiência, do acerto e da honorabilidade do Ministro Marçilio.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço ao nobre Senador Divaldo Suruagy, meu amigo. Primeiramente, como todos nós sabemos, o Brasil conhece a posição clara, transparente, que V. Ex^e tem quanto ao Governo Federal e ao Presidente da República. Esse aparte de V. Ex^e vem mostrar que a consciência do Senado, justamente amparado na Constituição, tem poderes para tratar da dívida interna e externa, ou seja, da área econômica. O aparte de V. Ex^e vem a calhar no sentido de que o Senado da República, praticamente pela sua unanimidade tem consciência da confiança que o Ministro Marçilio tem imprimido num Ministério tão importante para a solução dos graves problemas que atravessamos. Agradeço a V. Ex^e o oportuno aparte.

Continuando, Sr. Presidente:

A meta desses caloteiros, na verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é fazer desabar a nossa economia, e como urubus agourentos caírem sobre ela, para tirar proveitos e vantagens pessoais; vantagens que, no momento, não estão conseguindo.

Com o dólar em alta e com a queda das bolsas, esses bandidos faturam somas fabulosas. Isso lhes dá disposição de continuarem com a guerra impatriótica dos boatos, mesmo significando prejuízo e maior sofrimento para a vida do povo brasileiro.

Está aí, Sr. Presidente, a torcida diabólica do quanto pior melhor e o venenoso desejo ardente de querer ver o circo pegar fogo. Lanço, aqui, meu protesto contra essa forma de banditismo que está se instalando no País. É preciso pegarmos essa gente pela goela e lhe darmos uma lição tão dura, que jamais a esqueçam.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me V. Ex^e um aparte, Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor — Ouço com a maior atenção o pronunciamento de V. Ex^e, feito no estilo costumeiro de muita firmeza na defesa dos seus princípios. Nesse sentido, V. Ex^e é mercedor da nossa admiração, mas é preciso analisar o tema que V. Ex^e enfoca: a permanência do Ministro Marçilio Marques Moreira à frente do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. E há um ponto que é fundamental destacar: houve um saldo qualitativo entre a equipe econômica dirigida pela ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello e a atual, que é conduzida pelo Ministro Marçilio Marques Moreira. Não quero, com isso, afirmar que estou concordando com a política econômica igualmente recessiva, perniciosa ao nosso desenvolvimento, levada a efeito tanto na administração da Ministra Zélia como na atual. Mas, o que se vê agora é mais seriedade, Senador Ney Maranhão, é mais maturidade na condução da nossa economia. E com todo o respeito, porque geralmente quando se está no poder é badalado, reverenciado,

e quando se sai é apedrejado, e não quero pertencer a esse grupo que assim age, mas houve um debate na Comissão de Economia do Senado, onde se fizeram reverências absolutas à política econômica da Ministra Zélia Cardoso de Mello. Depois se viu que tudo aquilo era realmente uma grande farsa, uma grande encenação; era uma fachada, tudo era vazio, não havia sentido técnico, não havia sequer consciência dos interesses nacionais. Ao que tudo indica, não é essa a posição, nem a essência do trabalho do Ministro Marcílio Marques. Não faz pirotecnia econômico-financeira, não apostava em teoria do step by step, paulatinamente, procurando seus objetivos, sem jogar para a platéia, nem a platéia interna, a do público interno do Governo.

O SR. NEY MARANHÃO — Isso é muito importante, Senador.

O Sr. Mansueto de Lavor — Então, é por isso, Senador Ney Maranhão extremamente inconveniente, neste momento, e até mesmo de um prejuízo terrível para o País e para a sua economia a substituição, nas atuais circunstâncias, do Ministro Marcílio Marques Moreira. Tal fato demonstraria que a crise política, que, espera a Nação, passe o mais rapidamente possível, teria afetado a política e a área econômica, com repercussões terríveis para o contexto financeiro internacional, no qual o Brasil se está procurando inserir. Então, sem que este meu aparte represente um apoio à política recessiva do Ministro Marcílio Marques Moreira, concordo com V. Ex^e que o Ministro é uma das importantes peças do atual Governo, um homem respeitável e que está levando com extrema dedicação, seriedade e patriotismo o seu trabalho à frente da nossa economia. Era o que queria registrar, agradecendo o espaço que V. Ex^e me dá no seu pronunciamento.

O SR. NEY MARANHÃO — Meu colega de Bancada pernambucana, Senador Mansueto de Lavor, V. Ex^e é um dos defensores, um dos baluartes da defesa dos micro, pequenos e médios empresários neste País, pois o trabalho que V. Ex^e tem feito, muitas vezes silenciosamente, está começando a dar resultados. Essa gente tem a consciência de que, unidos, com a força que têm, podem combater, podem enfrentar os cartéis, os oligopólios que tanto mal têm feito ao País.

O Sr. Mansueto de Lavor — Se V. Ex^e me permite, gostaria de acrescentar, já que V. Ex^e toca no assunto, que o Ministro Marcílio tem, realmente, dedicado a esse segmento importantíssimo da economia toda sua atenção e procurado colocá-la, apesar do ambiente recessivo, num clima de esperança em melhores dias para a economia, isto é, não tem abandonado no purgatório ou no inferno o micro e o pequeno empresário brasileiro. Nesse sentido, a matéria veio ao Congresso, e por duas vezes já decidiu a sorte do micro e pequeno empresário. Da última vez, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, foi assinado um documento dispensando dos balancetes mensais as micro e as pequenas empresas, o que era impossível de ser feito por todas elas. Todos estariam na ilegalidade tributária, não fosse aquela portaria. Registro, portanto, pois é a plena verdade, o apoio que o Ministro Marcílio Marques Moreira está dando a esse segmento da micro e da pequena empresa.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte de V. Ex^e Credito a V. Ex^e, sem dúvida alguma, apesar de ser da Oposição, e também a alguns de nossos companheiros, grande parcela de contribuição nesses benefícios adquiridos.

O que está em jogo, Senador Mansueto de Lavor, é o desenvolvimento do País. Temos o exemplo de países que saíram da recessão e que estão, hoje, com o seu PIB aumentando cada vez mais, como é o caso da Itália e da Espanha, que apresentam uma grande área da economia formada pelos micro, médios e pequenos empresários, da China e de Formosa, este um país menor que a Paraíba e que possui uma reserva de mais de US\$90 bilhões, formada à base dos micro, médio e pequenos empresários.

Os resultados estão surgindo, e essa gente, graças à política de abertura, já está chegando ao Nordeste brasileiro.

Acredito que dentro de, no máximo, sessenta dias, estaremos inaugurando, no Município de Surubim, uma fábrica de bicicletas. Na semana passada, chegou o governador da província mais populosa da China Continental, uma província que tem o dobro do território de Pernambuco, mas que tem 107 milhões de habitantes, enquanto temos apenas 8 milhões. Há apenas uma diferença: lá, nos sinais de trânsito, não há crianças pedindo esmolas. Na China, isso não existe.

Esse governador assinou agora, juntamente com o Governador Joaquim Francisco, uma carta de intenção, da qual fui testemunha, em que foi feita a doação, ao governador chinês dessa província, de 12 mil hectares de terra, para o projeto integrado que a China Continental vai implementar em Pernambuco. Isso significa abertura aos investimentos chineses neste País.

Completando, Senador Mansueto de Lavor, está sendo aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto de minha autoria, pelo qual me bato desde o início, sobre essa abertura para investimentos de capital estrangeiro, projeto esse centrado na defesa da micro, média e pequena empresa.

A justificativa desse projeto é toda ela baseada nos planos econômicos da China Comunista, onde o médio, pequeno e micro empresários podem remeter o lucro do final do ano para qualquer parte do mundo.

Nós ainda estamos engatinhando nesse setor. Precisamos que nossos Senadores, nossos Deputados, nossos Congressistas vejam o laboratório do povo chinês, que está conseguindo resolver os problemas, naquele grande país, que são imensuravelmente maiores do que os nossos. Agradeço a V. Ex^e.

Na semana passada, Sr. Presidente, realizou-se a cerimônia da assinatura do Plano para a Safra Agrícola de 1993, que foi motivo de especial alegria para o Senhor Presidente da República. O plano visa a ajudar o trabalho do produtor rural no ano que vem.

A safra 91/92 teve resultados excepcionais. O Presidente ouviu as reivindicações do homem do campo e o dinheiro chegou na medida e na hora certa para que o agricultor pudesse plantar, quebrando o recorde de produtividade.

Em 1992, não importamos leite, como aconteceu nos períodos anteriores; exportamos mais soja; a exportação de carne suína foi 140% superior a 1991; o produto agrícola cresceu quase 9%. Na movimentação da safra, 52% da frota nacional de caminhões é usada. Como consequência direta dessa vitalidade econômica no campo, nosso Produto Interno Bruto crescerá cerca de 2,5%, o que significa aumento de renda per capita de 0,5%, avanço que não ocorria há quatro anos.

“Esse é o resultado de 300 dias e de muitas noites ... para refazer a agricultura brasileira e resgatar a esperança do povo”, afirmou o Ministro Antônio Cabrera.

O Banco do Brasil, na pessoa de seu Presidente, o dinâmico Dr. Lafaiete Coutinho, é o grande dinamizador da revolução verde do Governo do Presidente Fernando Collor.

É tal seu empenho em atender ao produtor rural que, em suas mãos, está tudo a indicar que o Banco do Brasil voltou às suas origens: financiar a produção agrícola do País. Esse é o caminho a ser trilhado, e dele está sendo timoneiro o Presidente do Banco do Brasil.

“O crédito não faltará àqueles que estiverem dispostos a dar o melhor de si para alcançarmos resultados cada vez mais positivos no campo.”

Para o custeio estão disponíveis, no Banco do Brasil, US\$5 bilhões e 200 milhões, além de US\$200 milhões para investimentos.

Sr. Presidente, é tal a importância dos discursos profícos tanto pelo Senhor Presidente da República como pelo Ministro Antônio Cabrera, quando da assinatura do Plano para a Safra Agrícola de 1993, que peço a transcrição dos mesmos nos Anais desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO LANÇAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA

Brasília, 6 de agosto de 1992.

A cerimônia de assinatura do Plano para a Safra Agrícola de 1993 é para mim e para meu Governo um momento de especial alegria.

Hoje, lançamos novas estratégias e medidas que vão ajudar o trabalho do produtor rural no ano que vem.

Mas este também é um momento de comemoração dos resultados excepcionais que alcançamos na safra 91-92.

Em setembro do ano passado, recebi aqui, neste Palácio, lideranças ligadas ao campo que me vinham pedir a liberação urgente de recursos para salvar a agricultura nacional.

Ouvi com atenção as suas reivindicações; em seguida, convocei o Ministro da Agricultura e a equipe econômica para debater e solucionar a questão.

Com a sensibilidade do Ministro Marclio e a diligência do Ministro Cabrera, o resultado foi o que se viu: o dinheiro chegou na medida e na hora certa para que o agricultor pudesse plantar, quebrando recordes de produtividade.

O esforço deste Governo em dar apoio integral e prioritário à agricultura não parou aí: vieram pedir-me modelos novos e definitivos de incentivo à produção rural, e, em outubro passado, adotamos um conjunto de medidas que continuam a revolucionar a política agrícola, eliminando artifícios, fortalecendo a iniciativa privada.

Essas medidas provocaram mudanças estruturais profundas, que complementaram as propostas do Plano Nacional Agrícola, a Lei Agrícola, sancionada no início de 1991, e a instalação do Conselho Nacional de Política Agrícola, iniciativas que promoveram ganhos reais de produtividade, a partir da consolidação de estrutura de mercados livres e competitivos.

Maior segurança, prosperidade e tranquilidade no campo significam mais comida na mesa do trabalhador, a melhores

preços, trazendo para baixo os índices de inflação; significam, também, mais divisas do exterior, para financiar a retomada definitiva do crescimento econômico.

Assim, nossas expectativas e esperanças com relação à safra de 91/92 foram mais do que confirmadas:

— em 92, não há sequer previsão de importação de leite, o que contrasta com períodos anteriores, em que importávamos, na média, cerca de 100 mil toneladas/ano;

— também em 92, registramos o mais intenso fluxo de exportações da história do complexo soja;

— as exportações de carne suína, no primeiro semestre deste ano, foram 140% superiores a 1991;

— as exportações de carne bovina, no primeiro quadrimestre, foram 55% superiores ao ano passado;

— o crescimento estimado do produto agrícola, em 1992, chegará a quase 9%;

— o crescimento projetado da lavoura ultrapassará os 11%;

— somente a movimentação da safra agrícola vem utilizando aproximadamente 52% da frota nacional de caminhões.

Como consequência direta dessa vitalidade econômica do campo, nosso Produto Interno Bruto crescerá cerca de 2,5%, o que significa aumento de renda per capita de 0,5%, avanço que não ocorria há quatro anos.

Senhoras e Senhores,

Esses são apenas alguns dos excelentes indicadores que conquistamos na última safra.

São o testemunho vivo de que o campo acreditou no seu potencial, de que o produtor rural é um agente fundamental no processo de reconstrução nacional e de que virá do campo o impulso irreversível para a modernização do País.

O Banco do Brasil — é preciso ressaltar — tem desempenhado um papel decisivo na “revolução verde” de meu Governo: resgatei outro compromisso que assumi com a Nação ao recuperar a sua vocação agrícola, transformando-o, hoje, por excelência, em casa do agricultor, um banco de fomento e apoio ao setor rural.

Quero expressar minha gratidão ao Presidente do Banco do Brasil, à sua direção e aos milhares de funcionários do Banco, que não têm medido esforços na tarefa de assistir o produtor.

Para a safra do biênio 92/93, seguiremos buscando continuamente ajustes dos instrumentos da política agrícola: o crédito não faltará àqueles que estiverem dispostos a dar o melhor de si para alcançarmos resultados cada vez mais positivos no campo.

Somente em custeio, estarão disponíveis recursos da ordem de 5,2 bilhões de dólares, cerca de um bilhão a mais do que na safra passada, ao mesmo tempo que estamos reforçando em mais 200 milhões de dólares a disponibilidade para investimentos.

A pesquisa agropecuária, como aqui já foi referida, disponibiliza de 135 milhões de dólares, enquanto o Proagro receberá 150 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 700 bilhões de cruzeiros.

Outras medidas agora adotadas são:

— implementação de linha de crédito de financiamento rural para irrigação;

— privatização dos armazéns do Ministério da Agricultura, começando já pela venda de 133 deles;

— adoção da “caminhada tecnológica para o campo”, eliminando limite de crédito rural para o produtor que seguir a cartilha técnica da Embrapa.

Mas o pleito mais importante que estamos atendendo é o desejo do setor agrícola de ter regras claras e estáveis, que não mudam ao longo do tempo.

Assim, todas as normas estabelecidas no ano passado permanecem inalteradas e em pleno vigor, com destaque para a taxa de juros mais favorecida e a garantia de plantio até a venda do produto, iniciativas que tão bons resultados já nos deram.

Senhoras e Senhores,

A cada dia se renova o orgulho que tenho de governar este grande País.

A caminhada cívica que iniciamos em 1990 dá passos largos rumo ao grande destino de nossa gente.

O agricultor confiou e continuará a confiar em meu Governo porque sabe que tenho um compromisso firmado com o seu bem-estar.

Jamais os milhões de lares no campo, em que brilham sempre as luzes da esperança, deixarão de contar com minha solidariedade, com meu incentivo e com meu apoio.

É com a força da agricultura, com a determinação incansável de um povo que, de cabeça erguida, nunca perde a fé e o otimismo, que haveremos de reconstruir o Brasil solidário e justo, com que todos sonhamos.

Nesta tarefa, tenho certeza, Deus continuará a anos ajudar!

DISCURSO DO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA

Senhor Presidente

Produtores e Trabalhadores Rurais do Brasil!

Este é um encontro que estava marcado. Há um ano, selamos, aqui mesmo, um compromisso: voltarmos para o campo e tirar da terra um Brasil Novo. Diante do Presidente da República, de outros Ministros, de Presidentes de Bancos, de Parlamentares — diante do povo brasileiro — assumi, em nome dos meus companheiros agricultores, o desafio de encher os paíóis e retomar a caminhada do Brasil para o Primeiro Mundo.

Hoje, estamos prestando contas:

- 70 milhões e quinhentas mil toneladas de grãos;
- 35 milhões de toneladas de hortigranjeiros;
- 30 milhões de toneladas de frutas;
- mais de 8 milhões de toneladas de carnes;
- 12 bilhões de litros de leite;
- 1.5 milhão de toneladas de algodão para tecidos;
- 200 milhões de toneladas de cana para produção de açúcar e álcool;
- 30 milhões de toneladas de frutas para produção de sucos e bebidas, e 2 milhões de toneladas de café e cacau.

Este é o resultado de 300 dias e muitas noites de poeira e sol, de chuva e frio, de sono e cansaço, através do Brasil, para refazer a agricultura brasileira e resgatar a esperança do povo, confirmando o seu projeto de Reconstrução.

De volta à sua presença, Presidente, trago a resposta do homem do campo "a safra cheia, que ajuda a estabilizar a inflação, promove o crescimento da economia no interior, cria empregos, move fábricas, faz crescer as exportações — traz, de volta, a esperança, a fé e a confiança.

Mas, senhores, como a vida é um eterno recomeçar, e a estrada se faz ao andar, viemos trazer uma nova proposta, levantar um novo desafio — convidamos Vossa Excelência para dar a partida a uma nova grande safra, um plantio de trabalho, tecnologia e perseverança — abrindo caminho para uma colheita de alegria e de fartura.

Para essa jornada, Senhor Presidente, contamos com a coragem e a força do produtor e do trabalhador rural brasileiro. Contamos com a seriedade, o patriotismo e a bravura daqueles que semeiam alimentos, plantando a paz, cultivando a vida.

E precisamos contar, mais uma vez, com a cooperação, a parceria e a compreensão de brasileiros como o Ministro Marcílio e os Presidentes Lafaiete, Francisco Góis e Modiano.

Nosso maior tesouro é a coragem do homem do campo, o seu entusiasmo. Esse homem traz a mão calejada e abençoada porque, mais abençoado do que o fruto, é a mão que semeia, cuida, colhe e distribui. Os calos das mãos dos trabalhadores, Senhor Presidente, assim como as rugas que vincam seu rosto, são as credenciais, as referências — medalha e condecoração do herói anônimo e solitário, que tira da terra a essência da vida.

Este entusiasmo é a nossa certeza de que teremos outra safra abundante. A pior falência que pode atingir a um homem é a perda do entusiasmo, da vontade de lutar. Assim como o homem que remove uma montanha começa carregando pequenas pedras, milhões de mãos calejadas plantarão uma imensa lavoura, e as colheitas formarão uma cordilheira, que atravessará o País do norte ao sul, espalhando alegria e renovando a disposição para o trabalho.

Está em suas mãos, Presidente, um plano de safra como jamais foi elaborado e proposto neste País. Um plano seguro, firme, concreto, que abre oportunidade para que o produtor busque a maior produtividade, exercitando toda a sua capacidade e potencialidade de trabalho.

A sabedoria mais antiga garante que o importante não é apenas ver tudo — é ver, exatamente, aquilo que poucos ou ninguém viu. Estou certo de que o nosso Presidente vê, no Plano, uma nova oportunidade para fortalecer a economia e impulsionar o desenvolvimento.

Confiamos em sua visão, no seu comando, para aproveitarmos os ventos favoráveis, pois sabemos para onde ir. E quando o homem não sabe para onde deve ir, nenhum vento o ajudará.

Vamos agora, Senhor Presidente, perseguir a produtividade, a renda, o lucro do produtor — porque o lucro do homem do campo é a energia que vai impulsionar a economia, no fundo dos sertões e nas mais longínquas comunidades, sem que o Governo precise intervir.

A melhor distribuição de riqueza é o fortalecimento econômico do produtor, a remuneração do trabalhador.

Atrevo-me a pensar que podemos dar um banho de grãos na pobreza e na miséria, que ainda machucam nossos corações e ferem nossas consciências. Podemos fazer brotar, em cada rincão, uma pequena fábrica, um moinho, uma oficina, um novo negócio.

Temos, pela frente, além do desafio da eficiência, uma batalha pela produtividade — empregar a melhor tecnologia, eliminar as perdas e desperdícios, e reduzir os custos — um chamamento, uma convocação para a esperança, um desafio de confiança em nós, no nosso trabalho, na sua firmeza, Presidente — e no próprio Brasil.

O tamanho do Brasil será, sempre, o tamanho da sua produção agropecuária. Temos a maior riqueza que uma nação pode ter — a terra, o sol, a água — e o trabalho da gente do campo.

Nossa proposta é encher, novamente, os paíóis brasileiros — porque o ensinamento bíblico é claro: "O Senhor determina

nará que a benção esteja nos teus celeiros". E assim, será Presidente!

MEDIDAS A SEREM DIVULGADAS

1. Investimento

1.1 — BNDES; Financiamento para o complexo agroindustrial; US\$2 bilhões

1.2 — Finame Rural — Recursos para Máquinas, Equipamentos, e Armazéns: US\$500 milhões

2 — Plantio

2.1 — Levantamento Macroagroecológico

2.2 — Valor Básico de Custo — VBC

2.3 — Disponibilidade de Recursos para Custo e Classificação de Produtores: US\$5,2 bilhões

2.4 — Preços Mínimos

2.5 — Proagro: Cr\$700 milhões

3. Comercialização

3.1 — Preço de Liberação de Estoque/PLE

3.2 — Desregulamentação do Crédito Rural

3.3 — Prorrogação de EGF Exportação

3.4 — Sala de Monitoramento das Operações de Safra

3.5 — EGF Especial

4. Outras Medidas

4.1 — Privatização de Armazéns

4.2 — Financiamento da Política Agrícola: Alterações na LDO

4.3 — Crédito Rotativo para Irrigantes

4.4 — Comércio Exterior: Alíquotas de Importação, Liberação de Exportações, e Investigação de Subsídios

4.5 — Sementes Certificadas e Fiscalizadas

4.6 — Apoio à Pesquisa Agrícola: US\$135 milhões

4.7 — Clima 96: Previsão Climática com 96 horas de Antecedência

4.8 — Anúncios do Banco do Brasil

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência apela aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou nas demais dependências da Casa para que compareçam ao plenário porque, logo após o próximo orador, daremos início à apreciação da Ordem do Dia, que principia hoje com uma lei complementar e, logo em seguida, uma emenda constitucional, matérias que exigem quórum qualificado de maioria absoluta e de 3/5.

Portanto, é um apelo da Presidência para que os Srs. Senadores vénham imediatamente ao plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho, para uma breve comunicação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL — BA. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, companheiro de geração e de iniciação nas letras de imprensa de Jorge Amado, Nelson Carneiro antecipou, nesta tribuna, as homenagens que seriam prestadas ao grande escritor nos 80 anos de sua existência fecunda. Tive, então, oportunidade de aperfeiçoá-lo para assinalar, sobretudo, o poder criador do escritor, hoje de fama universal.

Já cumprí, com alegria, o dever pessoal de manifestar-lhe, em mensagem, as minhas congratulações, na expectativa de que os 80 anos agora comemorados se prolonguem, para maior expansão das letras brasileiras de repercussão no mundo.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Marco Maciel — Ouço com muita atenção o discurso de V. Ex^a e até rogo ao nobre Senador que, a partir deste instante, passe a falar em nome da Liderança do nosso Partido, porque creio que a palavra que V. Ex^a traz neste momento expressa o sentimento da nossa agremiação. Como não tive a oportunidade de conversar com V. Ex^a antes de iniciar as suas palavras, não pude conceder-lhe, como seria do meu gosto, essa delegação. Mas não podemos deixar, neste instante, de registrar uma data expressamente significativa, não apenas para a cultura brasileira, mas para o Brasil como um todo, porque falar em Jorge Amado é falar em alguém que não somente enriqueceu a literatura brasileira, mas que também, e sobretudo, tornou o País mais conhecido no mundo. A sua obra foi traduzida para quase todas as línguas e, consequentemente, circula em quase todos os países. Por outro lado, ele cantou como poucos o nosso País e de modo especial a sua terra, a Bahia. Se pudéssemos ver numa ótica meramente turística, se me permite dizer, a promoção que ele fez do Brasil e de modo especial da Bahia seria de um alcance inimaginável, inavaliável. Por isso, sem querer analisar a sua obra, extremamente fecunda, diria que ela tem até um sabor sociológico, porque ele, em muitos de seus romances, descreveu um pouco o caráter do brasileiro, os nossos costumes, os nossos hábitos, os nossos defeitos, mas também as nossas virtudes. Sem contar a significação sociológica do romance de Jorge Amado, ninguém pode deixar de dizer também que ele trouxe uma contribuição para o próprio desenvolvimento da literatura do nosso País, o que a crítica não tem deixado de freqüentemente registrar. Vou mais além. Ele, de alguma forma, ajudou a que, por intermédio de seus livros, florescessem outros talentos no nosso País. Muita gente se familiarizou com a técnica do romance, inclusive a teoria da elaboração do romance, graças ao talento excepcional de Jorge Amado. Não tendo podido ir à Bahia por ocasião das festividades do aniversário do escritor Jorge Amado, gostaria de, por intermédio de V. Ex^a, solicitar que transmitisse a Jorge Amado, à sua esposa, que é também escritora nomeada, os nossos cumprimentos, como também ao Governador da Bahia, a todo seu povo, porque, realmente, é uma data que não pode passar sem o adequado registro, como o que está sendo feito, muito oportunamente, por V. Ex^a, num instante muito significativo da vida do Senado. Por isto — perdoe-me a interrupção — quero cumprimentar V. Ex^a pelas oportunas palavras que pronuncia na tarde de hoje e dizer que o que V. Ex^a expressa, neste instante, o faz — podemos dizer — em nome da nossa Bancada, a Bancada do PFL, com assento no Senado Federal.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não obstante os votos pessoais, já manifestados, julguei do meu dever, Srs. Senadores, traduzir o sentimento da Bahia, como seu representante nesta Casa. Já, agora, sou distinguido pelo nobre Líder Marco Maciel para que tudo quanto disser seja, também, em nome do nosso Partido, do PFL, e o farei agradecido.

O Sr. Hugo Napoleão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Hugo Napoleão — Permita-me, mestre Josaphat Marinho, uma ténue incursão no discurso de V. Ex^a para dizer que me regozijo com a justificada colocação que o eminente representante do Estado da Bahia, com toda a legitimidade, faz nesta sede, digamos assim, aos 80 anos de Jorge

Amado. Esta, permita-me dizer, não é mais uma data, permita-me dizer, única e exclusivamente da Bahia, senão do Brasil, e por que não dizer, internacional. Dentre as várias línguas, para as quais seus romances notáveis são traduzidos, fiquei extremamente curioso com uma delas, que foi o persa. Quem me transmitiu isso foi meu pai, quando era Embaixador do Brasil no Irã, que sempre foi amigo do homenageado. Tanto que toda a vasta obra, a riquíssima obra de Jorge Amado — pela qual todos nós, obrigatoriamente, passamos, para a formação não apenas cultural, como de nossas consciências — é extraordinariamente analisada por gregos, troianos, guelfos e gibelinos. Minhas congratulações, também em nome do Partido da Frente Liberal, pelas magníficas e oportunitárias expressões de V. Ex^e na tarde de hoje.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado, nobre Senador Hugo Napoleão.

Dizia, Sr. Presidente, que apesar da manifestação de ordem pessoal, pareceu-me correto traduzir nesta Casa o sentimento comum dos baianos, pela comemoração dos 80 anos de Jorge Amado.

Tanto mais se justificaria, ou se justificaria a iniciativa, porque as solenidades que se realizam na Bahia indicam o relevo que, justamente, se empresta ao acontecimento. Do ato público no Largo do Pelourinho, com a presença de artistas de diferentes idades, à solenidade na Academia de Letras da Bahia, ontem realizada, e às exposições de arte e de cultura que são promovidas em Salvador, tudo indica a justiça que nossa terra tributa ao escritor.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Concedo o aparte ao nobre Senador Humberto Lucena, com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Transmitem a V. Ex^e a total solidariedade da Bancada do PMDB à homenagem que, oportunamente, presta aos 80 anos de Jorge Amado, que como foi bem acentuado por outros Srs. Senadores, apesar de baiano, é um patrimônio nacional e, por que não dizer, do mundo, tal a dimensão da sua extraordinária obra. Escritor de uma cultura e de um talento excepcionais, Jorge Amado conseguiu, ao longo desses anos, realizar um trabalho digno dos aplausos gerais. As suas principais obras criaram personagens que se tornaram verdadeiros mitos populares em todo País, incorporando-se definitivamente à nossa cultura. Tanto que elas repercutem em todas as expressões do nosso mundo cultural, nos livros, versados nas mais diversas línguas; no cinema e, mais recentemente, na televisão, sendo de salientar que as produções que têm chegado à televisão empolgam, hoje, milhões e milhões de pessoas, nas mais diversas línguas e nos países mais diferentes do mundo. Tudo isso deixa a nós brasileiros cheios de orgulho, nobre Senador Josaphat Marinho. Por isso que o Brasil, nesta hora, está com as vistas voltadas para a Bahia, mais uma vez. Lembro-me bem das grandes homenagens que a Bahia prestou, por exemplo, ao centenário de Rui Barbosa. Nessa época, eu ainda era estudante; por lá estive e pude verificar como a alma baiana transbordava de entusiasmo ao participar plenamente de todas aquelas manifestações. Agora, Jorge Amado, aos 80 anos, ainda vivo — e como ainda vivo —, uma vez que é possuidor do que se pode chamar, sem receio de entrar no lugar — comum, de eterna juventude, está sendo alvo de uma verdadeira consagração que a Bahia lhe faz. Quando a sua terra natal presta-lhe essas homenagens, sabe, no seu íntimo, que ali não está apenas

a Bahia, mas o Brasil inteiro, pois nenhum dos nossos Estados reúne mais as raízes da nossa cultura do que a velha Bahia de todos os santos. Meus parabéns a V. Ex^e pelo brilhante pronunciamento sobre os 80 anos bem vividos de Jorge Amado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado, nobre Líder Humberto Lucena, pela expressão de sua solidariedade às homenagens que, neste instante, são tributadas a Jorge Amado.

A coletivização dessas manifestações indica que não se comemora apenas uma data aniversária, mas que, em realidade, se salienta a projeção de um escritor singular. Se se tratasse apenas de um romancista como tantos outros, poder-se-ia traduzir solidariedade, mas não teria o sentido, o alcance, a dimensão das manifestações com que se celebram os 80 anos de Jorge Amado. É que, em verdade, não são apenas os seus 80 anos que se comemoram, celebra-se também o poder criativo do escritor, sua capacidade de escrever, guardando, ao longo do tempo, rigorosa fidelidade à sua terra e à sua gente, aos costumes, aos hábitos, a tudo quanto significa a cultura brasileira e, em particular, a cultura baiana. É por isso que Jorge Amado ganhou dimensão universal. Ele conseguiu traduzir os sentimentos do povo brasileiro e, em especial, do povo baiano, dentro da notável amplitude de pensamento que conjuga o colorido regional ou local com a larga perspectiva da cultura universal. E por que o fez? Ele o fez, Srs. Senadores, porque não foi um escritor ausente da realidade. Não se distanciou do povo; ao contrário; à medida que da planície chegava à montanha, que alcançou, mais se aproximava do homem comum, para traduzir-lhe o pensamento e para fazer-lhe justiça.

Já, ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras, fez com humildade essa confissão: "Do saber do povo me alimentei, e se alguma coisa construí, ao povo que devo". E ainda agora, aos 80 anos, não variou sua concepção da vida nem de seus deveres de escritor. Na entrevista que há poucos dias deu, a mais de um jornal do País e da Bahia, renovou essa confissão: "Também devo muito ao povo. Com ele aprendi, fundamentalmente, o que sei". Não buscou enganar; não quis passar como homem de cultura vasta; não quis ser doutor. Conservou sua fidelidade à cultura popular de que emanou sua obra, pois que diplomado não o é. Mas, não o sendo, conseguiu desdobrar um pensamento tão rico que poucos escritores no mundo, neste século, atingiram a dimensão da sua obra. É expressivo, sobretudo edificante para o Brasil, que se possa assinalar essa circunstância.

Vale ainda notar, como particularidade do pensamento de Jorge Amado, que tendo sido militante do Partido Comunista e havendo sido mesmo, num dado momento, como ele próprio confessa, um "stalinista ferrenho", não perdeu as condições intelectuais e morais para libertar-se das exigências do radicalismo e manter o seu pensamento na altitude compatível com o dever de um escritor democrático.

Mas, afastando-se do rigor do Partido Comunista, Jorge Amado não faltou à sua vocação de servidor das letras voltado para o homem do povo, para as necessidades do povo, para os sofrimentos da comunidade.

Aos 80 anos de idade — e quando tantos renegam o pensamento de esquerda, uns por covardia, outros por oportunismo —, Jorge Amado assim se manifesta: "Sou a favor do socialismo. Acho que o que aconteceu, ao contrário do que se tenta afirmar, não foi o último combate da guerra

entre o capitalismo e o socialismo. O fato de que o socialismo real, a deformação do regime socialista desapareceu não significa que o capitalismo melhorou em nada".

E acrescenta, com a firmeza de quem não teme ser fiel aos ideais da mocidade: "Acho que a solução final será o socialismo no mundo inteiro". E esclarece, o socialismo, não com a ditadura, o socialismo com a democracia".

Deixando de ser militante de Partido, continuou o homem firme nas idéias que o engrandeceram na luta e o inspiraram na elaboração de sua vasta obra.

Sr. Presidente, há um último aspecto que desejo salientar, pois que não cabe nesta hora, neste instante, analisar todo o acervo intelectual de Jorge Amado. Não é próprio fazê-lo aqui e nem seria mesmo necessário desdobrar uma apreciação que está hoje no sentimento do povo; de todo o povo, entre os mais idosos, os mais jovens, os de idade mediana, pois que todos leem Jorge Amado.

Quero, por último, Sr. Presidente, repito, salientar o aspecto que concerne ao caráter do cidadão. Tendo militado no Partido Comunista — ele o revela na entrevista que acabou de dar à *Folha de S. Paulo* — tomou conhecimento de muitos segredos. Declara, porém, que não lhe cabe revelá-los, que não lhe é dado trazê-los a públicos. No momento em que tanto se estimula a delação neste País, Jorge Amado dá uma lição de circunspeção, de pudor, mantendo o respeito aos segredos que conheceu na militância do Partido Comunista. E diz, assim, com a simplicidade do homem correto: "Não me sinto no direito de alardear o que me foi revelado em confiança". É assim que procedem os homens de caráter. Os que hoje ouvem um segredo, têm notícia de um fato na intimidade e o revelam no dia seguinte, na primeira hora da divergência, não revelam coragem, mas fraqueza".

O Sr. Marco Maciel — Permite-me um aparte, Sr. Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Marco Maciel — Corroborando aquilo que afirma neste em entrevista ao jornal *O Globo*, não foi diferente a conduta do renomado arquiteto Oscar Niemeyer. Na entrevista durante a qual ele falou sobre o livro intitulado *O Sósia e Eu*, que pretende lançar recentemente, diz que também está achando estranho o ar que se respira no País neste instante com esse generalizado clima de delação. É isso que, de alguma forma, todos estamos sentindo também: a valorização da delação em detrimento de uma conduta que venha a efetivamente caracterizar uma postura que se impõe na condução dos negócios públicos. *Correio Braziliense*, cuja transcrição estou solicitando seja feita nos Anais desta Casa, em palavras inspiradas, situar também com muita prolinha, a que ajunto o nome de Oscar Niemeyer, um nome insuspeito, à conduta retilínea que sempre teve e tem o nobre ilustre escritor Jorge Amado, também insuspeito. Por isso eu quero, interrompendo o discurso de V. Ex^a, cumprimentá-lo por trazer esta questão à consideração. Quero dizer que realmente as colocações que V. Ex^a faz, neste instante, com relação a este assunto, tendem a ter uma enorme repercussão, porque sinto que já é um sentimento que se generaliza em nosso País de repúdio a condutas dessa natureza.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado, nobre Líder Marco Maciel.

A verdade é que Jorge Amado, tendo contado nos seus livros fatos chistosos, muitos deles sobre a vida de seus amigos,

mas nenhum capaz de comprometer o destino de alguém, guardou e guarda na sua intimidade o que na intimidade soube ou ouviu de companheiros ou de adversários. É um homem, portanto, em quem se pode confiar.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Josaphat Marinho?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Concedo o aparte ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Sinto interromper o discurso de V. Ex^a. Ouvia-o encantado, mas não posso deixar de trazer a minha palavra de aplauso à oração que V. Ex^a acaba de fazer, sintetizando, com o brilho de sempre, a obra de Jorge Amado. Tive a ventura de assistir, na Bahia, no domingo e na segunda-feira, às homenagens prestadas a Jorge Amado e ao contraste entre aquela incalculável multidão que encheu o Pelourinho e se estendeu pelas ruas, até o Terreiro e até a Baixa dos Sapateiros. Era o povo, a multidão. Ali, certamente, estavam o Quincas Berro D'Água, a Gabriela, o Vasco Moscoso de Aragão, a Dona Flor, certamente todos aqueles personagens estavam naquela multidão que até a madrugada acompanhou Jorge Amado. Mas o contraste é que no dia seguinte ele foi recepcionado por um madrigal na Reitoria da Universidade da Bahia. Isso mostra o homem múltiplo que é Jorge Amado. Homem capaz de ser o representante daquela multidão imensa e anônima, e aquele homem que, com o seu trabalho, sua dedicação, sua solidariedade à Bahia, e ao povo da Bahia, conquistou os altos escalões, a simpatia das figuras exponenciais da Bahia, e a que se ajuntavam representantes de todo o País, não só do Brasil, vários acadêmicos de letras, editores, mas, também, vindos do Exterior. O que mostra a universalidade de Jorge Amado. Retrata bem V. Ex^a o perfil deste homem magnífico a quem eu ajuntaria apenas um detalhe: eu que tive a oportunidade de votar contra a cassação de Jorge Amado, na Câmara dos Deputados, quando ele era Deputado pelo Partido Comunista, e o vejo, agora, aos 80 anos, tendo acompanhado toda a sua vida, além de tudo isso, que V. Ex^a citou, ele foi sempre um homem a serviço da liberdade. E esse é um aspecto que deve ser ressaltado, numa hora em que o Brasil vive um instante difícil da vida democrática.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Senador Nelson Carneiro, V. Ex^a teve a oportunidade e a sorte de primeiro trazer à austeridade deste Plenário a lembrança dos 80 anos de Jorge Amado.

Neste momento, Sr. Presidente, quis apenas assinalar, como representante da Bahia e em nome do seu povo, e já agora pelo PFL, o fato altamente significativo para a cultura brasileira e a cultura baiana. E ao registro do aniversário se pode aditar, tranquilamente, que Jorge Amado continua político sem ser homem de Partido, continua escritor e, ao mesmo tempo, mantém-se fiel aos princípios éticos de sua vida inteira, como convém a um homem de sua estatura intelectual. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Áureo Mello — Carlos De'Carli — César Diás — Coutinho Jorge — Darcy

Ribeiro — Dario Pereira — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Enéas Faria — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Gerson Camata — Hugo Napoleão — Iram Saraiva — Jarbas Passarinho — João França — Jonas Pinheiro — José Sarney — Lourenço Nunes Rocha — Mário Lacerda — Marlúcia Pinto — Onofre Quinan.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 123, DE 1992

Introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 46. Os valores a que se referem a alínea do art. 27, o 5º do art. 32 e o art. 34 desta Lei serão corrigidos monetariamente com base na variação da Unidade Fiscal de Referência (UFIR) ou por outro indexador que for livremente negociado entre as partes.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 8.420 foi aprovada pelo Senado Federal no dia 8 de maio de 1992 estipulando, no que diz respeito às comissões auferidas pelos representantes comerciais autônomos, um índice de correção já extinto — a BTN.

Tendo em vista o fato de que não é justo que os representantes comerciais fiquem com suas remunerações congeladas, achamos necessário apresentar uma emenda substituindo a BTN pela UFIR — Unidade Fiscal.

Dada à instabilidade econômica do País e à mudança freqüente do índice que corrige a inflação, julgamos oportuno deixar garantida a substituição automática daquele índice, na hipótese de também a UFIR ser extinta. Além disso, seria importante deixar em aberta a possibilidade de livre negociação entre as partes na escolha de um índice de correção monetária.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Senador Dirceu Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Art. 27. Do contrato de representação comercial, quando celebrado por escrito, além dos elementos comuns e outros, a juízo dos interessados, constarão, obrigatoriamente:

- a) condições e requisitos gerais da representação;
- b) indicação genérica ou específica dos produtos ou artigos objeto da representação;

c) prazo certo ou indeterminado da representação;

d) indicação da zona ou zonas em que será exercida a representação, bem como da permissibilidade ou não de a representada ali poder negociar diretamente;

e) garantia ou não, parcial ou total, ou por certo prazo, da exclusividade fr zona ou setor de zona;

f) retribuição e época do pagamento, pelo exercício da representação, dependente da efetiva realização dos negócios, e recebimento, ou não pelo representado, dos valores respectivos;

g) os casos em que se justifique a restrição de zona concedida com exclusividade;

h) obrigações e responsabilidades das partes contratantes;

i) exercício exclusivo ou não da representação a favor do representado;

j) indenização devida ao representante, pela rescisão do contrato fora dos casos previstos no artigo 34, cujo montante não será inferior a um vinte avos (1/20) do total da retribuição auferida o tempo em que exerceu a representação, a contar da vigência desta Lei.

Parágrafo único. Na falta do contratoescrito, ou sendo este omissio, a indenização será igual a um quinze avos (1/15) do total da retribuição auferida no exercício da representação, a partir da vigência desta Lei.

Art. 32. O representante comercial adquire direito às comissões, logo que o comprador efetue o respectivo pagamento ou na medida que o faça, parceladamente.

Art. 34. A denúncia, por qualquer das partes, sem causa justificada, do contrato de representação, ajustado por tempo indeterminado e que haja vigorado por mais de seis meses, obriga o denunciante, salvo outra garantia prevista no contrato, à concessão de pér-aviso, com antecedência mínima de trinta dias, ou ao pagamento de importância igual a um terço (1/3) das comissões auferidas pelo representante, nos três meses anteriores.

(À Comissão de Assuntos Sociais — decisão teminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O projeto lido será publicado o remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 605, DE 1992

Sr. Presidente:

Nos termos do art. 256, a, do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 106/92, de minha autoria.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. Senador Ney Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído na Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 606, DE 1992

Nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 1992, de autoria do Senador Nelson

Wedekin e outros Senadores, que altera o caput do art. 4º da Lei nº 8.427, de 27-5-92, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. **Marco Maciel** — PFL; **Esperidião Amin** — (PDS); **Chagas Rodrigues** (PSDB).

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, letra c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte
REQUERIMENTO N° 607, DE 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Requeiro nos termos regimentais a transcrição nos Anais do Senado da matéria “A Amazônia e o Meio Ambiente”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, Internacional, de 1º de junho de 1992, de autoria de Argemiro Procópio.

Brasília, 12 de agosto de 1992. — Senador **Dirceu Carnéiro** Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte
REQUERIMENTO N° 608, DE 1992

Nos termos do art. 175, alínea d, do Regimento Interno requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim do que as matérias constantes dos itens nºs 6,7, 1 sejam submetidas ao Plenário em 1º, 2º e 3º lugares.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1992. **José Richa**

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Aprovado o requerimento serão feitas as inversões solicitadas.

Item 6:

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1992, (nº 51/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Atp das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Parecer favorável sob nº 243, de 1992, da
— Comissão Temporária.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 10 do corrente.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 288, item 2º, do Regimento Interno, a proposição depende, para sua aprovação, do voto favorável de 3/5 da composição da Casa. Devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Em votação a emenda.

O Sr. Hugo Napoleão — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL — PI) Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo encami-

nhar este segundo turno de votação da matéria — uma vez que já a discuti na sessão da semana passada — para oferecer mais alguns argumentos e pedir desculpas à Casa, porque hoje quero abordar o mérito, diferentemente também da ocasião em que foi apreciada a Emenda José Richa, quando procurei limitar-me apenas à preliminar, ou seja, cingir-me aos aspectos da antecipação plebiscitária.

Ocorre, todavia, que, hoje, eu gostaria de traduzir um pensamento, extraído da obra que tenho em mãos e à qual farei referência. Antes, porém, informo que recebi nova missiva do eminente Senador José Richa, com um *post-scriptum* muito atencioso, dizendo que gostaria que eu comparecesse para votar favoravelmente à antecipação do plebiscito, salientando que “não custa insistir”, mesmo sabendo ele da minha posição não só presidencialista, como de contra a antecipação.

Há pouco mais de um mês, o Ministro Eduardo Portella, com quem tenho muito bons laços de amizade, — e que é hoje Diretor-Geral Adjunto da UNESCO — enviou-me, através do conhecido jornalista Napoleão Sabóia, o livro: “Fazer a Política”, publicado pelas edições *Autrement*, de Paris, e que integra a coleção “mutações”. A referida coleção já publicou diversos volumes, tanto que este é o de número 122, datado de maio de 1991. E houve outros, como: “A Família Terminou” e “Na Vila da Infância”, ou “A Explosão Biológica”, enfim, uma seqüência de magníficas publicações.

Na verdade, na publicação, que ora folheio há uma série de artigos. Um deles é de autoria do Deputado da Correze François Hollande, secundando um outro artigo de um colega seu, parlamentar à Assembléia Nacional francesa, de nome André Chandernagor. O título é notável, Sr. Presidente: “Miséria do Parlamentarismo!” Vejam, bem Srs. Senadores, que enquanto estamos cogitando de antecipar um plebiscito com vistas à implantação do parlamentarismo no nosso País, os países do Primeiro Mundo já estão discutindo o reverso. Parece até a situação de alguns Partidos políticos que ainda insistem na doutrina socialista, quando o mundo de lá já vem, há algum tempo, a partir da queda do Muro de Berlim.

Eu gostaria de, sinteticamente, oferecer algumas frases deste artigo, “Miséria do Parlamentarismo”. É claro que ele analisa também a deficiência do parlamentarismo e do parlamento em si, do absenteísmo, da ausência nas votações, do voto procuratório, da fraqueza do parlamento francês em analisar o orçamento, por exemplo, enquanto que qualquer escalação do poder executivo francês detém mais força. Ele aborda também esses aspectos mas situa a deficiência do parlamentarismo na França. Ele diz, por exemplo, que nenhum Primeiro Ministro foi derrubado, entre 1962 a 1988, em decorrência do voto de uma moção de censura. Acrescenta que todas as dissoluções havidas “foram concebidas como meio de assegurar ou de verificar a maioria”. Aduz que “o parlamento e os Partidos políticos admitem, lucidamente, o declínio legislativo como um preço a pagar pela estabilidade política e pela eficácia do trabalho governamental”. Diz que as oposições francesas aceitam o raciocínio, segundo o qual todas as intervenções foram efetuadas justamente para assegurar maioria. Afirma que é de estorrecer a miséria do parlamentarismo, hoje em dia, pois o mal é profundo; tem suas limitações jurídicas, as suas obrigações políticas e que encontram origem no esfacelamento do Estado-Nação. E mais — que “o parlamento tornou-se um local fechado, de ritos *démodes* — a expressão é *démodes* — ou seja ultrapassados, que não exibe senão a sua própria caricatura”. Acrescenta, também o Deputado François Hollande que, “dentro desse contexto, o antiparla-

mentarismo no nosso país mudou de natureza. Não é mais, única e exclusivamente, o apanágio das categorias sociais que contestam, tradicionalmente, o sistema de representação democrática, mas já se exprime, através dos meios mais simbólicos da sociedade civil os intelectuais, as mídias e até os dirigentes econômicos".

E corre para a conclusão, dizendo que uma revisão do parlamentarismo não pode provir da reforma constitucional, mesmo que ela seja corajosa, ou de uma mudança dos usos, dos costumes, mesmo aqueles jogados ao chão; pressupõe, naturalmente, uma reabilitação da política dos partidos. E é isso que temos dito repetidamente: para a adoção do parlamentarismo precisamos ter uma burocacia estável e Partidos políticos fortes, pois ainda não são estáveis.

Ele acrescenta que de acordo com a perpetuação da democracia sempre os bons doutrinadores dão um resumo da posologia sobre a ordem constitucional. E sugere a adoção de um verdadeiro regime presidencial como corolário da supressão do posto de Primeiro Ministro, do abandono do direito de dissolução e do encurtamento do mandato presidencial; que na França é de sete anos. Repito: a supressão do posto de Primeiro Ministro, a estrutura presidencialista e o abandono do direito de dissolução! Notável!

Finalmente, ao analisar a crise do Golfo, estabelece uma comparação entre a eficácia do Poder Legislativo Americano, que se desdobrou em Comissões, em hearings, e o poder legislativo francês, que ele considerou fraco e inadequado às circunstâncias emergenciais que surgiram daquele conflito bélico internacional. Diz que os parlamentos fortes não são necessariamente aqueles cuja competência jurídica é absoluta; são aqueles que exercem plenamente, diante da opinião pública, as suas funções. Afiança que "uma pedagogia da sociedade, aparece dentro dessa perspectiva particularmente oportuna, na medida em que a miséria da República Nacional nada mais é do que o reflexo da banalização da cidadania". Veja, Sr. Presidente, as expressões são aguerridas e fortes!

Finalmente, diz ele que, no total da condição miserável do deputado francês, está havendo uma automutilação que o aflige estonicamente, nesse verdadeiro haraquiri a que ele se impõe, como se estivesse se interrogando sobre o seu verdadeiro papel.

Sr. Presidente, nada mais quero hoje acrescentar senão mostrar que, na França, cogita-se até da instituição do presidencialismo como sistema que possa ser mais adequado à realidade presente. Na Itália, também, está-se adotando uma revisão constitucional com vistas à presidencialização do regime parlamentar.

Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Senadores: o mundo, o Primeiro Mundo está fazendo suas revisões, e o Brasil quer caminhar de maneira tibã só porque há um problema, esquecido de que há trinta anos atrás mergulhamos na mesma situação?

Por isso, Sr. Presidente, é que eu, em sendo contra o Parlamentarismo, sou também contra a antecipação, porque é uma visualização, em horizonte próximo, da tentativa de se mudar o sistema de governo no País.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o encaminhamento do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O Sr. Divaldo Suruagy — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy, para encaminhar.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL — AL) — Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pretendia expor argumentos a favor do parlamentarismo nesta sessão, porque, imagino, a idéia já está tão sedimentada, tão firmada, tão clara aos mais altos interesses do País, que não pretendia fazer encaminhamento algum. Mas ouvindo os argumentos do eminente Senador e querido amigo Hugo Napoleão, sinto-me na obrigação de contestá-los.

Primeiro, o País, que S. Ex^a usa como referência, a França, que tem originado as grandes revoluções e que tem influenciado as grandes modificações mundiais — a Revolução Francesa foi fruto do absolutismo dos reis na França — o abuso do poder naquele país levou a uma revolução sangrenta e depuradora daquela sociedade, depois ela gerou a figura do salvador, caracterizado em Napoleão Bonaporte. Foram buscar, então, a experiência vitoriosa da Inglaterra, do regime monárquico parlamentarista. E, quando se implantou a República, o sobrinho de Napoleão, eleito graças ao grande prestígio do nome do seu tio, foi eleito Presidente da República Francesa, e utilizou os poderes presidenciais para dar um golpe de estado e implantar um novo Império, onde ele foi caracterizado como a figura de Napoleão III.

Como, evidentemente, ele só tinha o nome de Napoleão, não tinha a grandeza, não tinha a estatura, não tinha a genialidade do tio, o seu Império ainda foi mais frágil do que o de Napoleão I, que se imortalizou como um grande guerreiro e também como um grande inovador das conquistas do Direito implantado naquele País.

De Gaulle, ao voltar do exílio, após a II Guerra Mundial, que podia ter utilizado os poderes plenos que a nação francesa estava oferecendo ao seu salvador, teve a prudência, teve o cuidado de ir buscar o regime republicano parlamentarista, porque ele tinha consciência de que o excesso de poder nas mãos de um só pessoa poderia levar ao regime ditatorial, e olha que De Gaulle, com toda aquela estatura majestática que o caracterizava, teve o cuidado de buscar o regime republicano parlamentarista porque ele tinha consciência das implicações e das responsabilidades que não podem ficar encarnadas e caracterizadas na pessoa de um presidente, com excessivos poderes, que o regime presidencialista concede aos seus titulares.

A França encontrou uma estabilidade, encontrou-se com o seu grande destino, graças ao regime parlamentarista, e não é opinião de um parlamentar ou de um cientista político francês que por defender esses argumentos seja a vontade e o interesse maior da França. Pelo contrário, todos os países desenvolvidos do mundo, todos, sem exceção, excluindo apenas os Estados Unidos, que têm um regime presidencialista à moda deles, na verdade, é até uma república judiciária onde o Supremo, a Corte Superior tem poderes para semanal, ou quinzenalmente modificar a Constituição, então nenhum...

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Eu me sentiria muito honrado de ser aparteado por V. Ex^a, mas só se a Presidência concordar com um aparte no encaminhamento de votação, quando serei abrillhantando pelo ponto de vista de V. Ex^a.

Mas, eu gostaria apenas de dizer a esse querido amigo, a esse grande Senador que é Hugo Napoleão, que não há um País desenvolvido do mundo, um sequer, excluindo os Estados Unidos, e eu acabei de explicar as peculiaridades daquele país, que adote o regime presidencialista. Agora, todos os países subdesenvolvidos do mundo, todos, sem exceção, todo o País atrasado do mundo, todo o País do 3º ou do 4º mundo são presidencialistas, por quê? Porque buscam na figura de um chefe de Estado a imagem do salvador, do pai da pátria, a figura demagógica de um homem que pode mistificar a nação com mentiras, com corrupção, com infâncias; é por isso que o regime presidencialista é nocivo aos interesses da sociedade moderna. Nenhuma sociedade pode depender de salvadores; ela tem que buscar na inteligência, no bom-senso, caracterizado o poder político que é o parlamento, onde a nação encontra o que tem de melhor ou de pior, mas na verdade é onde ela se espelha, é onde ela se caracteriza.

Então, é com tristeza que ouço contraditar os brilhantes argumentos expostos pelo Senador Hugo Napoleão, quando reafirmo que nenhum país desenvolvido do mundo é presidencialista; todos são parlamentaristas, excluídos os Estados Unidos.

Assim, acho que esse argumento, por si só, é irresponsável porque o regime presidencialista traz, dentro dele, a figura do "salvador da pátria", que é tão nociva aos interesses de uma nação.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação, em nome do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador Ronan Tido, V. Ex^e falará dentro de dez minutos, na presunção de que os que antecedem V. Ex^e falarão por cinco minutos, previstos no Regimento.

Concedo a palavra agora ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: ouvi atentamente o encaminhamento brilhante feito pelo Senador Hugo Napoleão a respeito da questão do parlamentarismo e do presidencialismo.

Permito-me lembrar que a situação da França, citada por S. Ex^e, é de uma longa experiência na forma de governo parlamentarista, mas que vive uma situação bastante diferente da situação de países como o Brasil, que tem uma outra organização política.

No caso brasileiro, salta aos olhos, pela inconsistência que o presidencialismo tem dado a nossa vida política, a razão para que se tente mudar, uma vez que o presidencialismo mostrou ao nosso País a sua absoluta incapacidade de incorporar as mudanças que a sociedade brasileira tem demandado.

Todos os mandatos presidencialistas têm sido permeados por problemas políticos de grande envergadura, que representam a incapacidade desse sistema em incorporar as mudanças que a sociedade brasileira tem passado.

Acredito que, no caso brasileiro, temos uma experiência que aponta para a necessidade de mudança, uma vez que a experiência presidencialista brasileira não foi capaz de resolver os problemas da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI) — Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vou discutir as excelências de nenhum regime ou sistema de governo, nem do presidencialismo nem do parlamentarismo. Também não vou tratar aqui de formas de governo como tradicionalmente entendidas na Ciência Política e na Teoria do Estado, em nosso País: monarquia ou república.

Estamos votando uma proposta de emenda à Constituição Federal que, tão-somente, antecipa o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O mencionado art. 2º, como se sabe, estabelece que "no dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que deve vigorar no País".

Estamos votando hoje tão-somente a antecipação, porque nos termos dessa Proposta de Emenda à Constituição nº 8/92, de iniciativa do ilustre Deputado José Serra, aprovada na Câmara dos Deputados, e já aprovada no Senado, em primeiro turno, e que tem como Relator o nobre Senador José Richa, essa emenda, tão apenas, repito, antecipa o plebiscito para o dia 21 de abril de 1993.

Sou um velho parlamentarista. Quando em 1951 cheguei à Câmara dos Deputados, ainda no Rio de Janeiro, já defendia o parlamentarismo; e o que tem havido neste País, de 50 até hoje, apenas consolida e fortalece a minha convicção parlamentarista.

Tivemos aqui um ligeiro sistema parlamentarista, que durou pouco, mas evitou a guerra civil no País e, enquanto tivemos aquele sistema de governo, que não era o ideal, não houve golpe de estado nem deposição do Presidente da República, nem implantação de ditadura.

Só depois, quando restauramos o presidencialismo, é que voltaram os velhos golpes de estado que, tão-somente, têm desmoralizado as instituições políticas do nosso País, não só na América Latina, não só no Continente Americano, mas também no mundo inteiro.

Sr. Presidente, examinando apenas a antecipação, creio que ela se justifica porque teremos eleição para Presidente da República em 1994, e, assim, em setembro de 1993 já estarão os candidatos presidenciais nas ruas, defendendo as suas candidaturas.

O que nós vamos decidir, portanto, é se teremos República que, hoje, em quase toda as nações, é parlamentarista: na Alemanha, na França, na Itália, em Portugal, ou se teremos Monarquia que, igualmente, em todo o mundo, é Parlamentarista: no Japão, na Grã-Bretanha, na Suécia, na Espanha e em outros países.

Sr. Presidente, o povo brasileiro deve se pronunciar livremente. Assim, esta antecipação é necessária para que possa haver uma autêntica reflexão nacional, liberta das paixões de uma campanha à Presidência da República.

Este é o nosso desejo. Nós temos que caminhar para um novo regime de governo, porque este presidencialismo que aí está em nenhuma hipótese pode continuar. Que presidencialismo é esse, Sr. presidente, que está hoje bem diferenciado do presidencialismo norte-americano, que o inspirou? Lá, o deputado é eleito para cumprir mandato de dois anos e o mandato de senador dura seis anos. Esse, é o presidencialismo norte-americano! Não admite mandato de deputado federal de quatro anos nem o de senador por oito. Mandatos longos não justificam em sistema presidencialista.

Lá, Sr. Presidente, os poderes são realmente independentes e harmônicos; aqui, senador e deputado federal podem ser Ministros de Estado e Secretários de Estado. Onde está a independência dos poderes?

E, o que é mais triste: muitas vezes, o deputado federal ou o senador é Ministro ou Secretário de Estado de governos corruptos.

Devemos, portanto, aprovar esta emenda, porque ela, sob todos os aspectos, é aceitável e terá o apoio de republicanos e monarquistas, parlamentaristas e presidencialistas, que desejam, realmente, que a consulta ao povo brasileiro se realize em termos democráticos.

O Sr. Júlio Campos — Vamos votar, Sr. Presidente, estamos desde às 14h30min escutando o mesmo discurso!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: só para dizer que não estamos votando nem presidencialismo e nem parlamentarismo, o povo é que vai decidir no plebiscito.

Estamos, neste momento, encaminhando a antecipação do plebiscito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação a emenda.

A Presidência convida o Deputado Ulysses Guimarães para tomar assento à Mesa e acompanhar, ao nosso lado, a votação desta importante matéria, que, no âmbito da Câmara dos Deputados, contou com seu apoio irrestrito e decidido. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena, para encaminhar votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O Sr. Marco Maciel (PFL — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Marco Maciel, para encaminhar a votação.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao encaminhar a votação desta matéria, faço-o em caráter estritamente pessoal. Não fala aqui, fisco, o Líder do PFL, tampouco o Líder do Governo — mesmo porque no PFL esta é uma questão aberta e com relação ao Governo, sabe V. Ex^o que a posição do Presidente Fernando Collor é de aprovação da referida emenda.

Quero dizer que a julgo de suma importância para o nosso País; tanto isso é verdade que se trata de uma emenda constitucional que estamos prestes a incorporar ao texto aprovado em 5 de outubro de 1988.

Falo, portanto, em caráter pessoal para expender o meu ponto de vista e chamar a atenção do Plenário desta Casa sobre a inconveniência da aprovação da antecipação do plebiscito. E são várias as razões, Sr. Presidente, que eu poderia levantar aqui e mostrar a minha inconformidade com relação à proposta que ora estamos nos aprestando para votar.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, renovô mais uma vez a minha convicção de que a emenda é inconstitucional. Não

pode o legislador constituinte derivado, na minha modesta opinião, alterar a vontade do legislador constituinte originário naquilo que ele já deixou devidamente definido, ou seja, o prazo para que se opere o plebiscito, a consulta à população brasileira. Esta é, portanto, uma cláusula pétreas, insusceptível de modificação pelo legislador constituinte derivado que, como o próprio nome diz, por ser derivado não é um poder inicial, autônomo e limitado; antes um poder derivado, limitado e, consequentemente, secundário.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a minha opinião é espousada por inúmeros juristas. Poderia aqui ler pareceres e manifestações, inclusive de instituições insuspeitas, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil, que através do seu Conselho Federal fez questão de deixar claro que entendia ser esta emenda marcada pela inconstitucionalidade, ou seja, seria uma emenda que jamais poderia ser acolhida numa Casa das leis.

Mas, Sr. Presidente, vou ler apenas uma manifestação do Professor Paulo Bonavides, conterrâneo de V. Ex^o, ilustre jurista que o Ceará ofereceu ao País.

Diz o Professor Paulo Bonavides:

“Antecipar o plebiscito é, portanto, ocasionar gravíssima lesão ao texto magno, tanto do ponto de vista material quanto formal.

Vamos, primeiro, atravessar, conforme determinou o constituinte de 1988, com prudência e sabedoria, os cinco anos da Constituição que ele formulou; Constituição necessitada de vasta complementação, esta sim, muito mais urgente que sua reforma precoce e açodada, consoante poderá resultar da proposta antecipatória do plebiscito.”

Antes da sua conclusão, já o Professor Paulo Bonavides considerara que “a fixação da data 7 de setembro de 1993 foi um ato do poder constituinte do primeiro grau no exercício de um poder formal juridicamente ilimitado”.

E acrescentou o renomado jurista:

“O estabelecimento do prazo não se faz por mero acaso, ou capricho do legislador supremo com indiferença aos seus efeitos. Na realidade, o que ele quis foi dar ao povo oportunidade de cinco anos para ponderar, meditar, acompanhar e avaliar a possível eficácia do regime sob a Constituição presidencialista vigente, antes de sujeitá-la a uma revisão profunda de variação do sistema de governo.”

Veja V. Ex^o, Sr. Presidente, vejam, Srs. Senadores, que o depoimento, a manifestação do Professor Paulo Bonavides é muito clara, é muito evidente. E esta sua manifestação, como tive a oportunidade de dizer no início das minhas palavras, tem sido seguida por inúmeros outros constitucionalistas, juristas e especialistas em Direito Público.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria também de salientar que a antecipação do plebiscito é, a meu ver, inócuas, posto que, caso aprovado o parlamentarismo — objetivo maior daqueles que defendem o sistema parlamentar de governo — este somente poderá entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 1995.

De mais a mais, gostaria também de considerar que a antecipação do plebiscito vai frustrar o debate que, a meu ver, deveremos ter sobre o tema.

Estamos prestes a realizar as eleições municipais, eleições que já começam a empolgar o País; eleições que vão consumir

o restante deste ano. E, tão logo se inicie o ano de 1993, estaremos praticamente em cima da realização do plebiscito, sem termos oferecido à sociedade as nossas propostas; sem termos sequer apresentado ao País os modelos, quer da opção presidencialista, quer da opção parlamentarista; sem ter sequer discutido quais as vantagens do regime republicano sobre a proposta monarquista.

Por isso, Sr. Presidente, acho que a antecipação do plebiscito virá em detrimento do debate que se deve travar com relação ao assunto e do oferecimento de sugestões que se possa dar à sociedade brasileira, no momento em que tiver que se manifestar sobre tão importante e delicado regime.

E, para encerrar, não querendo me alongar, Sr. Presidente, gostaria também de considerar que há outras matérias mais importantes do que esta a merecer o nosso rito especial. Ou seja, entendo que antes de votarmos a antecipação, melhor seria que aprovassemos a nova lei eleitoral e partidária; que criássemos assim os pressupostos indispensáveis a que o sistema de governo, quer o presidencialismo, que desejamos ver aperfeiçoado, quer o parlamentarismo, que muitos desejam ver introduzido em nosso País, possam vigorar na plena aceção do termo.

Enquanto não mexermos no sistema eleitoral e partidário, certamente que tanto o presidencialismo vai funcionar de forma precária, quanto o parlamentarismo não terá condições, se aprovado, de se consolidar.

Com essas razões, Sr. Presidente, encerro as minhas considerações.

O Sr. Ronan Tito — V. Ex^o concede-me um aparte, nobre Senador?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede, nobre Senador Ronan Tito, que decline da palavra, pois V. Ex^o já ilustrou os Anais da Casa com um recente pronunciamento rápido sobre a matéria agora em debate.

O Sr. Ronan Tito — Mas o Senador Marco Maciel está encaminhando ou discutindo a matéria? Na discussão cabem apartes, Sr. Presidente? Se o nobre Senador estiver discutindo, quero fazer um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encaminhando a votação, nobre Senador.

O SR. MARCO MACIEL — Concederei o aparte a V. Ex^o, com o maior prazer, se a Mesa o permitir.

O Sr. Ronan Tito — Queria, então, uma definição da Mesa se o Senador Marco Maciel está discutindo ou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador Ronan Tito, o Líder Marco Maciel está discutindo a proposta.

O Sr. Ronan Tito — Se é assim, então cabe o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sr. Senador, a Presidência está apenas tolerando uma manifestação mais demorada, não apenas pela ilustração do debate, como também para que se forme o contraditório neste Plenário.

E todos os Senadores que antecederam o ilustre orador, à exceção do Senador Hugo Napoleão, manifestaram-se favoravelmente ao parlamentarismo.

Daí por que a Presidência constrangeu-se em restringir o tempo do nobre Líder do PFL, que já aceitou a discreta e hábil admoestação de V. Ex^o.

Então não é a Mesa, é V. Ex^o que o faz em nome da Casa.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, não estamos discutindo o parlamentarismo, só a antecipação do plebiscito. Desculpem-me, mas não estamos querendo substituir o povo. O povo é que vai definir, através do plebiscito, se é parlamentarismo ou presidencialismo. A nós só cabe dizer quando será a data. Agradeço a V. Ex^o.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Senador Marco Maciel, que, naturalmente, concluirá o seu oportuno pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL — Sr. Presidente, concluindo, receio que a antecipação do plebiscito vá fazer com que seja reduzida a participação popular. Veja que o plebiscito, no último referendum que realizamos, na última consulta popular que realizamos, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, teve um terço de abstenção. E foi um plebiscito muito mais preparado, muito mais trabalhado do que este que vamos realizar agora. Então, receio, Sr. Presidente — este é o meu último argumento — que a antecipação do plebiscito, por ser inócuá, venha a frustrar a participação popular, venha a fazer com que o povo não possa, como deseja, manifestar-se com pleno conhecimento de causa, que não haja debates aprofundados sobre os temas e sobre as propostas que nós, quer presidencialistas, quer parlamentaristas, devemos apresentar.

Daí por que, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras, fazendo, mais uma vez, uma ponderação a esta Casa para que não chancele a aprovação desta emenda constitucional. A meu ver, em nada vai contribuir para o aprimoramento das nossas instituições políticas e, de alguma forma, vai frustrar o debate que precisamos exercitar com relação a esta matéria, para que a adição popular seja feita com pleno e real conhecimento de causa.

Era o que gostaria de dizer, Sr. Presidente

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

REFERENDUM

6 de janeiro de 1993 — Resultados Finais

CIRCUNSCRIÇÕES	SIM	NÃO	TOTAL EM BRANCO	VOTOS NULOS	VOTANTES	PORCENTAGEM SÔBRE OS VOTANTES		ELEITORADO
						SIM	NÃO	
Acaraí	2.008	9.458	126	545	12.165	16,31	77,99	19.544
Alagoas	7.875	93.145	1.025	2.700	105.411	7,45	74,16	102.223
Amazonas	11.645	49.328	414	1.264	63.071	18,84	74,56	137.317
Bahia	42.484	505.662	10.575	12.464	569.113	7,40	88,49	1.266.455
Brasília	5.298	45.416	742	1.132	54.637	6,78	89,57	54.010
Ceará	44.964	360.232	9.065	6.762	421.025	10,68	85,56	433.282
Esporte Santa	45.350	157.458	4.177	7.754	214.739	21,12	73,32	307.009
Goias	27.453	224.939	5.225	8.813	266.490	10,31	84,42	310.133
Maranhão	227.077	768.113	11.462	40.677	1.047.539	21,68	73,34	1.195.335
Maranhão	12.334	228.594	3.194	4.823	259.967	4,77	92,13	497.456
Matto Grosso	10.458	120.122	2.362	2.600	135.539	7,71	85,62	263.002
Minas Gerais	348.227	1.146.432	41.589	63.271	1.599.530	21,77	71,67	2.566.905
Para	22.331	129.500	2.418	4.324	157.593	14,18	81,54	421.531
Pará	19.432	178.630	6.610	6.593	210.165	9,25	84,99	405.407
Parana	159.603	616.896	19.655	29.326	725.422	22,00	71,25	1.100.637
Pernambuco	33.977	383.547	7.170	19.826	444.520	7,64	86,29	551.398
Piauí	14.153	122.674	2.301	1.878	141.006	10,04	87,00	315.158
Rio de Janeiro	815.908	665.694	10.107	24.156	811.565	13,98	81,80	1.115.176
Rio Grande do Norte	15.454	179.941	3.426	4.022	200.843	6,70	89,59	322.107
Rio Grande do Sul	528.472	785.222	62.156	46.004	1.277.354	26,91	64,24	1.561.162
Santa Catarina	176.916	272.153	13.121	16.204	478.476	36,99	56,43	623.527
São Paulo	401.747	2.407.090	66.429	163.679	3.058.145	13,22	70,23	3.822.235
Sergipe	8.125	84.327	1.680	1.691	92.623	5,12	90,85	193.623
Território de Amapá	654	8.777	94	50	9.555	6,65	91,66	15.660
Território de Roraima	274	3.265	44	21	3.604	7,60	90,59	6.087
Território de Rondônia	276	7.674	61	16	8.027	3,44	93,60	12.759
TOTAL	2.073.562	9.457.448	284.464	470.701	12.286.175	16,88	76,97	18.665.277

Nota: O número de votantes, em Brasília, ultrapassa o eleitorado inscrito em decorrência da permissão do T.S.E. para voto em trânsito.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP). Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, concordo com o ponto de vista daqueles que acreditam que, neste momento, devamos nos pronunciar apenas sobre uma questão: sim ou não à antecipação do plebiscito. A opinião do meu Partido é sobejamente conhecida. Essa matéria foi aqui apresentada no Senado, em primeiro lugar, pelo Senador José Richa e, na Câmara, pelo Deputado José Serra. Eu não gostaria de ocupar o tempo do Senado reavivando argumentos de todos conhecidos e, portanto, é desnecessário que eu os diga. Apenas para registro, a razão fundamental pela qual nos propomos à antecipação do plebiscito diz respeito a que, em abril, será mais oportuno porque não há nenhuma eleição próxima, nem há a discussão ainda da revisão Constitucional. É por essa razão que tanto parlamentaristas quanto presidencialistas, republicanos e monarquistas coincidem num ponto de que é mais eficaz, para que o povo possa decidir sem pressões externas à questão central, que é a do sistema de Governo e do tipo de regime.

O voto do PSDB será, portanto, "Sim".

O Sr. José Fogaça — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS). Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lembro aos Srs. Senadores que, após esta votação de emenda constitucional, haverá votação de outra emenda constitucional que uniformiza, de maneira definitiva e equilibrada, a composição das câmaras de vereadores nos municípios brasileiros. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa agradece a intervenção do nobre Senador José Fogaça e a transmite aos Srs. Senadores na convicção de que todos permanecerão no plenário até a votação de toda a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT.

O SR. EDUARDO SUPILY (PT — SP). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a posição do Partido dos Trabalhadores é favorável à emenda que antecipa o plebiscito para o próximo mês de abril de 1993, e aqui externa também a avaliação que temos sobre a experiência presidencialista neste período de dois anos e meio do Presidente Fernando Collor de Mello, posto que a gestão do Senhor Presidente está fortalecendo os argumentos em favor do parlamentarismo, principalmente durante a presente crise.

A nossa posição é favorável, portanto, à antecipação do plebiscito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Esperidião Amin, do PDS.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é demais repetir porque essa deverá ser a nossa última votação a respeito desse assunto. É extemporâneo defender aqui o sistema de Governo. O que podemos fazer é antecipar a data para a decisão popular, e mesmo tratando-se de matéria constitucional, que o Senador Marco Maciel reporta como, no mínimo, questionável, por isso é claro que a consciência do parlamentar está acima da legenda, o nosso voto deverá ser — como será o meu, no caso — pela antecipação, como já foi no primeiro turno, ocasião em que o nosso prezadíssimo Senador Jarbas Passarinho enunciou o ponto de vista que esposa e que o nosso Partido, através da sua Bancada no Senado, haverá de reiterar com o nosso voto pela antecipação do plebiscito para 21 de abril de 1993.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Vamos proceder, portanto, à votação.

Após o encaminhamento de votação por todas as Bancadas que se representam nesta Casa, a Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento nas suas respectivas bancadas.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação).

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Albano Franco
Alexandre Costa
Alfredo Campos
Almir Gabriel
Amir Lando
Antônio Mariz
Aureo Mello
Beni Veras
Carlos de'Carli
Carlos Patrocínio
César Dias
Chagas Rodrigues
Cid Carvalho
Coutinho Jorge
Dário Pereira
Dirceu Carneiro
Divaldo Suruagy
Eduardo Suplicy
Élcio Álvares
Eneas Faria
Esperidião Amin
Fernando Cardoso
Garibaldi Alves
Guilherme Palmeira
Henrique Almeida
Humberto Lucena
Hydekel Freitas
Iram Saraiva
Jarbas Passarinho
João Calmon
João França
João Rocha
Josaphat Marinho
José Eduardo
José Fogaça
José Richa

Júlio Campos
Junia Marise
Jutahy Magalhães
Lavoisier Maia
Levy Dias
Lourival Baptista
Lucídio Portella
Magno Bacelar
Mansueto de Lavor
Márcio Lacerda
Mário Covas
Marluce Pinto
Meira Filho
Moisés Abrão
Nelson Carneiro
Ney Maranhão
Onofre Quinan
Paulo Bisol
Pedro Simon
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Saldanha Derzi
Teotonio Vilela
Valmir Campelo
Wilson Martins

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Darcy Ribeiro
Francisco Rollemburg
Hugo Napoleão
Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO 4.

Não houve abstenção.

Total de votos: 65.

Aprovada a emenda.

A Presidência, nos termos do art. 369 do Regimento Interno, dará ciência da aprovação da matéria à Câmara dos Deputados e convocará, oportunamente, sessão para a promulgação da emenda constitucional agora aprovada.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 8, DE 1992**

(Nº 51/90, na Casa de origem)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Artigo único. O plebiscito de que trata o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias realizar-se-á no dia 21 de abril de 1993.

§ 1º A forma e o sistema de governo definidos pelo plebiscito terão vigência em 1º de janeiro de 1995.

§ 2º A lei poderá dispor sobre a realização do plebiscito, inclusive sobre a gratuidade da livre divulgação das formas e sistemas de governo, através dos meios de comunicação de massa concessionárias ou permissionárias de serviço público, assegurada igualdade de tempo e paridade de horários.

§ 3º. A norma constante do parágrafo anterior não exclui a competência do Tribunal Superior Eleitoral para expedir instruções necessárias à realização da consulta plebiscitária.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 7:**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal, tendo Parecer favorável sob nº 246, de 1992, da — Comissão Temporária.

Em votação.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, como estão comemorando o resultado, é preciso alertar de que é necessário votar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência pede ao Senador José Richa que aguarde para logo mais a manifestação efusiva de seus pares que desejam homenageá-lo pela aprovação da emenda. Peço ao nobre Senador Dirceu Carneiro que felicite logo mais o Senador José Richa, que foi autor da primeira emenda, apreciada pelo Senado Federal há pouco tempo.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

O Sr. Esperidião Amin — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC) — Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se, *data venia*, da votação de uma emenda constitucional. V. Ex^a a colocou em discussão? Se o fez, as comemorações alusivas à emenda constitucional aprovada impediram-me de conhecer a abertura do período de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Líder do PDS que a discussão da matéria foi encerrada na sessão do dia 4 do corrente, e V. Ex^a, como é um dos Parlamentares mais assíduos desta Casa, aqui esteve presente, ilustrando-a, como faz todas as tardes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram?

Vou proclamar o resultado.

Houve um defeito acusado no painel; a Presidência vai anular a votação.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que tomem assento nas respectivas bancadas, enquanto se corrige o equívoco do painel. Provavelmente algum dos Srs. Senadores, antes do momento oportuno, apertou a tecla respectiva, ensejando o erro registrado no painel.

Como vota o Líder do PMDB?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM “SIM” OS SRS. SENADORES:

Albano Franco

Alexandre Costa
Alfredo Campos
Almir Gabriel
Amir Lando
Antônio Mariz
Aureo Mello
Beni Veras
Carlos De'Carli
Carlos Patrocínio
Cesar Dias
Chagas Rodrigues
Cid Carvalho
Coutinho Jorge
Dirceu Carneiro
Elcio Alvares
Eneas Faria
Esperidião Amin
Francisco Rolemberg
Garibaldi Alves
Guilherme Palmeira
Henrique Almeida
Hugo Napoleão
Humberto Lucena
Iram Saraiva
João Calmon
João França
João Rocha
Josaphat Marinho
José Fogaça
José Richa
Jutahy Magalhães
Levy Dias
Lourival Baptista
Magno Bacelar
Mansueto de Lavor
Marco Maciel
Marluce Pinto
Meira Filho
Moisés Abrão
Nelson Carneiro
Ney Maranhão
Onofre Quinan
Paulo Bisol
Pedro Simon
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Saldanha Derzi
Valmir Campelo
Wilson Martins.
ABSTÉM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:
Jarbas Passarinho.
VOTAM “NÃO” OS SRS. SENADORES:
Darcy Ribeiro
Dario Pereira
Divaldo Suruagy
Eduardo Suplicy
Fernando Cardoso
José Eduardo
Júlio Campos
Lavoisier Maia
Lucídio Portella
Mário Covas
Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e NÃO 11.

Houve 1 abstenção.

Total de votos: 62.

Compute-se, igualmente, o voto do nobre Senador Mário Lacerda, que, por estar ausente de sua cadeira, não teve o seu voto registrado pelo painel.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente para o segundo turno regimental.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 1992**

(Nº 82/91, na Casa de origem)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera o art. 29 da Constituição Federal.

Art. 1º É suprimido o inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, renumerados os incisos remanescentes, e aditado um parágrafo único ao mesmo artigo, com a seguinte redação.

“Art. 29.

Parágrafo único. O número de vereadores será fixado pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, em números ímpares e proporcional à população do município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de 9 (nove) e máximo de 17 (dezessete) nos municípios de até cem mil habitantes;

b) mínimo de 19 (dezenove) e máximo de 21 (vinte e um) nos Municípios de mais de cem e menos de trezentos mil habitantes;

c) mínimo de 23 (vinte e três) e máximo de 31 (trinta e um) nos municípios de mais de trezentos mil e menos de um milhão de habitantes;

d) mínimo de 33 (trinta e três) e máximo de 41 (quarenta e um) nos municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

e) mínimo de 43 (quarenta e três) e máximo de 55 (cinquenta e cinco) nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes.”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às eleições municipais marcadas para o dia 3 de outubro de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 1:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO
DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 1991-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1991-Complementar (nº 97/92, naquela Casa), de autoria da Senadora Marluce Pinto, que dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega

e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, tendo parecer, proferido em Plenário, do nobre Relator, Senador Esperidião Amin, favorável ao Substitutivo da Câmara.

Votação, em globo, do substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 385/91.

A votação será efetuada pelo processo eletrônico.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Senador Humberto Lucena, trata-se de uma votação de lei complementar.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tomei a iniciativa de requerer urgência para a votação do substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 385/91-Complementar, que dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, de autoria da nobre Senadora Marluce Pinto, por entender, Sr. Presidente, que se trata de matéria da maior relevância e urgência, na medida em que já foi aprovada pelo Senado e sofreu alteração, na Câmara dos Deputados, que nos parece também deva ser aceita pelo Senado, conforme se pode verificar pelo parecer de Plenário proferido pelo nobre Senador Esperidião Amin, sem dúvida, a Câmara dos Deputados manteve praticamente o objetivo da nobre Senadora Marluce Pinto, que, precipuamente, se refere à necessidade de prorrogar a vigência do art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, a fim de que os municípios não tivessem nenhum prejuízo com o término da sua vigência, que seria no final do exercício de 1992.

Creio, portanto, que a redação da Câmara deva ser aprovada pelo Senado, porque, na verdade, vamos não só manter a vigência do dispositivo, como, sobretudo, os critérios até agora fixados para efeito de sua distribuição até que outra lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do censo de 1991, realizado pela Fundação do IBGE.

Portanto, a Bancada do PMDB votará favoravelmente ao substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei da Senadora Marluce Pinto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Antes de conceder a palavra a V. Exª, a Presidência lembra aos Srs. Senadores que essa matéria é lei complementar, para cuja aprovação são necessários 41 votos.

Neste exato momento, a Presidência visualiza apenas 40 Srs. Senadores. Solicito aos Srs. Senadores que, porventura, se encontrarem na sala de café, que venham imediatamente ao plenário para que continuemos avançando na Ordem do Dia, nesta e nas outras matérias que devem segui-la.

Concedo a palavra ao nobre Líder Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Como Líder, para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo manifestar a posição do meu Partido com

relação ao projeto de lei oriundo do Senado Federal, de autoria da ilustre Senadora Marlúce Pinto, integrante da Bancada do PTB nesta Casa.

S. Ex^o divulgou, com muita lucidez, que era fundamental que prorrogássemos a vigência da Lei Complementar nº 62/89 até 31 de dezembro de 1992, sob pena de que nós, assim não procedendo, viéssemos a prejudicar os Estados e Municípios, sobretudo aqueles menos desenvolvidos, situados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com relação à distribuição das cotas do Fundo de Participação.

A proposição foi aprovada no Senado com parecer do nobre Senador Esperidião Amin e remetido à Câmara dos Deputados, onde mereceu, como sabe V. Ex^o, Sr. Presidente, idêntica aprovação com modificações que não alteraram o projeto em sua configuração inicial. Foram, podemos dizer, emendas que aperfeiçoaram a proposição, sem comprometê-la no seu alcance e em seus objetivos.

Retorna agora a proposição à Casa, e queremos, mais uma vez, renovar o nosso voto favorável à aprovação da referida matéria. Acredito que, com essa iniciativa, a Senadora Marlúce Pinto não somente assegura a plena eficácia do texto constitucional, mas também concorre para que os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e os municípios dessas regiões possam naturalmente ter assegurada a continuidade dos Fundos de Participação dos Municípios, os chamados FPM, contribuindo assim para que possam executar os seus programas de desenvolvimento e diminuir, consequentemente, as distâncias que ainda marcam o espaço social brasileiro.

Concluindo, portanto, Sr. Presidente, as minhas palavras, gostaria de dizer a V. Ex^o e ao Plenário que a posição do nosso partido será no sentido da aprovação do projeto, votando "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os Srs. Senadores já podem votar.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^o.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP) — Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, concordo com o que já foi mencionado a respeito do Projeto da Senadora Marlúce Pinto e conclamo a Bancada do PSDB a votar "sim", porque o projeto cria condições para que se mantenha a distribuição através do Fundo de Participação dos Municípios sem prejudicar os pequenos municípios do País. O voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece que é votação em globo do substitutivo da Câmara ao projeto de lei complementar, nos termos do Requerimento nº 599.

Como vota o Líder do PDS?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC) — Sr. Presidente, parece desnecessário, por ter sido incumbido de relatar e apresentar o parecer em plenário, mas convoco os companheiros do PDS a votar favoravelmente pelas razões do parecer e, especialmente, pela necessidade de se prorrogar a vigência de uma prescrição necessária que já está, se não houver deliberação, perempta.

Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PTB?

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB — AP) — Desejo, tão-somente, manifestar o pensamento da Bancada do PTB, favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Encaminha da a matéria, passa-se à votação.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que, nos seus lugares, a partir deste momento, açãoem a tecla respectiva.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos — Almir Gabriel — Antônio Mariz — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos D'Carli — Carlos Patrocínio — Cesar Dias — Chagas Rodrigues — Cid Carvalho — Coutinho Jorge — Dário Pereira — Dirceu Carneiro — Enéas Faria — Esperidião Amin — Fernando Henrique Cardoso — Garibaldi Alves — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Iram Saraiva — João Calmon — João França — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Richa — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lucídio Portella — Mansueto de Lavor — Marcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Marlúce Pinto — Meira Filho — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Onofre Quinan — Pedro Simon — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Saldanha Derzi — Valmir Campelo — Wilson Martins.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

A Presidência vai proclamar o resultado.

Votaram SIM 46 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Não houve abstenção.

Total de votos: 47.

O projeto foi aprovado.

A nobre Senadora, autora do projeto, merece os cumprimentos da Mesa.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER N° 258, DE 1992

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1991 — Complementar (nº 97/92 — Complementar, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1991 — Complementar (nº 97/92 — Complementar, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que "Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências".

Sala de Reuniões da Comissão, 12 de agosto de 1992.
 — Mauro Benevides, Presidente, Lucídio Portella, Relator,
 Alexandre Costa, Beni Veras.

ANEXO AO PARECER N° 258, DE 1992

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam mantidos os atuais critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios até que lei específica sobre eles disponha, com base no resultado do censo de 1991, realizado pela Fundação IBGE.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 265, de 1992, de autoria do Senador Alexandre Costa, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo “Iniciativa privada e social”, de autoria de Antônio Ermírio de Moraes, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* edição de 10 de maio de 1992.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

*É A SEGUINTE A MATÉRIA CUJA TRANS-
 CRIÇÃO É SOLICITADA:*

Folha de S. Paulo

**INICIATIVA
 PRIVADA E SOCIAL**
 Antônio Ermírio de Moraes

Há muitos anos que defendo a ideia de se ampliar a responsabilidade da sociedade no campo social. Penso que cuidar da nutrição, saúde, educação e formação profissional não pode ser tarefa exclusiva do Estado. Mesmo porque o exagero de centralismo traz consigo a certeza da ineficiência.

Mas como mobilizar a sociedade para agir nessas áreas? Há várias maneiras. Uma delas já está bem testada. Refiro-me ao trabalho do Sesi e do Senai, que prestam uma enormidade de valiosos serviços aos trabalhadores e a suas famílias.

Muita gente pensa que essas instituições são do Governo. Só pode ser por falta de informação, pois a qualidade de seu trabalho nada tem a ver com o que se faz nas escolas públicas e nos centros de atendimento médico-odontológico do setor público.

O modo de administrar os recursos é também inteiramente diferente. As unidades do Sesi e Senai têm o hábito salutar de dizer não a várias distorções: não ao desperdício, não ao burocratismo, não ao gigantismo.

Os recursos dessas instituições, vêm do próprio setor privado através de um recolhimento mensal de 2,5% sobre as folhas de salários das indústrias.

A contribuição das empresas no campo social não pára aí. Além do referido recolhimento, elas pagam mais 2% sobre seu faturamento bruto — destinados ao Finsocial.

Não quero intoxicar o leitor com números. Mas é preciso considerar que os dois percentuais resultam em montantes bastante diferentes. Os 2,5% são recolhidos sobre as folhas de salários, enquanto que os 2% são recolhidos sobre faturamento bruto das empresas.

Os salários, sem encargos, correspondem a, aproximadamente, 15% do faturamento bruto. Ou seja, aqueles 2,5% equivalem a cerca de 0,4% do Finsocial. Em outras palavras, com apenas 20% do que pagam para o Finsocial, as indústrias mantêm um alto padrão de serviços em 1.100 unidades do Senai e cerca de 2.000 centros do Sesi — cobrindo 850 municípios brasileiros.

Portanto, o teste está feito. Essas instituições não nasceram hoje. Ao contrário, elas têm meio século de experiência e dispõem de todas as evidências para demonstrar, inequivocamente, que o trabalho social administrado diretamente pela iniciativa privada é viável e custa menos.

Neste momento em que se fala tanto em reforma tributária, convém olhar um pouco para o que já deu certo. O modelo do Sesi e Senai foi testado e aprovado. Tudo “made in Brazil”. É um trabalho excepcional, criado pela indústria e mantido pelos industriais, cujo único beneficiário é o trabalhador.

Se a nova estrutura de tributos contemplar a possibilidade de as empresas reterem uma parte de suas obrigações para investirem diretamente no social, a sociedade conseguirá fazer muito mais com muito menos recursos. Isso não é bom?

Mas para não se incorrer no erro do gigantismo — e atiçar a gula do fisiologismo — é bom lembrar que o modelo Sesi/Senai pode ser ativado, também, pelas próprias empresas, em parceria com seus funcionários, ou ainda por conglomerados de pequenas empresas com seus empregados.

Como se vê, o Brasil tem jeito. É preciso que o Governo confie mais na iniciativa privada pois esse é o caminho mais curto para se reduzir o problema social.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 282, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Zero Hora*, do dia 18 de maio de 1992, intitulado “Gás Natural para o Rio Grande”, de autoria do Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**É A SEGUINTE A MATÉRIA CUJA TRANS-
CRIÇÃO É SOLICITADA:**

Zero Hora

GÁS NATURAL PARA O RIO GRANDE

ALCEU COLLARES*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul tomou a firme decisão de acelerar a vinda do gás argentino para o Brasil, não só porque marchamos para um déficit de nossa matriz energética, mas porque essa é uma iniciativa que atende aos interesses de desconcentração regional da renda e da economia nacional e gaúcha.

Em função da relevância macroeconómica da decisão, estamos reivindicando a continuação dos trabalhos do GTA, visando a agilizar imediatamente as negociações com a Argentina para trazer o gás natural desse País, pois é notória a insuficiência da produção nacional, mesmo contando com a importação de gás boliviano.

Os números demonstram que o nosso mercado para o consumo de gás natural, em 1995, nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste, será de 19.268.000 m³/d, para uma oferta — considerando a produção da própria região e mais a importação da Bolívia —, de 16.810.000 m³/d. Assim, já em 1995, teremos um déficit de 2.458.000 m³/d.

Isto torna imperativas negociações imediatas para a continuação da construção do gasoduto, assegurando no projeto a inserção do trecho que se estenderá da Argentina até Porto Alegre.

“Conclamamos todas as forças do Rio Grande na luta pela inserção do gás na matriz energética”

A defesa de abrangência nacional, e não regional, para a introdução em larga escala do gás natural na matriz energética, deve ser vigorosa, para rompermos de vez com a exagerada concentração econômica nacional em alguns Estados da Federação, sobretudo São Paulo, que sozinho detém uma fatia de quase 40% do Produto Interno Bruto.

O caminho de volta para a democracia, após 20 anos de ditadura, passa também forçosamente pela desconcentração e descentralização da economia brasileira.

O parque de refino de petróleo no Brasil, o que pertence à Petrobrás, está quase todo em São Paulo. O que faz com que também a infra-estrutura se concentre em algumas unidades, entre as quais desonta, naturalmente, a economia paulista.

O que ocorre com os produtos petroquímicos acontece igualmente com a maioria dos produtos brasileiros: eles são fabricados em São Paulo, utilizando matérias-primas da periferia ou do exterior, sendo depois transportados a longas distâncias, com grandes custos, para todo o País.

A verdade é que o Rio Grande do Sul e outros Estados, situados fora do eixo liderado por São Paulo, são meros abecedores de insumos agropecuários, fornecedores de produtos industrializados de baixa agregação tecnológica e reduzida capacidade de gerar recursos financeiros.

A partir da descentralização do complexo infra-estrutural, o nosso País poderá romper esse ciclo. Assim, o Brasil caminhará para o desenvolvimento harmônico de todos os Estados, o que permitirá um nível de vida mais elevado para todos os brasileiros.

Por isso, como Governador do Estado, conclamamos todas as forças do Rio Grande, no Estado e em Brasília, para se unirem às demais representações políticas e econômicas, na luta por um projeto nacional integrado, visando à inserção do gás natural em grande escala, na matriz energética brasileira e propiciando novas alternativas de abastecimento, para impedir o colapso que se avizinha.

No caso do Rio Grande do Sul, o que queremos é que se faça um potente desenvolvimento econômico e social ao longo do trajeto do futuro gasoduto, que ingressará pela discriminada região da Fronteira Oeste, nos limites com a Argentina.

Impõe-se, por isso, a urgente implementação da vinda do gás natural da Argentina ao Brasil através da implantação do gasoduto argentino brasileiro e sua interligação com o futuro gasoduto boliviano brasileiro em Porto Alegre.

* *Governador do Estado*

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 4:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 335, de 1992, do Senador Francisco Rollemburg, solicitando a retirada do Projeto de lei do Senado nº 369, de 1991, de sua autoria, que estabelece o limite máximo permitido para a navegação de embarcações do tipo moto-aquática (jet-ski) em praias do litoral, rios, lagos, lagoas e reservatórios de represas e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será definitivamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 5:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 438, de 1992, do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1991, de sua autoria, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 8**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 44, de 1992 (apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como conclusão de seu Parecer nº 224, de 1992), que disciplina a aprovação pelo Senado Federal das operações financeiras com o Fundo Monetário Internacional.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N° 609, DE 1992

Nos termos do art. 279, alínea a, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 44, de 1992, que disciplina a aprovação pelo Senado Federal das operações financeiras com o Fundo Monetário International, a fim de que seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1992. — Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão. S. Ex* não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores a hora em que estamos vivendo é realmente grave e difícil. Não é muito simples o momento em que se encerram as atividades e os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Sr. Paulo César Farias e todas as suas adjacências.

Sr. Presidente, apenas registro as reflexões que em outras oportunidades já pude fazer nesta Casa. Já disse aqui, e volto a repetir, que este momento encerra ensinamentos importantes. E seria absolutamente inaceitável, e até imperdoável, que saíssemos desta quadra da História brasileira sem extraímos da experiência política que agora está sendo vivida as lições que ela nos pode dar.

O Presidente Fernando Collor elegeu-se no bojo de uma massiva empolgação popular, no bojo de um grande conjunto de esperanças por parte daquela população qualificada por ele de descamisados, que viram no Presidente Fernando Collor de Mello a possível colimação dos seus objetivos de vida: estabelecer um País mais justo, um País mais limpo, um País mais livre do abuso, da desfaçatez, das distorções morais que permeiam a máquina pública.

O Senhor Fernando Collor de Mello elegeu-se, Sr. Presidente, dizendo que não precisa de partidos políticos, que os repudiava. Na verdade, o Presidente Fernando Collor de Mello elegeu-se pisando nos partidos políticos. Verifica-se que, para a eleição, no regime presidencialista, o bom é não ter partido político, mas é justamente aí que reside o mal que acabará por destruir depois o próprio Governo eleito. O bom para eleger-se é não ter uma sigla, não ter passado, não ter compromissos, não ter marcas, não ter explicações a dar; é não ter, enfim, nenhum estigma que possa aumentar ou reduzir o potencial de votos de um candidato.

De modo, Sr. Presidente, que se mostrou uma prática muito produtiva e bastante frutífera, do ponto de vista eleitoral, essa de negar vinculação partidária, de desprezar os partidos políticos, de desprezar as organizações populares porque, com isso, livra-se de todo o patrimônio de problemas, de dificuldades, de crises, se contradições que uma sigla partidária possa ter na sua história.

O Presidente Fernando Collor de Mello, na verdade, fundou um Partido à noite e na manhã seguinte já era candidato à Presidência da República com a sigla recém-fundada. E esta foi a moeda passada na eleição, esta foi a idéia vendida pelo candidato, esta foi a proposta trazida para o País: a

de que ele, candidato de um Partido em formação, imberbe, incipiente, não teria vínculos com nada, com os vícios, com a corrupção, com a desfaçatez, com a imoralidade que vigora em períodos anteriores. Todos os vícios e males, todas as mazelas dos partidos políticos seriam banidos para sempre, bastava que fosse eleito um presidente sem Partido político. Provou-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, para eleger um presidente da República de fato é muito bom não ter partido; para eleger um presidente é excelente desvincular-se, desfazer-se da carga morta da sigla partidária, porque sem a sigla partidária o candidato não tem explicações a dar, não tem um passado a justificar, não tem um patrimônio de problemas a esclarecer. Tem apenas um futuro rosado e esperançoso pela frente.

E foi isso que o Senhor Fernando Collor de Mello colocou, com muita competência, deve-se dizer: a competência própria das pessoas que sabem vender ilusões. Foi isso que o Presidente Fernando Collor de Mello, competentemente, qualificadamente, passou à maioria da opinião pública deste País. E o resultado foram os seus 35 milhões de votos, uma maioria de fato consistente e indubitável. Sem dúvida uma maioria de peso, uma maioria invejável e até então uma maioria desconhecida na História Republicana.

Mas lembramos que o último presidente da República eleito, 30 anos antes, o Sr. Jânio Quadros, também se elegeu com os mesmos argumentos, também se elegeu com a mesma proposta! O Sr. Jânio Quadros também cuspia nos partidos políticos, também desprezava as siglas partidárias e também vendia a ilusão, a mentira de que ele, uma vez no governo, não precisaria de partidos, abandonaria os vínculos, os compromissos com os políticos e com os partidos.

Essa é a realidade sobre a qual se assentou o progresso eleitoral do candidato Fernando Collor de Mello, e esse é, sem dúvida, o mal visceral e invencível do presidencialismo; é um mal viceral e insuperável, é da raiz, da essência, da natureza do sistema.

O Presidente da República, para se eleger, despreza os partidos; e no momento de governar não consegue fazê-lo, porque não tem apoio partidário, apoio político consistente para viabilizar as suas decisões.

Refiro-me a isso, Sr. Presidente, porque acabamos de votar a emenda que antecipa o plebiscito do parlamentarismo para o dia 21 de abril de 1992. Saído essa decisão do Senado, essa decisão do Congresso Nacional como uma decisão marcante, como uma decisão angular na vida e na História deste País.

Estamos dobrando uma esquina da história política do Brasil; caminhamos efetivamente no sentido da verdadeira modernização das nossas instituições políticas.

No regime parlamentarista, quem não tem Partido político não se elege, porque só se pode governar com Partido político. Quero que alguém me dê o exemplo de algum país do mundo, de alguma nação que tenha saído da pobreza, do subdesenvolvimento, do atraso econômico e tenha atingido níveis razoáveis de prosperidade, de justiça social, de distribuição da riqueza que não por meio de organizações populares chamadas Partidos políticos. Dêem-me o exemplo de um país que se tenha transformado de nação do Terceiro Mundo, de nação marginal e periférica em nação desenvolvida, ocupando a galeria dos povos desenvolvidos e privilegiados do planeta, de uma nação que não tenha galgado essas escadas do desenvolvimento senão através dos projetos, das idéias,

da articulação social, da articulação da vontade popular que é produzida por um partido político.

Não há exemplo na história dos povos, Sr. Presidente. É absolutamente impossível governar sem um partido político.

Mas o regime presidencialista, que é visceralmente inviável, empurra para a necessidade permanente de os presidentes enxovalharem os partidos, desprezá-los e desfazerem deles para conseguirem se eleger. E como eleição é uma coisa e governo é outra, uma vez assentado na cadeira presidencial, o governante, o Presidente da República olha para os lados e vê que não consegue articular a vontade social, que não consegue produzir resultados efetivos no conjunto da administração pública, que não consegue atingir os efeitos que pretende com a caneta que assina um decreto, uma medida provisória, que sanciona e publica uma lei. A humanidade seria tão estúpida, a humanidade, por acaso, seria secularmente estúpida de ter inventado esse organismo social chamado partido político como forma mais adequada e mais aperfeiçoada de mecanismo de governo? Seriam tão rigorosamente estúpidos...

O Sr. Dirceu Carneiro — Permite-me V. Ex^a aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — ... os povos mais ricos do mundo, todos eles prestigiando, todos eles dando cada vez maior fortalecimento e consistência, cada vez maior conteúdo de responsabilidade aos partidos políticos?

Na verdade, parece que o Brasil resolveu fazer o caminho inverso. O Brasil quis inventar a roda quadrada, ou seja, Presidente da República é bom sem partido político. Esqueceram-se que esse é um dos males intrínsecos do presidencialismo. Presidente sem partido político é bom para se eleger, mas para governar é preciso partido político; é preciso articulação política majoritária.

Vejo que o Senador Ney Maranhão, o bravo, corajoso e independente se perfila no microfone de aparte. Acederei imediatamente após o pedido do Senador Dirceu Carneiro.

O Sr. Ney Maranhão — Muito obrigado, Senador.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Porque S. Ex^a pertence ao Partido do Presidente da República e que, de fato, é um partido novo, recém criado.

A minha crítica não está dirigida ao PRN como tal, até porque o PRN, pelas leis por nós aqui votadas e pela Constituição por nós redigida, tem todo o direito de existir do ponto de vista legal, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista político. Refiro-me à outra questão: um Presidente que nasceu sem um Partido e que teve que formá-lo meio às pressas.

V. Ex^a, Senador Ney Maranhão, é um integrante deste Partido, porque resolveu levar para dentro dele todo o seu patrimônio de respeitabilidade, de decência. V. Ex^a sempre mereceu a nossa consideração pela sua vida pública em Pernambuco e aqui no Congresso Nacional.

O Sr. Ney Maranhão — Muito obrigado. A recíproca é verdadeira.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Mas sei que não irá discordar quando eu disser que V. Ex^a entrou muito recentemente nesse Partido e que ele não têm passado, não tem tradição; V. Ex^a tem, mas o Partido não; o partido de V. Ex^a não tem articulações na sociedade, não tem forma de promover a ação governamental e implementá-la, torná-la realizável; este é o papel de um Partido, tornar realizável e executável a ação de governo; Partido não é só agência de eleições, não é só

açambarcamento de votos no processo eleitoral; partido é meio de viabilizar a ação do governo; é tornar possível o ato de governar; partido é governabilidade. E não se pode fundar um partido ontem e querer governar com ele hoje; infelizmente não posso, Senador Ney Maranhão. Por maior que seja o respeito, por maior que seja a consideração que tenha por V. Ex^a, o que posso dizer em sua homenagem é o seguinte: patrimônio de vida pública que tem V. Ex^a é um elefante perto da formiga que é o patrimônio que tem o seu partido como história.

O Sr. Ney Maranhão — Agradeço a V. Ex^a

O SR. JOSÉ FOGAÇA — V. Ex^a, como indivíduo, tem muito mais história, muito mais presença na vida brasileira do que o seu Partido.

A análise que estou fazendo pretende chegar a esse ponto visceral da questão, de que o presidencialismo é um sistema inviável, porque o mal que leva o Presidente a ser eleito é o mesmo mal que inviabiliza o seu Governo. Jânio foi assim, Collor está sendo assim.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço essa reflexão. Não é possível que todos os fatos que estão aí, que são bofetadas diárias na opinião pública brasileira, todos esses fatos que estão sendo destampados, revelados ao País, passem por nós como um rio, como águas do nada. Não! Esses fatos têm que marcar a nossa vida, têm que marcar as nossas consciências, têm que produzir ensinamentos para o nosso comportamento político; ou então isso de nada valeu, e somos uma Nação de hipócritas, uma Nação de pessoas que não têm apreço pela verdade e pela experiência. Estamos, sem dúvida nenhuma, vivendo um momento que é pedagógico, Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Eu gostaria, antes de dar o aparte a V. Ex^a, de ouvir o Senador Dirceu Carneiro, que já o havia solicitado.

Com muita honra, dou o aparte a V. Ex^a, Senador Dirceu Carneiro.

O Sr. Dirceu Carneiro — Senador José Fogaça, quero cumprimentá-lo pelas reflexões que está desenvolvendo no plenário do Senado Federal e quero também participar dessa reflexão, dizendo que, como cidadão, como Parlamentar, defendo a ideia de organizar as correntes de pensamento político do nosso País. Para tanto, filiei-me à corrente social-democrata, atendendo ao que considero uma visão genial dos tucaños, que, antes da queda do Muro de Berlim, perceberam que todo aquele quadro de guerra fria e de bipolarização estava superado, e começaram a conceber a armação da corrente política que interpretava, no nosso entender corretamente, os grandes debates internacionais de natureza política e ideológica, fitando basicamente entre os debates social-democratas e liberais. Portanto, querendo buscar também esse propósito de organizar as correntes de pensamento do nosso País, filiei-me aos sociais-democratas. Nesse aspecto, concordaria com as reflexões que V. Ex^a traz quanto ao Presidencialismo e ao Parlamentarismo. Como tucano, candidatei-me ao Governo de Santa Catarina nas eleições passadas, com a clara consciência de que eu não tinha ainda as condições e 20 anos de mandato ininterrupto e sempre decente — pelo menos isso posso sempre dizer; mas não havia ainda, nos municípios do nosso Estado aquela estrutura básica, e, mais

do que o candidato, aqueles companheiros de opinião política, ou de posição política, seriam as figuras que dariam sustentação, credibilidade e até estabilidade a um governo que se propunha a administrar o Estado. De modo que participei para levar a idéia, para debater, para defender a necessidade da clareza das correntes políticas que haveriam de sustentar os governos e a administração pública. Por isso, concordo com as ponderações de V. Ex¹, especialmente quando traz o parlamentarismo como uma dimensão modernizadora e corretiva dessas distorções messianicas, ou mistificadas por candidaturas individuais que têm apenas uma ilusão para oferecer à sociedade facilidades e não têm sequer estrutura para trazer algo de real das suas pregações. Eram as considerações que queria fazer neste aparte ao discurso de V. Ex¹.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Obrigado, Senador Dirceu Carneiro.

Sem dúvida alguma, a candidatura de V. Ex¹ em Santa Catarina tinha verdadeiramente essa conotação: a de um candidato qualificado, preparado, pessoalmente reconhecido por todas as condições que tem, mas não tinha uma estrutura partidária a sustentá-lo.

E, diga-se a bem da verdade, Santa Catarina é um Estado politizado, politicamente evoluído. Dificilmente em Santa Catarina uma candidatura, digamos — não era o caso da sua, absolutamente —, uma candidatura aventureira, ou um projeto personalista — que rigorosamente não era, evidentemente, o seu caso — poderia dar resultado.

Mas, num País tão dispar como o Brasil, com tantas diferenças sociais e culturais, com tantas diferenças e distâncias geográficas, há bolsões que são facilmente apanhados por essas falácias, por essas promessas fáceis, por esse messianismo gratuito e mistificador que elege presidentes da República em nosso País. Esses bolsões de fácil adesão a candidatos desta natureza não se dão só nas áreas mais pobres; São Paulo, por exemplo, que é a área mais desenvolvida do País, muitas vezes se entrega a esse tipo de proposição assim personalista, messiânica e mistificadora.

De modo que não se trata, como disse V. Ex¹ — e estou repetindo — de uma questão de analisarmos este ou aquele Partido; trata-se de aqui ressaltarmos que o sistema presidencialista caminha, permanentemente, para a destruição da organização popular, da organização política, da organização da população.

O sistema presidencialista anula as formas de organização social e faz isto com tanta qualidade, com tanta competência que se torna altamente proveitosa e vantajoso dizer, no discurso de uma campanha eleitoral, que não tem Partido, não quer Partido e não gosta de Partido. Aliás, se o candidato disser que não gosta de Partido, que não tem Partido, que não sabe o que é Partido e que não gosta de políticos, nem de estar na política, ganhará mais votos ainda.

E depois, na hora de governar, vê-se para que existem Partidos políticos: para viabilizar soluções.

O sistema parlamentarista é o inverso exato disso. Exige Partidos consistentes para a participação eleitoral, e os Partidos têm a sua identidade preservadas, pois as minorias também pesam, também influenciam, também participam e tomam decisões a nível de governo no regime parlamentarista.

Portanto, o regime parlamentarista não é um regime de desprezo às minorias. Ao contrário, é de respeito, acatamento e de introdução das minorias no processo de decisão, enquanto o presidencialismo descarta e exclui as minorias desse processo político.

Ouço, agora, o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador José Fogaça, em primeiro lugar, agradeço as palavras que V. Ex¹ falou a meu respeito e digo-lhe que a recíproca é verdadeira, pois tenho grande respeito e admiração por V. Ex¹, que é um grande representante do povo gaúcho.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Dada a sua importância nacional, V. Ex¹ é ouvido no meu Estado freqüentemente.

O Sr. Ney Maranhão — O Pernambuco e o Rio Grande do Sul estão longe um do outro, mas sempre estiveram presentes politicamente na História do Brasil, construindo histórias importantes juntos.

V. Ex¹, que defende a tese do parlamentarismo, com todo respeito, sabe que tenho um projeto que está aguardando o desfecho do dia 21 de abril? Aliás, votei a favor da emenda Richa derrotada aqui no plenário no segundo turno de votação e acho que esse plebiscito deveria ocorrer este ano. Mas, infelizmente, foi derrotada e, hoje, aprovamos a antecipação do plebiscito para 21 de abril. Senador José Fogaça, o parlamentarismo, no meu entender, é um regime perfeito, não discuto isso. Só discuto a implementação dele no Brasil neste momento. Defeitos ou perfeições no parlamentarismo ou no presidencialismo, podemos citar em alguns exemplos da História: nos Estados Unidos, o presidencialismo funciona; funciona a contento, basta vista que a constituição americana foi alterada porque existia, naquela época, uma situação em que os candidatos se reelegiam tantas vezes quantas desejasse, como ocorreu com Franklin Roosevelt, como foi com o prefeito La Guardia, de Nova Iorque.

A Constituição americana colocou o art. 22 que diz que o candidato a presidente poderá reeleger-se uma vez e nunca mais poderá ser candidato àquele cargo. Isso, no meu entender, aperfeiçoou o regime nos Estados Unidos e espero que o mesmo aconteça no Brasil. Concordo com V. Ex¹ quando acaba de citar que o meu Partido é novo e sem história; e que 80% dos senadores, deputados e prefeitos, se perguntados de chofre sobre o programa dos seus Partidos, não saberão. Concordo com V. Ex¹ também nisso. São os defeitos do presidencialismo. Mas veja V. Ex¹ que, com o parlamentarismo, na História, tivemos o caso de dois grandes ditadores: Mussolini e Hitler que saíram, emergiram dos regimes oriundos do parlamentarismo.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Vamos deixar as coisas bem claras. Uma vez tendo chegado ao poder, a primeira coisa que fizemos foi acabar com o parlamentarismo, porque ele não convive com a ditadura.

O Sr. Ney Maranhão — Claro.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — O golpe que Hitler deu, evidentemente, foi no momento em que ainda vigorava o regime parlamentarista.

O Sr. Ney Maranhão — Enfraquecido.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Mas veja V. Ex¹ que esse fato não significa que o regime parlamentarista conviva com o sistema ditatorial; no sistema presidencialista, se ocorre um golpe, não se necessita mudar nada.

O Sr. Ney Maranhão — Perfeito. Mas esses dois golpes dados na Itália e na Alemanha foram oriundos da fraqueza do regime parlamentarista naquela época. Mas hoje temos

a mídia, temos uma outra conotação mundial. Acredito que a história será diferente, principalmente no que concerne a esse problema de golpe, de ditadura. Com a queda do Muro de Berlim, com a abertura do Leste Europeu, isso acabou; estamos de acordo. Mas para que haja parlamentarismo no Brasil, Senador Fogaça, devemos ter uma estrutura que lhe possibilite a sustentação, numa hora em que o Partido do governo caia, que a oposição entre, mas que a parte burocrática e tecnocrática andem normalmente. V. Ex^ª veja o caso da Itália. Na Itália, um gabinete, quando dura muito, dura 10 meses. E a coisa continua. Correto?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Porque tem a competência tecnocrática e burocrática estável. E o Partido que está gerando os projetos para a sociedade italiana é o mesmo: o Partido Democrata Cristão. De modo que não há sequer ruptura dos projetos que estão em andamento. Acontece isso no Japão há 40 anos; o Partido Liberal governa o Japão. Um escândalo que houve agora, recentemente, derrubou o primeiro-ministro.

O Sr. Ney Maranhão — Aliás, vários escândalos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Houve uma sequência de três escândalos, e três primeiros-ministros caíram. Com a queda deles, o povo japonês foi novamente às eleições para eleger uma nova dieta e o que ocorria? O povo elegia o mesmo Partido. Não estou defendendo aqui a continuidade ou o continuismo partidário, o que estou dizendo é que se havia alguém que tinha comportamento anômalo, comportamento condenável no Partido Liberal, que se afastasse aquela pessoa, mas que se continuasse aquele pensamento político que é o norte do Partido Liberal japonês.

Veja V. Ex^ª como isso faz o povo dar consistência aos Partidos, como o povo opta por conteúdos partidários muito menos do que por nomes; os nomes do primeiros-ministros japoneses nós nem sabemos de cor, porque muda tanto que nós realmente acabamos não gravando.

Mas, sabemos que há mais de 40 anos o Japão é governado pelo Partido Liberal, porque há um apoio maciço da população aos projetos e à continuidade desses projetos, quer dizer, o Partido é uma verdadeira usina de projetos e idéias que levam a sociedade ao progresso e ao desenvolvimento.

O Sr. Ney Maranhão — Concordo com V. Ex^ª. Mas, dentro dessa linha de pensamento, Senador José Fogaça, eu tenho minhas dúvidas que no dia 21 de abril o povo brasileiro vá optar pelo parlamentarismo. Muita dúvida! Então, Senador José Fogaça, eu acredito plamente que o povo brasileiro irá derrotar o parlamentarismo por dois motivos: primeiro, porque nós, Congressistas, Senadores e Deputados, somos injustiçados, em grande parte. A imprensa falada, escrita e televisada, também nos acusa, pois temos o poder. Lembremos dos 5 minutos da Constituinte, que já faziam parte costumeira do horário nobre, quando se ouvia o que fazíamos e o que se deixou de fazer. O povo acompanhava o nosso trabalho no Congresso, e abrimos mão disso. Somos culpados. V. Ex^ª sabe que uma parte do que se fala na imprensa tem suas razões, mas a maioria das vezes não. V. Ex^ª sabe que vai haver uma exploração no que concerne aos embates sobre o parlamentarismo e o presidencialismo, quanto ao Congresso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Concordo com V. Ex^ª. Creio que a imagem do Congresso irá ser explorada.

O Sr. Ney Maranhão — Perfeitamente. Como V. Ex^ª sabe, sou um homem aberto e defendo o Congresso. Talvez tenha sido esse um dos motivos de minha cassação ao defender o Deputado Márcio Moreira Alves àquela época, quando S. Ex^ª fez aquela carta, que eu não concordava; mas, cassá-lo por aquilo, eu não aceitava. Creio que aquele foi um dos motivos de minha cassação, também. Mas o marketing vai ser esse. E dentro dessa linha, Senador José Fogaça, o povo brasileiro não vai entender o poder sendo transferido para o Congresso, onde 70 a 75% da nossa Constituição não foi regulamentada até agora. O problema, nobre Senador, é que no Rio de Janeiro trabalhávamos de segunda a sexta-feira; depois que o Congresso se transferiu para Brasília começou a existir esse tal de esforço concentrado. Realmente, o Congresso trabalha e se reúne três dias por semana; segunda e sexta-feira, nós, Senadores e Deputados, às vezes, falamos para os "lobisomens", ou seja, poucos Senadores e poucos Deputados. isso significa uma imagem muito ruim para o Congresso avocar para si o poder de governar. Queira Deus que isso aconteça, Senador José Fogaça. V. Ex^ª defende com muita ênfase o parlamentarismo — e tenho um respeito muito grande por V. Ex^ª, como pelo Senador José Richa —, mas estou esperançoso, dentro da minha linha de concepção, que o parlamentarismo não seja vitorioso no dia 21 de abril e V. Ex^ª, juntamente com o Senador José Richa, colabore, pelo menos, para enxugar, melhorar o máximo o presidencialismo para que tenhamos governos mais estáveis e a Nação seja governada da melhor maneira possível.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Senador Ney Maranhão, de fato, acredito que é verdadeiro o que V. Ex^ª diz quando afirma que a imagem artificialmente produzida em torno do Congresso Nacional será explorada. Nas palestras que tenho participado a respeito do regime parlamentarista, sempre há na platéia, entre as pessoas convidadas ou participantes, alguém que, naquela típica arrogância de quem despreza os políticos e também não tem muito apreço pela democracia, diz: "Mas parlamentarismo com esse Congresso que está af?" Essa é a pergunta sistematicamente repetida. E eu tenho dito uma coisa que me parece muito simples mas responde a isso. "Este Congresso que está aqui", na visão deles, é um Congresso do regime presidencialista; no regime parlamentarista não existe o "Congresso que está aqui?". No regime parlamentarista, existe um Congresso rigorosamente responsável, e tão responsável que, até no ato da eleição, o Deputado tem que dizer em quem vai votar para primeiro-ministro, qual o compromisso que tem com o projeto de governo.

O Sr. Ney Maranhão — A minha dúvida, Senador José Fogaça, é se o povo vai entender isso.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Não tenha nenhuma dúvida de que vai entender, Senador Ney Maranhão.

O Sr. José Richa — Permite-me V. Ex^ª um aparte, nobre Senador José Fogaça?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Ouço V. Ex^ª com muito prazer, nobre Senador José Richa. E, em seguida, Sr. Presidente, encerrarei, logo após o aparte do Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Senador José Fogaça, quero cumprimentá-lo, antes de mais nada, pelo belo discurso que vem fazendo, extremamente importante e, por outro lado, muito oportuno, porque acabamos de votar, há poucos instantes.

uma emenda constitucional que antecipa o plebiscito. Ora, antecipado o plebiscito, a classe política, todos os segmentos da sociedade vão ter que discutir a questão-objeto do plebiscito — forma e sistema de governo. E, portanto, já é oportuno discutirmos, primeiro a nível da liderança, da elite política do País, que é o Congresso Nacional, como é que se vai dar. Tenho muito medo desse plebiscito, caso a elite política do País, que é representada pelo Congresso Nacional, pelos partidos políticos, não forneça ao povo as informações corretas. Então, V. Ex^o já abre o debate com uma questão extremamente importante, que é a necessidade de uma nova estruturação partidária. Porque o Partido político é necessário em qualquer regime, e V. Ex^o colocou bem — por isso não quero entrar muito no mérito — a importância de uma melhor estruturação política, porque V. Ex^o já colocou com muita competência, com muita sensibilidade, a questão. É que no presidencialismo não há como estruturar os partidos. A necessidade de o governante, no presidencialismo, poder governar está exatamente na divisão dos partidos políticos, porque a prática política pressupõe uma negociação diária. Todo dia tem que se negociar para viabilizar a governabilidade. E a negociação no presidencialismo se dá obrigatoriamente ferindo os partidos, desestruturando-os, desestabilizando-os. Então, é evidente que é necessária uma reformulação partidária. E eu já queria colocar, como parlamentarista...

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Creio que V. Ex^o quer dizer uma reformulação da Lei Eleitoral e da Lei dos Partidos Políticos.

O Sr. José Richa — Exatamente. E eu já queria colocar a necessidade de ampliarmos o debate, porque entendo que este País sofre uma crise política crônica que de tempos em tempos se agudiza. Dessa maneira, não adianta querermos buscar o remédio econômico ou social para uma crise que é eminentemente política, e a doença diagnosticada, que é basicamente política, tem que encontrar remédios adequados que têm de ser políticos. E, no meu entendimento, para uma reformulação das instituições políticas, quatro reformas são imprescindíveis e simultaneamente — eu até não sei qual delas é a mais importante, mas sei que elas têm que ocorrer simultaneamente. Por isso é que luto há muito tempo pela antecipação do plebiscito, para que possamos ter condições de fazer as quatro reformas e o parlamentarismo começar a ser praticado depois que o País estiver preparado. Essas quatro reformas políticas são a do sistema de governo — a respeito, todos conhecem a minha posição, sou parlamentarista —; a do sistema partidário, que tem de ser reformulado, levando-se em conta que a lei tem de facultar aos partidos o instituto da fidelidade, sem o que também dificilmente vamos conseguir fortalecer os; a do sistema eleitoral, distrital misto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Penso que essa é uma questão essencial.

O Sr. José Richa — É fundamental, por isso é que digo que nem sei qual o mais importante.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Se não mudarmos o sistema eleitoral, Senador José Richa, creio que o parlamentarismo não irá funcionar.

O Sr. José Richa — Exatamente, porque, num país de tamanha diversidade, de tamanha extensão territorial e de tantas diversidades regionais, é impossível fazer-se uma eleição na mecânica parlamentarista. Uma das suas principais

virtudes é exatamente a rapidez com que se solucionam impasses políticos. É impossível, num sistema como esse, fazermos eleição num sistema proporcional com a rapidez que o sistema parlamentarista exige porque os grandes partidos têm dificuldades de compor chapas e iniciar o sistema eleitoral, pois têm sobre de candidato; os pequenos partidos, pela razão contrária: como falta o candidato, têm dificuldades. Então, a organização de uma chapa de candidatos a eleições parlamentares, seja em nível nacional, estadual ou municipal, é tamanha que não há como se praticar o parlamentarismo, que é uma mecânica rápida, com o sistema proporcional que aí está. Por conseguinte, é absolutamente indispensável a reforma do sistema partidário. E acrescento uma quarta reforma, em nível de política, que é a do sistema burocrático. Não é possível, cada vez que se substituir um governo, substituir-se também 57 mil cargos comissionados. Não há administração que agüente! Uma das coisas mais importantes no parlamentarismo não é a rapidez com que se pode trocar o governo, é exatamente o oposto. A meu ver, a maior virtude do parlamentarismo é a possibilidade de haver continuidade administrativa, seja pela burocracia estável, profissionalmente bem organizada, seja pela profissionalização dessa burocracia. Creio ser essa a questão mais importante. Veja bem V. Ex^o: e se analise, entre o Banco do Brasil, as Forças Armadas e o Itamaraty, que ficam de um lado, e o resto da estrutura administrativa e burocrática do País. Não há uma evidente contradição aí? De um lado, temos o Banco do Brasil, muito bem organizado, o Itamaraty e as Forças Armadas, que são tão bem organizados, que passam a ser o segmento burocrático de maior nível do País. Pode-se ir a qualquer município e constata-se que os militares, diplomatas e funcionários do Banco do Brasil são o que há de melhor no município sob o aspecto cultural e em todos os demais.

Então, por que não organizar o resto da burocracia da mesma maneira? Essas quatro reformas são absolutamente necessárias. A continuidade administrativa é extremamente importante e, no parlamentarismo, ela pode ocorrer até mesmo — tivemos um exemplo recente, agora, na Inglaterra —, até mesmo quando há, da parte da sociedade, um evidente cansaço por aquela pessoa que está administrando. Há uma natural substituição de apoio àquele grupo político.

A Sr^a Margaret Thatcher sentiu que, se insistisse e continuasse no governo, o partido dela iria perder a eleição porque havia um cansaço, posto que ela estava há mais de 12 anos no poder. Então, estrategicamente ela se retirou, lançou o sucessor, e essa renovação interna possibilitou a manutenção do Partido Conservador no poder. Essa continuidade administrativa é extremamente importante, e, no presidencialismo, não ocorre até porque o Presidente da República sabe que nem pode ser reeleito. Assim, ele quer fazer tudo ao mesmo tempo. Dessa forma, ou seja, através de decisões muito mais rápidas e com o objetivo de fazer obras faraônicas ou até absolutamente necessárias, mas que demandam mais do que uma gestão para serem concluídas, o que acontece? Ou a obra é mal feita, porque se pretende concluir o trabalho para que o governante inicie e termine na sua própria gestão, ou, se o governante não tiver essa mentalidade imediatista, no mínimo, não vai conseguir concluir tudo, e quase sempre não acontece a continuidade com o outro governo que entra. Então, a melhor coisa do parlamentarismo é exatamente a possibilidade da continuidade administrativa. O Senador Ney Maranhão aborda duas questões muito importantes: a da imagem

do Congresso e o exemplo citado da dissolução da ditadura implantada em pleno parlamentarismo. S. Ex^o citou dois exemplos, mas exemplos de golpes sobre o presidencialismo há dezenas. Então, creio que os exemplos que S. Ex^o citou reforçam a tese de que, no parlamentarismo, embora haja a possibilidade de golpe, é muito menos freqüente. Portanto, o parlamentarismo confere mais estabilidade institucional para a sociedade. A outra questão é a da imagem do Congresso. No presidencialismo essa imagem negativa ocorre mais porque se há democracia, há definição de poderes do Legislativo. Tem que haver! se há democracia, tem que haver parlamento, se houver parlamento, tem que haver prerrogativas e força. Mas não há, no sistema presidencialista, a configuração, na mesma proporção, da responsabilidade do Congresso. Há, de um lado, os direitos, os poderes, as prerrogativas, e, de outro lado, não há responsabilidade. Não há essa definição. Então, a imagem do Congresso, no parlamentarismo, vai ser sensivelmente melhorada. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sem dúvida, o aparte de V. Ex^o, apesar de ter sido mais longo do que o normal, ajudou a enriquecer o meu pronunciamento. Vejo que o Sr. Presidente já faz sinal de que o meu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está esgotado, e há oradores inscritos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, apenas registrando que quero desta hora, deste momento, desta crise que estamos vivendo extrair lições e ensinamentos. Seremos um povo historicamente inconsciente se não soubermos aprender com os erros e com a crise.

Obrigado a V. Ex^o

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, Terceiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Muito grato a V. Ex^o

Com a palavra, para uma breve comunicação, o nobre Senador Aureo Mello.

O Sr. Aureo Mello (PRN — AM. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei rápido realmente porque, tolhido pela emoção, não me sinto capaz de me alongar sobre este infiusto acontecimento. Essa emoção decorre de um episódio ocorrido em Manaus, que está traumatizando não somente a capital do Amazonas, mas o Estado inteiro. Lá, veio a ser brutalmente assassinado o Sr. Rubens Benzecry, de origem semita, um homem conceituadíssimo no Amazonas, no meio industrial, intelectual e em todas as áreas sociais onde atuou dotado de um espírito caridoso muito bondoso e de uma grande capacitação intelectual. Membro de uma grande família tradicional do Amazonas, formado em biologia, um brasileiro, um cavalheiro, era casado com a Sr^a Inês Maria Lyra Benzecry, filha de um renomado professor do Amazonas, Manoel Bastos Lyra. É esse cidadão, no momento em que chegava à sua casa, acompanhado de sua esposa, no bairro Kyssia, que é um dos mais elegantes de Manaus, foi abordado por três ou quatro indivíduos, usando um automóvel, um Escort, que dele arrancaram e exigiram a capanga, a carteira, as jóias. Além disso, exigiram-lhe que se ajoelhasse aos pés da mulher, aplicaram-lhe punhaladas e, não satisfeitos

mais três tiros de revólver, matando-o incontinenti e fugindo de imediato.

A brutalidade desse episódio causou um verdadeiro trauma no Estado do Amazonas. Por isso, Sr. Presidente, como amigo pessoal que era de Rubens Benzecry — sua esposa trabalhou comigo em televisão, em Manaus, e ele, sempre amigo, sentado ao seu lado, esperava que o programa terminasse — manifesto aqui o meu profundo pesar e a minha profunda revolta com esse acontecimento, reflexo inclusive da situação que vive atualmente o Amazonas, sobretudo Manaus; uma situação de violência que, dentro da proporcionalidade, é pior do que a situação do Rio de Janeiro. O Amazonas está sendo vítima de uma onda de crimes inenarrável.

Sr. Presidente, encerrando o período de cinco minutos a que me propus e atendendo às ponderações de V. Ex^o, manifesto aqui o meu profundo pesar pela morte de Rubens Benzecry, homem de caráter, homem digno, homem de estima.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^o um aparte? Serei rápido.

O SR. AUREO MELLO — Pois não, Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Aureo Mello, quero aproveitar o pronunciamento de V. Ex^o em solidariedade a um pai de família, massacrado de maneira como V. Ex^o aqui descreve. Tive ocasião de ir a um programa do nosso radialista Ferreira Neto, com alguns Deputados e Senadores, inclusive com o atual Governador de São Paulo, que era Chefe de Polícia daquela época. Temos que tomar uma providência, e essa providência quem tem que ditar é o Congresso Nacional. Senador Aureo Mello, discuti, com o povo de São Paulo, crimes de estupro, seqüestro nesse programa da Record, em que, após o debate, os telefonemas são abertos ao público. Mostrei o que acontece no Brasil, em todos os quadrantes deste País, principalmente com a classe pobre, que não tem um advogado ou com a classe média, que tem medo de testemunhar contra o crime hediondo por falta de segurança. Senador Aureo Mello, V. Ex^o está sentado com sua família — um pai de família que moureja o dia todo — e entram dois bandidos na sua casa, metem o revólver no peito, estupram sua mulher e suas filhas... No Nordeste, como afirmei nesse programa, há um adágio popular que diz: "Os bons Deus leva; os ruins têm que ser mandados". Portanto, Senador Aureo Mello, precisamos de uma lei para esse tipo de bandido; temos que criar a pena de morte para esse tipo de gente, que não pode viver; temos que criar presídios lá no interior, onde esses cabras vão ter que trabalhar o dia todo. Atualmente eles vão para a cadeia, onde assistem a filmes das 10, 11 horas da noite que passam na televisão, com o que se aperfeiçam no crime. Portanto, sou solidário a V. Ex^o. Quando chegar aqui a discussão da pena de morte, serei o primeiro a votar a favor, porque bandido dessa natureza temos que mandar embora. Era o que tinha a dizer.

O SR. AUREO MELLO — A vontade que dá, mesmo que a pessoa não tenha sofrido nenhum problema desse tipo em relação a sua família, é a de fuzilar esses indivíduos, que são verdadeiros monstros; não são seres humanos, são feras, são seres teratológicos, criaturas que realmente não fazem parte da humanidade, não pensam, não raciocinam. Esses seres governam-se pelo instinto, pela loucura; são seres brutais.

Por isso, Sr. Presidente, fica registrado aqui o profundo pesar da Bancada, no Senado, do Estado do Amazonas pelo falecimento brutal do Sr. Rubens Benzecry.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Ministro Adib Jatene tem repisado a necessidade de realizar obras de saneamento básico para evitar as doenças que matam milhares de brasileiros, principalmente crianças, e, recentemente, conclamou a população a se organizar em defesa das prioridades sociais. A prestação de serviços de saneamento básico destaca-se dentre as principais correções que devem ser implantadas para atender à demanda com eficiência e produtividade, tanto na zona rural quanto no ambiente urbano, especialmente junto às populações desprotegidas.

Pouco a pouco, o povo brasileiro está-se despertando para uma avaliação consciente e criteriosa dos atos políticos e governamentais e para a reivindicação do atendimento às suas necessidades básicas. Em pesquisa feita sobre a atual Administração Federal, o Ibope verificou que, pela primeira vez nos últimos dez anos, a questão da saúde foi considerada em primeiro plano, entre os problemas mais graves do País. É óbvio que há outros, porém a saúde afeta diretamente as pessoas. O índice de 48% anotado pela pesquisa nos faz refletir sobre a situação atual.

Há muitos anos batalhamos no mesmo sentido, criticando as prioridades dos governos que nunca privilegiaram o social, embora os discursos dessas autoridades sejam sempre em favor das classes menos favorecidas. Na realidade, os atos governamentais levaram o Brasil a ser considerado o país com pior distribuição de renda. Dentro desse quadro, os problemas sociais intensificam-se e, com a desordem econômica e financeira, agravam-se.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as pesquisas informam, e a população conclui e concorda, que um povo sem educação e sem saúde está fadado ao empobrecimento intelectual e material, ao desestímulo e à estagnação. Enquanto o Governo se ocupa com fórmulas que só trazem benefícios aos já beneficiados, a infra-estrutura básica é ignorada ou relegada a segundo plano, e, na área de saneamento, os projetos que exigem investimentos maiores do que a simples construção de redes de distribuição de água e de esgoto são simplesmente vetados ou adiados.

Estudosos e especialistas alertam que os cuidados básicos de saúde devem basear-se, antes de tudo, nas possibilidades dos recursos locais, de modo que os serviços oferecidos constituam um conjunto integrado de serviços de promoção da saúde, de prevenção das moléstias, de cura e reabilitação, prestados ao indivíduo, à família e à comunidade. A maioria dos serviços sanitários pode e deve ser realizada em nível periférico, por profissionais de saúde preparados para a função, com a participação afetiva de toda a comunidade.

No entanto, apesar de estarmos necessitando de sanitários, o Brasil investe muito pouco ou quase nada em medicina preventiva. Medidas de prevenção, como o tratamento de água e esgoto, combate às endemias e vacinação, exigem pouco dinheiro e produzem grandes resultados. A participação ativa da comunidade é a chave da organização e sustentação dos cuidados básicos, e aí entra o fator educação, indispensável

à saúde, tanto nos aglomerados rurais quanto nas zonas urbanas, principalmente as da periferia das grandes cidades.

Um dado impressionante é o que 65% das internações hospitalares decorrem de doenças causadas pela falta de saneamento. Se o custo dos hospitais é tão elevado, e o prejuízo causado pela doença atinge ambos os lados — o paciente e os cofres públicos —, por que não investir no combate às causas, em vez de buscar constantemente soluções paliativas? Certamente o investimento em infra-estrutura não traz grandes dividendos eleitorais, mas tem efeito duradouro. É hora de repensarmos o assunto e de iniciarmos um combate intenso às obras clientelistas e aos interesses dos fortes grupos lobistas.

Temos de reconhecer que a prioridade para a grandes obras, que levou muitos à manifestação ufanista de oitava economia mundial, a cabou por conduzir o Estado à falência financeira. Sem investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico e sem fortalecimento dos alicerces que sustentam a economia, a Nação hoje apresenta um quadro com grande contingente de mão-de-obra desqualificada, a população doente e mal nutrida.

É verdade que, nos países desenvolvidos, as questões básicas da vida deixaram de ser prioridade, exatamente porque não mais constituem problemas estruturais a fome, o analfabetismo, a exploração selvagem do trabalho e a perversa distribuição de renda. A essa nossa triste situação eles chamam de "poluição da pobreza", e já agora a reconhecem como uma questão ambiental, tanto assim que a incluíram como um dos itens da Eco-92. O documento da ONU, sob o título "Informação Básica", sobre a Conferência do Rio de Janeiro, reconheceu que "não se pode pensar em desenvolvimento que seja acompanhado de pobreza crescente".

O Brasil tem 96% das cidades com rede de distribuição de água. Este índice, à primeira vista, parece bastante satisfatório, principalmente se ignorarmos o grau de poluição dos nossos mananciais. No entanto, apenas 41,7% das cidades brasileiras têm sistema de tratamento convencional completo, que consiste basicamente na decantação e filtração da água. Além disso, 22,3% não têm nenhum tipo de tratamento, e apenas 31% dos municípios tratam a água com cloro, para inativar microorganismos transmissores de doenças como a cólera. Os dados do IBGE mostram, ainda, que somente 8% dos municípios brasileiros têm sistema de tratamento de esgoto.

Na Região, por onde a cólera se disseminou no País, os dados revelam que 87% dos municípios são servidos por água encanada, mas apenas 19% fazem tratamento com cloro, e só 3% utilizam o flúor na água; somente 17% têm sistema de tratamento de água completo. Na Região Nordeste, o IBGE constatou que 39% dos municípios colocam cloro na água para evitar doenças, em virtude da falta de tratamento convencional.

Universalizar o abastecimento de água, ou seja, suprir a totalidade populacional, é uma prioridade em qualquer política de saneamento básico. Mas não basta aumentar a quantidade de água servida, sem o devido tratamento, pois isso significa aumentar o meio de proliferação de bactérias transmissoras de doenças. Suprir a população é fundamental, porém a água tem que ser tratada, como fator decisivo no campo da saúde. Ao controlar a água, garantindo sua potabilidade, erguemos uma barreira contra as doenças hidricamente transmissíveis, que acometem largas faixas populacionais, em especial crianças, em que são causa frequente de mortalidade infantil e de internações hospitalares.

Boas condições de salubridade dependem sobretudo de um meio ambiente saudável. Enquanto nos países desenvolvidos quase todas as enfermidades ligadas à má qualidade de vida são raras, nos países em desenvolvimento o baixo nível de saúde ligado à falta de água potável, de alimentação e de condições de salubridade são responsáveis pela alta taxa de enfermidades e, consequentemente, de mortes prematuras. No Brasil, as regiões de populações mais vulneráveis, e que, portanto, deveriam ter prioridade nas ações de saneamento, são as que mais carecem de distribuição de água, de serviços de esgotos, de drenagem e de infra-estrutura urbana.

Os números do IBGE indicam que 86,4% das cidades brasileiras despejam o lixo urbano em vazadouros a céu aberto. Somente 11,2% têm aterros para a destinação final mais adequada de resíduos. Em vários municípios, está em discussão a oportunidade do investimento em usinas de reciclagem e compostagem de lixo, que se torna pouco eficaz se não houver na cidade um aterro sanitário para receber os 30% de resíduos que sobram após o tratamento nessas usinas. Enquanto os outros países, mais evoluídos, se preocupam com o lixo atômico e a recuperação ambiental, nós, aqui, ainda na pré-história do desenvolvimento, não sabemos o que fazer do lixo do nosso quintal. Nos últimos quarenta anos, a população urbana brasileira saltou de 35 para 115 milhões de pessoas. Esse crescimento expressivo, causado principalmente pela migração para os grandes centros, não foi seguido dos investimentos necessários. Em vez de acompanhar o crescimento demográfico, os serviços públicos sofreram visíveis atrasos operacionais e tecnológicos. Um exemplo eloquente da situação das empresas estaduais e municipais que hoje operam os sistemas brasileiros de saneamento é que cerca de 40% de água produzida não chega às torneiras dos consumidores. É perdida no caminho, em vazamentos ou problemas operacionais.

Garantir saneamento à população é responsabilidade dos governos, nos níveis federal, estadual e municipal, e os serviços funcionam por concessão. Cabe, portanto, aos órgãos públicos, tomar a iniciativa para que se produza água com qualidade e em quantidade suficientes, de modo que não haja perdas significativas no processo de captação, tratamento e distribuição, para que se colete e, principalmente, se tratem os esgotos, e para que o lixo seja recolhido e disposto de forma adequada.

Infelizmente, as questões ligadas à saúde pública e ao saneamento básico não têm recebido a atenção que merecem, pois, como lembra o sanitário Sérgio Arouca, "o que fica enterrado no subsolo não dá voto". Embora o quadro seja sombrio e a dívida social cresça a cada dia, é necessário salientar que não estamos fatalmente condenados a sofrer tão alto nível de enfermidade e de mortalidade. A população pode e deve participar ativamente na elaboração e realização das ações ligadas aos cuidados básicos de saúde, a fim de que essas atividades se ajustem às necessidades e prioridades de cada localidade.

Nesse sentido, a educação é fator importante na divulgação de conhecimentos elementares — capazes de evitar a incidência de doenças infecciosas e, principalmente, os altos índices de mortalidade infantil —, combatendo doenças como a diarréia, responsável pela morte de milhões de crianças, em decorrência de alimentos ou água contaminada, e facilmente debelada mediante uma simples reidratação. A educação das mães, com a transmissão de noções elementares de

higiene, é outra solução importante, sobretudo nas regiões de assistência médica deficiente.

Mesmo com um PIB baixo, é possível, mediante uma política sanitária bem dirigida, inverter a situação, e o melhor exemplo neste sentido é dado por Cuba, onde os níveis sanitários são dos mais altos do mundo e a mortalidade infantil é das mais baixas. O Brasil também já deu provas de capacidade, nos programas de vacinação, principalmente na erradicação da paralisia infantil e de outras enfermidades que antes ceifavam a vida de milhares de crianças.

Teremos um dia de dar preferência a estas obras, sobre aquelas de cimento armado, muitas de cunho social duvidoso, que só propiciam grandes lucros aos construtores e fornecedores. Em momentos de crise como a que estamos enfrentando, o Governo deve ter sempre presente que o econômico não pode excluir o social. O caótico quadro social do Brasil exige critério e seriedade na aplicação dos recursos disponíveis.

Os poucos recursos de que dispomos não podem ser liberados visando à obtenção de um voto a mais para apoiar o Governo no Congresso, e, sim, devem visar a uma política global, dentro do interesse nacional e da população. Cabe a nós, Parlamentares, fiscalizar a destinação e o aproveitamento desses recursos, da mesma forma que a população tem que se organizar para defender as prioridades sociais, pois só assim levaremos o Executivo a revalorizar esta área.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JU-TAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:

Nos termos do art. 216, combinado com o art. 238, *caput*, ambos do Regimento Interno do Senado, formulo o presente Requerimento de Informações nº 337/92, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Saúde, a fim de que sejam prestados esclarecimentos sobre as seguintes questões:

1. O Ministério da Saúde é proprietário de terreno, com área de aproximadamente 20.000m² (vinte mil metros quadrados), localizado no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, onde, até 1949, funcionava uma fábrica de produto venenoso (BHC) destinado a combater o inseto transmissor da malária?

2. Sendo afirmativa a resposta ao quesito anterior, é procedente a notícia de que essa fábrica foi desativada naquele ano (1949) e que 13.000m² (treze mil metros quadrados) do referido terreno ficaram e continuam contaminados, inclusive o seu lençol freático?

3. Sendo afirmativa a resposta à primeira questão, saber: o imóvel está abandonado? O uso do imóvel está cedido a alguma pessoa (física ou jurídica) ou alguma entidade ou órgão? Havendo cessão, está ela documentada? Que condições (de remuneração, prazo, utilização e destinação) regem essa cessão? Houve ou há invasão do imóvel? Desde quando, por quê, por quem e por quantas pessoas?

4. Consta, de notícia da imprensa, que nos últimos 30 anos o terreno foi invadido por mais de 700 pessoas. Dessas, 14 teriam morrido e uma dezena delas estariam contaminadas pela presença do produto venenoso naquela área, segundo análises que teriam sido procedidas pela Fundação Oswaldo Cruz. A notícia corresponde à verdade dos fatos?

5. É do conhecimento e/ou do consentimento desse Ministério a assinatura de convênio, em fevereiro do corrente

ano, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), por intermédio da Fundação Abrigo Cristo Redentor, com a Prefeitura de Duque de Caxias, para destinar o referido terreno à construção de abrigo de crianças carentes? Por outro lado, é do conhecimento desse Ministério a tentativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) de, há dois anos, instalar ou construir, no mesmo terreno, habitações populares? Sendo do conhecimento desse Ministério o fato inquirido na questão imediatamente anterior, deseja-se saber do destino do projeto relativo àquela pretensão da LBA e qual a opinião desse Ministério consubstanciada em decisão no mencionado projeto?

6. Sendo procedentes as notícias da imprensa aqui referidas e afirmativas as respostas às questões ora formuladas, indaga-se desse Ministério se foi realizada avaliação técnica dos riscos a que estão expostas as pessoas que vivem ou transitam no referido terreno e qual essa avaliação?

Sala das Sessões, Senador Jutahy Magalhães.

AVISO Nº 693/GM

Em 29 de julho de 1992

A Sua Excelência o Senhor
Senador Lucídio Portella
Primeiro Secretário do Senado Federal, em Exercício

Senhor Primeiro Secretário;

Com meus cumprimentos, reporto-me ao Ofício SM/Nº 383/92, dessa procedência, referente ao Requerimento de Informação nº 337, de 1992, de autoria do Senhor Senador Jutahy Magalhães, sobre terreno localizado no Município de Duque de Caxias/RJ, onde, até 1949, funcionava uma fábrica de produto venoso (BHC) destinado a combater o inseto transmissor da malária.

Em atenção ao pleito, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, cópia da informação prestada sobre o assunto pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) deste Ministério.

Atenciosamente, Adib D. Jatene — Ministro da Saúde.
DE: Roque Monteleone Neto
Para: Suzana Machado de Avila
João Batista Risi Júnior

Brasília, 29 de junho de 1992

Ref: BHC NA CIDADE DOS MENINOS EM DUQUE DE CAXIAS — RJ

De acordo com os elementos constantes do processo MS 25000.004759/90-21, com as sugestões propostas em 26-5-92 a Vossa Senhoria, levando em consideração a correspondência de 5-5-92 da Secretaria de Ação Social do Município de Duque de Caxias, e também, considerando o resultado das visitas realizadas em 27-29 — 5-92, à Cidade dos Meninos em Duque de Caxias, ao CESTEH-ENSP, e ao Diretor Geral do Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor da LBA, assim como contatos realizados com a LBA em Brasília, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, com o IBAMA, e a leitura de bibliografia e consultas várias, apresento as seguintes informações, comentários e propostas adicionais:

O processo de tratamento/descontaminação da área objeto das preocupações foi sugerido pela EFEEMA, em setembro de 1989. Dentre as sugestões constava o nivelamento da área atingida, aproximadamente 2.000m², com coeficiente de segurança, a adição de calcário e a cobertura de toda área com argila compactada, aproximadamente 1.00 m³ (2.00 m² x 0,50 de altura).

A NORTOX AGRO QUÍMICA S/A, através de uma consulta informal, preconizou a moagem de terra + BHC com

hidróxido de cálcio, ou cal hidratada — Ca(OH)² na proporção de 100 quilos por tonelada da mistura terra + BHC. Essa mistura deve ser mantida com a umidade natural da terra e à temperatura ambiente, havendo a necessidade de umedecer o material se estiver muito seco. Após a moagem, a mistura, deve ser amontoada e coberta com lona plástica ou ensacada e empilhada, para evitar a lavagem por chuvas. Após 30 dias, o material deverá estar desativado.

Análise e Comentários das Sugestões Apresentadas

A opção fornecida pela EFEEMA envolve a utilização de argila como agente imobilizador e protetor contra a eliminação de gases, e calcário como descontaminante.

De acordo com informações obtidas junto à Dra. Maria Beatriz Monteiro, do Departamento de Química da Universidade de Brasília, o mais apropriado seria a utilização de hidróxido de cálcio — Ca(OH)² — em vez do calcário, pois assim o tempo de desativação será mais gases pela reação entre o BHC e o hidróxido de cálcio. Portanto, havendo desativação do BHC pelo hidróxido de cálcio, a imobilização pela argila será dispensável, visto aumentar desnecessariamente os custos e o tempo dos serviços a serem executados, pois, considerando somente o volume de 1.000m³ de argila, seriam necessários aproximadamente 200 caminhões Truck.

A técnica sugerida pela NORTOX envolve a moagem da terra + BHC com cal hidratada, na proporção de uma tonelada para 100 quilos. O total de terra + BHC a ser tratado será de 400 m³, que corresponde a 2.00 m³ da superfície da área crítica por 0,2m de profundidade média. Esse volume corresponde, aproximadamente, a 800 toneladas de terra + BHC a serem moídas. Para essa quantidade serão necessárias 80 toneladas de cal hidratada, ou seja, 10% totalizando 880 toneladas. O moinho sugerido pela NORTOX tem a capacidade de moagem de 1(uma) tonelada/hora. Portanto, considerando-se um dia de 8 (oito) horas de trabalho, a moagem levaria 110 (cento e dez) dias úteis, ou 22 (vinte e duas) semanas. Durante todo o processo de moagem a poeira poderá atingir tanto os operários como os moradores das proximidades e crianças no Abrigo.

Propostas

1) As opções de tratamento da área contaminada podem ser compatibilizadas, se forem levados em consideração os seguintes aspectos: natureza dos processos envolvidos, movimentação de terra, tráfego de caminhões na área, tempo de execução e número de operários necessários para a realização das tarefas. Assim, a solução mais adequada é o gradeamento fino da área misturando cal hidratada, na proporção de 10%. Para inativar o BHC que pode se deslocar, o local deverá ser circundado por uma vala de 0,5m de profundidade e 0,3m de largura contendo cal hidratada. A quantidade de terra + BHC a ser gradeada será de 400m³ (2.000 m² x 0,2 m), o que exigirá 40m³ de cal, mais 27m³ para o preenchimento da vala, perfazendo um total de 67m³ de cal hidratada para ser transportada. Esse total requer, aproximadamente, 13,5 carretos com caminhões Truck. Todo esse serviço poderá ser realizado com a participação de poucas pessoas, pois envolve apenas o transporte de cal hidratada, o gradeamento da área e reparo da vala.

2) O local deve ser coberto com lona plástica por um período de 30 (trinta) dias consecutivos, necessários para a desativação.

3) A delimitação da superfície a ser descontaminada deverá, também, levar em conta o perímetro marcado pela ocorrên-

cia de vida animal, principalmente no que diz respeito a pequenos insetos e aracnídeos encontradiços na vegetação circunvizinha. Para essa delimitação o IBAMA e a FEEMA podem ser acionados.

4) Durante o processo de desativação, o local deve ser cercado com mourões comuns (de madeira ou de concreto) a cada 2 (dois) metros, 8 (oito) fios de arame farpado. Deve-se, também sinalizar o local, após a cobertura com a lona plástica, ou ensacamento e empilhamento, com os dizeres: "Área em fase de descontaminação".

5) Ainda existe no local remanescente da estrutura da antiga fábrica de BHC, cujas estruturas de concreto encontram-se com as ferragens expostas e corrosidas, oferecendo perigo de desabamento. Portanto, a execução dos trabalhos no local deve incluir também a derrubada dessa estrutura, cujo material poderá ser correado, posteriormente, para a área descontaminada.

6) Existe uma alegação de mistura de BHC na terra de cobertura da estrada de acesso às instalações do Abrigo. A LBA poderá solucionar o problema com o asfaltamento da estrada, o que isolará o suposto material contaminado e prevenirá a suspensão de poeira.

7) Essas providências de tratamento/descontaminação da área deverão ser submetidas ao IBAMA, que também deverá ser consultado, ao final dos trabalhos, sobre a necessidade de outras providências.

8) A Vara de Menores de Duque de Caxias solicitou um laudo de Saúde Pública, para que se possa dar cumprimento a um Convênio celebrado entre a Fundação Abrigo do Cristo Redentor e a Prefeitura de Duque de Caxias, para internação de menores carentes. Esse laudo pode ser dado pela SNVS mediante a realização de dosagens de BHC nas crianças já internadas.

Para tanto, um plano de trabalho poderá ser solicitado ao CESTEH-ENSP, ou a outra instituição pública. A SNVS deverá avaliar e aprovar esse plano, custeando a sua realização, dentro dos seguintes critérios:

a) todas as amostras colhidas, depois de preparadas, deverão ser subdivididas em três alíquotas, uma para ser analisada pelo CESTEH-ENSP, outra para ser analisada por um segundo laboratório, a ser indicado pelo CESTEH-ENSP, e uma terceira para ficar em poder da SNVS, para ser enviada para um outro laboratório, nacional ou internacional, se para isso houver interesse.

b) O CESTEH-ENSP deverá decidir previamente se examinará o sangue de todas as crianças internadas, ou o tamanho do grupo a ser amostrado. Para tanto, a LBA deverá fornecer ao CESTEH-ENSP a relação completa das crianças internadas, segundo sexo, idade, tempo e regime de internação, e outras informações julgadas necessárias. Deverá ser definido um grupo controle não-exposto, com pelo menos a mesma faixa etária, distribuição de sexo e nível sócio-econômico. No caso de se optar por amostragem, o tamanho amostral deverá ser o necessário e o suficiente para detectar uma diferença entre o grupo exposto e não-expostos, de no mínimo, o dobro, considerando um poder estatístico de 95%, para um erro alfa de 5% em um teste unicaudal, ou 10% no bicaudal.

9) O Ministério da Saúde, através da SNVS, deverá solicitar ao Programa Internacional de Segurança Química da OMS/OIT/ PNUMA, ou à OPAS, uma consultoria técnico-especializada internacional, para que sejam estabelecidos os temos de referência para a realização de um estudo de avaliação

dos efeitos sobre a saúde das pessoas cronicamente expostas, para subsidiar um parecer conclusivo sobre o assunto.

Sem mais, atenciosamente, — **Roque Monteleone Neto**, Gerente de Projetos de Saúde DETEN/SNVS/MS.
De: Roque Monteleone Neto
Para: João Batista Risi Júnior

Brasília, 26 de maio de 1992

**RESUMO DOS PONTOS PRINCIPAIS RELACIONADOS
COM A CONTAMINAÇÃO
POR BHC EM DUQUE DE CAXIAS — RJ,
SEGUNDO OS ELEMENTOS
ENCONTRADOS NO PROCESSO
MS Nº 25000.004759/90-21**

O Instituto de Malariologia do Serviço Nacional Contra a Malária do Ministério da Saúde instalou-se, em maio de 1949, na "Cidade dos Meninos", em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, mediante acordo com a Fundação Abrigo Cristo Redentor, (atualmente mantido pela Legião Brasileira de Assistência) proprietária do terreno. Em 15-8-50, nesse mesmo local foi inaugurada "Fábrica de Inseticidas", com a finalidade de produzir BHC para as campanhas de saúde pública. O acordo com a Fundação Abrigo Cristo Redentor estipulou em dois anos a permanência no local cedido; esgotado esse prazo o Instituto de Malariologia mudou-se para Belo Horizonte. Em 1956 a fábrica de BHC foi desativada, ficando em estado de abandono, no local, uma quantidade não determinada do produto.

Em 18-7-89, a FEEMA, atendendo a uma solicitação do Centro de Saúde do município de Duque de Caxias, visitou o local e verificou a existência de BHC a céu aberto. Logo em seguida, em agosto/1989, a Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com a FEEMA, retirou do local cerca de 40 toneladas de BHC "praticamente puro", que foram estocadas em bombonas na Refinaria Duque de Caxias. No entanto, de acordo com um relatório apresentado pela FEEMA, em setembro de 1989, ainda seria necessário uma avaliação da contaminação de uma área de cerca de 13.000 m². Esse relatório apontou também a necessidade de avaliação da exposição humana, já que nessa área foram encontradas 4 (quatro) residências com moradores, funcionários da LBA.

Em 10-4-90, o Ministério da Saúde foi interpelado judicialmente pela Promotoria de Justiça do Rio de Janeiro, para que, "(a) num prazo de 10 (dez) dias providenciasse a evacuação da área com a transferência dos moradores para locais próximos, isolamento com cercas e vigias, e monitoramento do lençol freático, segundo um plano a ser definido pelo órgão técnico ambiental (FEEMA), (b) no prazo de quinze dias encaminhasse à FEEMA um projeto de tratamento para a área que importasse na retirada completa do material contaminado, de acordo com as recomendações da FEEMA; (c) assumisse a responsabilidade material, fornecendo recursos à Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, para aquisição de equipamentos que averiguassem o estado de saúde e o nível de contaminação; e (d) efetuasse a monitorização biológica da população de risco; para prevenir danos da exposição crônica ao produto, como abortos, malformações congênitas, neoplasias, entre outros, segundo proposta que seria elaborada pela Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro".

A partir dessa data, uma série de ações foram tomadas pelo Ministério da Saúde, sendo que a principal delas foi a solicitação, à Fiocruz, de uma avaliação do grau de contaminação dos moradores do local. Assim sendo, em fevereiro

de 1991 a Fiocruz apresentou o relatório completo dos estudos clínico-laboratoriais, realizados em 31 indivíduos (7 famílias), moradores num raio de 100 metros da "área foco". Segundo as conclusões desse estudo, foram encontrados níveis elevados de BHC (isômero beta) no sangue, embora não pudessem ser correlacionados com as patologias e alterações bioquímicas encontradas na população analisada.

A seguir foram realizadas várias reuniões envolvendo a Fiocruz, Feema, LBA, Fundação Abrigo Cristo Redentor, atualmente denominada Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor, Prefeitura de Duque de Caxias, Secretaria da Saúde do Rio de Janeiro, SUCAM/RJ, além do Ministério da Saúde.

O assunto passou a ter maior destaque, inclusive na imprensa, a partir de maio de 1991, pois a área total do terreno (20 milhões de metros quadrados) passou a ser considerada de grande interesse pela LBA para realização de um grande conjunto habitacional, com capacidade para 60 mil casas populares, de acordo com um projeto denominado "Cidade Minha Gente".

Nessa mesma época a Fiocruz envia, diretamente ao gabinete do Exmº Sr. Ministro da Saúde, um ofício que informa a seleção/indicação da empresa "PROMON Engenharia Ltda" como aquela "dentro do elenco de empresas capacitadas a apresentar uma solução satisfatória e definitiva à questão da contaminação por BHC de uma área na Cidade dos Meninos, Município de Duque de Caxias, RJ que, "a proposta técnico-comercial para prestação de serviços especializados encaminhada por essa empresa atende aos requisitos para a obtenção de um diagnóstico da situação atual e posterior solução"; e, finalmente, autoriza a contratação direta dessa firma para a prestação de serviços especializados em engenharia ambiental, fundamentando-se no inciso IV do artigo 22 do Decreto-Lei nº 2.300/86.

Em 29-5-91, a equipe técnica da SNVS entendeu que a proposta apresentada pela PROMON à FIOCRUZ, além de cara, não atendia adequadamente às exigências desse Ministério, e resolve promover uma reunião com a FIOCRUZ e a LBA para encaminhar soluções. Consensualmente os seguintes pontos ficaram acordados: (a) a LBA custearia um estudo de avaliação ambiental, tomando como ponto de partida a proposta da PROMON, porém com um encurtamento dos prazos de execução; (b) a LBA contrataria os serviços da PROMON, com a interveniência técnica da FIOCRUZ; (c) a FIOCRUZ prepararia uma justificativa técnica para a dispensa de licitação; (d) o estudo das alternativas de remoção dos resíduos, sua execução e disposição final seriam incluídos na licitação para as empresas que iriam construir as casas do "Projeto Minha Gente"; e (e) a Fiocruz atuaria como interlocutora técnica e gerencial entre a LBA e a PROMON. Essas medidas foram comunicadas a Promotoria de Justiça do Rio de Janeiro, através do Aviso Ministerial nº 740/91.

Em 19-6-91 o Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor publica no *Diário Oficial* uma tomada de preços (nº 11/91) para serviços de descontaminação, sondagens, análise e limpeza industrial de terreno situado em Duque de Caxias — RJ, no valor de Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros). Note-se que, de acordo com a proposta apresentada pela PROMON, apenas a primeira fase dos trabalhos foi orçada em Cr\$40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Em 27-8-91, a LBA, através do Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor, comunica à Secretaria Na-

cional de Vigilância Sanitária o cancelamento do Edital e informa que o projeto "Cidade Minha Gente" é apenas uma idéia em estudo, nada havendo de concreto até aquela data.

Apesar de não existir, no processo, um documento informativo, sabe-se que a promotoria de Justiça do Rio de Janeiro arquivou o processo no final do ano de 1991.

No final do ano de 1991 e início de 1992, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária manteve contatos com o Dr. Werner Zulauf, ex-Diretor Presidente da CETESB, para que preparasse uma proposta que contivesse os termos de referência para uma atuação do Ministério da Saúde. Logo a seguir, o Dr. Werner tornou-se Diretor de Ecossistemas do IBAMA e os contatos foram transferidos para o Dr. Carlos Henrique, ex-Superintendente da FEEMA, que ficou de apresentar a proposta.

Em 5-5-92, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária recebeu da Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Duque de Caxias, o Ofício nº 162/SMAS/92, solicitando um "laudo técnico conclusivo sobre a contaminação por BHC na Cidade dos Meninos, pois a Vara de Menores da Comarca de Duque de Caxias assim exigiu para permitir que menores carentes possam ser matriculados no Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor.

Análise do problema

1. Não se trata de uma contaminação recente. O BHC foi abandonado no local há quase 40 anos.

2. Existem informações sobre formas de descontaminação *in situ*, com a utilização de calcário e argila.

3. Não existe na literatura científica informações conclusivas sobre os efeitos crônicos em organismos vivos, inclusive o homem, decorrentes da exposição ao BHC.

4. O BHC é persistente em tecidos adiposos; porém no ambiente, embora não tenha uma vida curta, sofre degradação em razão das intempéries e da biota do solo, havendo dados que mostram uma meia-vida de 6 (seis anos) até um máximo de 10 (dez) anos.

5. A contaminação humana encontrada pelo estudo realizado pela FIOCRUZ não demonstra uma contaminação recente, porém é um indicativo importante de que os moradores do local entraram em contato com o BHC durante alguma fase de suas vidas.

6. Não existem informações sobre atividade biológica (inseticida) de BHC ainda encontrado no local.

7. Não existem informações sobre a ocorrência e riscos de produtos de degradação de BHC no ambiente.

8. A extensão (superfície e profundidade) da contaminação não está definida, assim como o comprometimento das águas superficiais e subterrâneas, de acordo com as características de drenagem do local.

9. Não existem informações sobre a contaminação da área ocupada pelo Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor muito menos dos indivíduos aí matriculados.

10. O Ministério da Saúde não possui infra-estrutura adequada para responder a todas essas indagações, principalmente no que se refere às questões ambientais.

Propostas

1. Solicitar ao IBAMA apoio técnico e colaboração para o equacionamento dos problemas ambientais, decorrentes da contaminação por BHC e formas de descontaminação *in situ*.

2. Solicitar ao IPCS — Programa Internacional de Segurança Química, ou à OPAS, consultoria internacional para

indicar os procedimentos para evidenciar possíveis efeitos sobre a saúde humana decorrentes da contaminação por BHC.

3. Solicitar à FIOCRUZ um laudo sobre a possível ocorrência de contaminação de indivíduos matriculados no Centro de Promoção Social Abrigo do Cristo Redentor, para que este Ministério possa responder adequadamente ao pedido da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. — Roque Monteleone Neto, Gerente de Projetos de Saúde DETEN/SNVS/MS.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^os e Srs. Senadores, no próximo dia 28 do corrente, a Legião Brasileira de Assistência completará 50 anos de sua criação, ocorrida nos idos de 1942, por iniciativa de D. Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas.

Durante este mês, em todo o Brasil, haverá uma ampla programação de eventos comemorativos dos 50 anos da LBA, inicialmente invalida de assistir os familiares dos pracinhas que foram aos campos de luta da Europa participar da II Guerra Mundial.

Ao longo desses anos, além de cumprir este mister, a LBA cresceu, ampliou seus objetivos e áreas de atuação, tornou-se numa grande instituição que tem prestado relevantes serviços ao País na assistência que oferece às populações carentes.

Em Sergipe, o Superintendente da LBA, Dr. José Carlos Martins, já designou comissão incumbida de preparar a programação comemorativa do evento no Estado, quando será inaugurada uma galeria em homenagem aos seus ex-dirigentes, que durante estes últimos 50 anos contribuíram para consolidar e fortalecer a instituição, que em todo o país, tem procurado cumprir as suas finalidades de assistir social e materialmente os necessitados do amparo e assistência do Estado, tornando-se uma entidade acreditada, nacional, e internacionalmente, este, e dedicada a promoção social às famílias de baixa renda, da criança ao idoso.

A LBA, hoje, é a maior agência de assistência social do país, uma entidade empenhada com resultados extraordinários, no amparo e promoção sócio-económica da população carente.

Finalizando, Sr. Presidente, associo-me aos festejos dos 50 anos da LBA e peço a transcrição com o meu pronunciamento, do artigo publicado no *Jornal da Manhã*, edição de 1º de agosto, intitulado, “LBA vai festejar o seu jubileu de ouro”.

DOCUMENTO A QUE SE REFRE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Aracaju, Sábado, 1º de Agosto de 1992 — *Jornal da Manhã*

**LBA VAI FESTEJAR O
SEU JUBILEU DE OURO**

A partir de hoje em todo país, e também em Sergipe, a Legião Brasileira de Assistência intensifica a programação festiva em comemoração ao transcurso dos seus 50 anos de criação, que acontece no dia 28 do corrente. Em todas as Superintendências Estaduais do Órgão serão celebradas missas em ação de graças, acontecerá o lançamento do selo alusivo à data e homenagens a ex-dirigentes da Instituição serão prestadas.

Em Sergipe, o Superintendente Estadual da LBA, Dr. José Carlos Martins, formou comissão especial, presidida pela

Chefe de Gabinete, Raquel Barros, para elaborar a programação que será desenvolvida durante todo este mês, envolvendo as unidades próprias da LBA em todo Estado, assim como, as entidades Públicas e privadas da sociedade civil organizada, com as quais a Instituição mantém convênios.

O ponto alto das festividades vai acontecer no dia 28 de agosto, dia do aniversário da LBA, quando acontecerá, no auditório da sede da LBA em Aracaju, a celebração da missa em ação de graças, seguida do lançamento do selo nacional que marcará o jubileu de ouro da Instituição. Também na oportunidade o Superintendente Dr. José Carlos Martins inaugura a nova galeria dos ex-dirigentes da LBA em Sergipe, a ser instalada no lobby do auditório.

HISTÓRICO. — A Legião Brasileira de Assistência foi criada no dia 28 de agosto de 1942 pela então primeira dama do país, D. Darcy Sarmanho Vargas, como resposta ao desafio de assistir material e efetivamente as famílias dos soldados brasileiros que foram para os campos de luta da Europa participar da II Guerra Mundial. Em Sergipe, a LBA nasceu no ano seguinte, tendo como primeira presidente da chamada Comissão Estadual da LBA, D. Helena Nobre Maynard.

Ao longo dos anos a LBA no País e em Sergipe tem prestado relevantes serviços na área de assistência e promoção social da família de baixa renda, atendendo desde a criança ao idoso, o que a consolidou como a maior agência de assistência social do País, reconhecida internacionalmente como organismo eficiente e atuante no amparo e promoção sócio-económica da população carente.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Márcio Lacerda.

O SR. MÁRCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^os e Ses. Senadores, desde o encontro entre o homem e o cavalo, há milênios, sempre existiu a necessidade da doma do xucro. O animal selvagem precisava ser “quebrado” para poder servir ao homem na sua difícil lida em busca da sobrevivência.

Aos poucos, o homem foi descobrindo o aspecto lúcido que existia nessa atividade, e nela passou a encontrar prazer e diversão. Os melhores nesse trato com o animal passaram a ser admirados pelos seus companheiros, e inevitável competição entre eles se estabeleceu, transformando a doma em espetáculo a ser visto e aplaudido. Um espetáculo rude, é verdade, mas emblemático de toda uma história da luta do homem pela sobrevivência, em que a destreza vence a força bruta, e transforma o cavalo em companheiro de trabalho do ser humano.

Esse é um valor sagrado nos meios em que a atividade pecuária prevalece. O ritual da domesticação do animal selvagem continua sendo uma necessidade até os dias de hoje. Para os que labutam na criação do gado e fazem disso profissão e meio de subsistência, domar cavalos é cotidiano e paixão.

Dai resultou o rodeio, hoje disseminado em todo o Brasil, fruto de grande vocação pecuária no País, e praticado em cerca de 850 festas e competições a cada ano, nas mais diversas regiões brasileiras. Elemento indispensável nas grandes festas agropecuárias, o rodeio já reúne contingente expressivo de peões e outros profissionais, que a ele se dedicam de forma permanente, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e disseminação. As práticas desportivas surgidas espontaneamente, como resultado de manifestações de identidade cultura, encontram grandes obstáculos de natureza prática e legal à sua

organização no Brasil, por falta de mecanismos ágeis que permitam o seu reconhecimento e ordenamento como esporte.

O próprio Conselho Nacional de Desportos reconhece esse problema na Recomendação CND nº 1/88, na qual considera que "os requisitos para o reconhecimento de uma modalidade desportiva na Lei nº 6.251/75 e no Decreto nº 80.228/77, são todos subjetivos e permitem várias interpretações". Por isso, recomenda que "seja definida uma política mais evidenciada de reconhecimento das novas modalidades desportivas surgidas, com um acompanhamento mais efetivo da realidade desportiva nacional e até com campanhas específicas neste sentido".

Por essas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentei projeto de lei ao Congresso Nacional, pedindo ao Parlamento o reconhecimento dessa prática como modalidade desportiva, para todos os efeitos da legislação que hoje rege a atividade esportiva em território nacional.

É nesse contexto que venho hoje a esta tribuna apelar aos meus nobres pares e aos Senhores Deputados Federais no sentido de uma rápida tramitação do PLS nº 338/91, que já conta com parecer favorável, de autoria do ilustre Senador Coutinho Jorge, na Comissão de Educação, para onde foi remetido pela Presidência desta Casa para decisão de catáter terminativo.

Os motivos para isso são inúmeros, a começar pela própria necessidade de organização dessa atividade esportiva. A formação de ligas, amadoras e profissionais, federações e confederações depende do reconhecimento do rodeio como esporte.

Também a proteção legal à atividade dos profissionais que atuam nesse campo não pode ser pensada sem que o rodeio tenha sua existência acatada oficialmente. Essa atividade atualmente é praticada sem que se dê qualquer amparo a esses destemidos peões e suas famílias. Numa atividade de alto risco como essa há, sem dúvida, a necessidade de um mínimo de garantia em casos de acidentes, que podem resultar em morte ou invalidez. Da mesma forma, a organização dos profissionais do rodeio em entidades de classe passa pela oficialização dessa atividade.

Outro aspecto da necessidade de reconhecimento do rodeio como esporte é a importância econômica que tem em si e como elemento de divulgação e atração em torno das festas da pecuária, que movimentam, hoje, algo em torno dos 15 milhões de dólares por ano em todo o País.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que V. Ex^{as} compreendam que uma atividade como essa, de relevante interesse econômico, que dá sustento a uma grande quantidade de pessoas nela envolvidas, e que representa sérios riscos para os seus praticantes, precisa ser regulamentada, de forma que todos se beneficiem disso.

Ademais, entendo que devemos reconhecer as práticas emanadas da nossa cultura, e dar-lhes o apoio devido para que assim vá se construindo, aos poucos, mas de maneira sólida, a cultura brasileira, com seus valores próprios e uma identidade na qual possamos nos reconhecer e dela nos orgulharmos.

Reitero, assim, meu apelo a V. Ex^{as} para que se empenhem na aprovação do projeto que dará melhores condições à prática do rodeio no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — A Presidência, nos termos do § 4º do art. 155, do Regimento Interno, declara encerrada a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

REQUERIMENTO N° 283, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 283, de 1992, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "A Questão Militar", de autoria do Senador José Sarney, publicado no Jornal Folha de S. Paulo, de 1º de maio de 1992.

— 2 —

REQUERIMENTO N° 325, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1992, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo "Deterioração da Cidadania", publicado no Jornal O Globo, edição de 21 de maio de 1992.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 9, DE 1990

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1990 (nº 4.432/89, na Casa de origem), que cria o Programa Diário do Congresso Nacional para divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo na televisão, e determina outras providências, tendo

PARECERES

— sob nº 237, de 1992, da Comissão de Educação, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta; e
— de Plenário, Relator: Senador Maurício Corrêa, favorável ao projeto e contrário ao Substitutivo da Comissão de Educação.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 10, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre critérios para outorga e renovação de concessão ou permissão de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagem, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 26 minutos.)